



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

FORMAS VERBAIS E INDETERMINAÇÃO: O AGENTE DISSIMULADO
NOS SÉCULOS XIX E XX

por

MARIA DA CONCEIÇÃO HÉLIO SILVA

Orientadora: Profª Draª Rosa Virgínia Mattos e Silva

SALVADOR

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

**FORMAS VERBAIS E INDETERMINAÇÃO:
O AGENTE DISSIMULADO
NOS SÉCULOS XIX E XX.**

por

MARIA DA CONCEIÇÃO HÉLIO SILVA

Orientadora: Profa Dra Rosa Virgínia Mattos e Silva
Co-orientadora Prof^a Dr^a Sonia Bastos Borba Costa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Doutora em Letras e Linguística.
Área de concentração: Linguística Histórica

SALVADOR

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

Tese defendida e aprovada, em 24 de julho de 2009, pela Banca examinadora constituída pelas professoras :

Profa Dra Rosa Virgínia Mattos e Silva(UFBA)-Orientadora

Profa Dra Célia Regina dos Santos Lopes(UFRJ)-Titular

Profa Dra Zenaide Carneiro(UEFS)-Titular

Profa Dra Sonia Borba Costa(UFBA)-Titular

Profa Dra Terezinha de Mello Barreto(UFBA)-Titular

Profa Dra Carmen Faggion(UFRGS)-Suplente

Profa Dra Silvia Regina Cavalcante(UFRJ)-Suplente

Profa Dra Jacyra Andrade Mota(UFBA)- Suplente

Profa Dra Tânia Conceição Freire Lobo(UFBA)-Suplente

DEDICATÓRIA

À minha família, pelos inúmeros sacrifícios em meu favor, para a realização deste trabalho, toda a minha gratidão e o meu amor!

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pela saúde que tive durante todo o período do curso.
À minha Mãe, Celestina(*in memoriam*), que almejou que eu estudasse, sempre.
À minha família, Itajaí(esposo), André(filho), Ana Glaucia(nora)Henrique(filho), Gabriela(filha), pela doação e cuidados constantes.

À Universidade do Estado da Bahia e Departamento de Ciências Humanas, Campus III, que possibilitaram a minha participação no curso de Doutorado

À minha Orientadora, Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, pela capacidade humana de compreender os meus processos neste estudo, pela disponibilidade interior para *doar* os seus conhecimentos e materiais sobre a História a Língua Portuguesa, por me orientar e, além de tudo, por se tornar uma amiga.

À Profa. Dra. Sônia Bastos Borba Costa, minha Co-orientadora, a quem devo muito pelas inúmeras e acertadas sugestões na realização deste trabalho.

A todas as instituições e pessoas, pelo fornecimento das Atas e Cartas.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco, por interceder em meu favor na aquisição de material para pesquisa.

À Profa. Dra. Carmen Faggion, por ceder uma cópia da sua Tese, mesmo sem me conhecer.

Ao amigo Prof. Dr. Américo Venâncio Lopes Machado Filho, pelas pertinentes sugestões.

Aos Professores Dra. Tânia Conceição Freire Lobo e Dr Klebson Oliveira, por fornecerem parte de suas Teses para composição de *corpora*.

Aos amigos do PROHPOR/UFBA, pelo interesse no andamento deste trabalho.

Às amigas de todas as horas, Mariana Fagundes de Oliveira e Regina Bittencourt, pelas trocas de saberes e incentivos.

Aos amigos de fé de Juazeiro, pelo interesse constante pelo meu bem estar.

Todos os meus agradecimentos a minha irmã Isabel, meu cunhado Martins e sobrinhas Consuelo e Isabela, pelas inúmeras vezes em que me deram pousada para realizar o curso de Doutorado.

Aos funcionários da Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFBA, pelo sempre cuidadoso atendimento a mim dispensado.

“Entre dizer as palavras e falar a
verdade está o dissímulo”

Maria da Conceição Helio Silva

RESUMO

Esta tese busca identificar outras possibilidades de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente, que efetivamente estão registradas nos documentos analisados dos séculos XIX e XX, além das previstas nas gramáticas normativas (GNs) daqueles séculos. As análises se concentram em estabelecer as diferenças de traços semânticos entre essas formas, considerando que essas GNs não previam outras possibilidades de formas verbais com a função de co-ocorrerem com a indeterminação do agente. Alguns estudos fazem referência à reanálise do *se* passivo em indeterminador e ao apagamento desse clítico junto às formas verbais, o que levou a verificar que formas estariam assumindo o sentido expresso pelo clítico indeterminador nessas construções, além de verificar indícios de gramaticalização de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente. Portanto, esta Tese se fundamenta na teoria funcionalista, na perspectiva da gramaticalização, respaldando-se em pressupostos da Linguística Histórica. Para isso, foram constituídos *corpora* de textos escritos dos séculos XIX e XX do português brasileiro, baiano, para verificar a continuidade e estabilidade sintática e semântica de formas verbais nessa função. Visando atender aos objetivos propostos, são analisadas as formas verbais levando-se em consideração os seguintes fatores linguísticos: tipo de verbo, grau de indeterminação do agente, traços morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos dessas formas verbais. Como fatores extralinguísticos foram considerados: o período de tempo e o gênero de texto. Computadas as frequências desses dados em cada gênero- ata e carta, as formas verbais acompanhadas de *se* indeterminador ainda são frequentes, mas em declínio nesses gêneros textuais, em consequência do apagamento do clítico junto a essas formas, dando oportunidade a que outras formas verbais ocupem a posição antes considerada ambiente de *se* indeterminador. O fato de formas verbais co-ocorrerem com a indeterminação do agente, inclusive sem a presença do *se* indeterminador, decorrente do apagamento desse clítico e também o fato de formas ambíguas, como gerúndio e particípio co-ocorrerem com a indeterminação do agente em textos escritos, além das demais formas verbais encontradas nos *corpora*, configura indícios de gramaticalização, como a especialização e a estratificação.

Palavras-chave: Formas verbais. Indeterminação do agente. Gramaticalização. Sócio-história. Português brasileiro.

ABSTRACT

This thesis searches to identify other possibilities of forms verbal that co-occurs with the undetermination of the agent, that effectively they are registered in analyzed documents of centuries XIX and XX, beyond the foreseen ones in the GNs of those centuries. The analyses if concentrate in establishing the differences of semantic traces between these forms, considering that this GNs did not foresee other possibilities of verbal forms with the function co-to occur with the undetermination of the agent. Some studies make reference to reference to reanalyse of if the passive one in undetermination and the deletion of this clitic next to the verbal forms, what it led to verify that forms would be assuming the express direction for the undetermination clitic in these constructions, beyond verifying indications of gramaticalization of verbal forms that co-occur with the undetermination of the agent. Therefore, this Thesis if bases on the functionalist theory, in the perspective of the gramaticalization, endorsing itself in estimated of the Historical Linguistic. For this, they had been constituted *corpora* of written texts of centuries XIX and XX of the Brazilian, bahian Portuguese, to verify the continuity and syntactic stability and semantics of verbal forms in this function. Aiming at to take care of to the considered objectives, the verbal forms are analyzed taking in consideration the following linguistics factors: type of verb, morphologic, syntactic, semantic and discursive degree of undetermination of the agent, traces of these verbal forms. As extralinguistic factors they had been considered: the period of time and the sort of text. Computed the frequencies of these data in each sort act and letter, the folloied verbal forms of if undeterminator still are frequent, but in decline in these literal sorts, consequence of the deletion of the clitic next to these forms, giving chance the one that other verbal forms before occupy the surrounding of if undeterminator considered position. The fact of verbal forms co-to occur with the undetermination of the agent, also without the undeterminator, decurrent presence of if of the deletion of this clitic and also fact of ambiguous forms, as gerund and participle co- occur with the undetermination of the agent in written texts, beyond the too much found verbal forms in the *corpora*, configure gramaticalization indications, as the specialization and the stratification.

Word-key: Verbal forms. Undetermination of the agent. Gramatiocalization. Social-history. Brazilian Portuguese.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Frequência dos dados nos <i>corpora</i>	109
TABELA 2- Período de tempo.....	111
TABELA 3- Gênero de texto	113
TABELA 4- Atas da SPD-formas verbais com <i>se</i>	125
TABELA 5- Atas da SPD-formas verbais sem <i>se</i>	130
TABELA 6- Atas da SPD-estruturas passivas.....	135

LISTA DE SIGLAS

- AIGHB- Ata do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
- ASPD- Ata da Sociedade Protetora dos Desvalidos
- AALB- Ata da Academia de Letras da Bahia
- ACCJ- Ata do Clube dos Caçadores de Juazeiro
- ADCH III- Atas do Departamento de Ciências Humanas/ Campus III
- AACIAJ- Ata da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Juazeiro
- CHIB- Cartas de Homens Ilustres da Bahia
- CFCD- Cartas das Freiras do Convento do Desterro
- CSAJ- Cartas da Sociedade Apolo Juazeirense
- CP- Carta de Particular (sem autorização para revelar remetente ou Destinatário)
- CAMFP- Carta do Acervo Maria Franca Pires
- FVCIA - Formas Verbais que co-ocorrem com a Indeterminação do Agente
- GN- Gramática Normativa
- PB- Português Brasileiro
- PE- Português Europeu
- TD- Tradições Discursivas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Frequência dos dados nos <i>corpora</i>	110
Gráfico 2	Período de tempo.....	113
Gráfico 3	Gênero de texto	115
Gráfico 4	Atas da SPD-formas verbais com <i>se</i>	125
Gráfico 5	Atas da SPD-formas verbais sem <i>se</i>	130
Gráfico 6	Atas da SPD-estruturas passivas.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Determinação, indeterminação, indefinição.....	34
Quadro 2- Agentividade e indeterminação.....	35
Quadro 3- Processo de gramaticalização.....	65
Quadro 4- Atas e cartas	90
Quadro 5- Graus de indeterminação	119
Quadro 6- Traços característicos de FVCIA.....	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 A INDETERMINAÇÃO DO AGENTE EM PORTUGUÊS.....	24
1.1 O SUJEITO INDETERMINADO NA PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS(GNs).....	24
1.1.1 Contextualizando o problema.....	24
1.2 A VISÃO DA LINGÜÍSTICA SOBRE A INDETERMINAÇÃO NO PORTUGUÊS.....	31
1.2.1 O sujeito	31
1.2.2 O agente	32
1.2.3 A indeterminação	33
1.2.4 Agentividade e indeterminação	35
1.2.5 A voz passiva	36
1.2.6 A indeterminação nas pesquisas linguísticas	38
CAPÍTULO 2 METODOLOGIA	46
2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	46
2.1.1 O Funcionalismo linguístico	47
2.1.1.1 A escola linguística de Praga.....	49
2.1.1.2 Caracterização geral do Funcionalismo.....	51
2.1.1.3 A teoria funcional.....	53
2.1.1.4 A gramática funcional.....	53
2.1.1.5 Gramática funcional e cognição.....	54
2.1.1.6 A motivação linguística- iconicidade.....	55
2.1.1.7 A gramaticalização.....	55
2.1.1.8 Um pouco de história da gramaticalização.....	57
2.1.1.9 Princípios da gramaticalização.....	59
2.1.1.10 Estágios da gramaticalização	63
2.1.1.11 Efeitos ou conseqüências do processo de Gramaticalização	70
2.1.2 Linguística Histórica: os cenários sócio- linguístico- históricos do português brasileiro e baiano dos séculos XIX e XX.....	72
2.1.2.1 Cenário I:século XIX.....	72
2.1.2.2 Cenário II:século XX.....	85

2.2	OS <i>CORPORA</i>	88
2.2.1	A constituição dos <i>corpora</i>	89
2.2.2	A caracterização dos <i>corpora</i>	90
2.2.2.1	Atas.....	90
2.2.2.2	Cartas.....	92
2.2.3	O levantamento das ocorrências	93
2.2.3.1	Os critérios de seleção.....	94
2.3	OBJETIVOS	97
2.4	HIPÓTESES.....	97
CAPÍTULO 3	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	98
3.1	FATORES CONDICIONANTES CONSIDERADOS PARA A ANÁLISE.....	98
3.1.1	Período de tempo	98
3.1.2	Gênero de texto	99
3.1.3	Tipo de verbo	100
3.1.4	Graus de indeterminação	103
3.1.5	Princípios de gramaticalização	106
3.1.6	Análise linguística- traços morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos.	107
3.2	RESULTADOS GERAIS E RESPECTIVAS ANÁLISES.....	108
3.2.1	Período de tempo	110
3.2.2	Gênero de texto	113
3.2.3	Tipo de verbo	116
3.2.4	Graus de indeterminação	117
3.2.5	Princípios de gramaticalização	120
3.2.6	Análise de Formas Verbais que Co-ocorrem com a Indeterminação do agente	121
3.2.6.1	Formas verbais com se.....	122
3.2.6.2	Formas verbais sem se	129
3.2.6.3	Estrutura passiva sem agente expresso.....	135
	4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	144
	APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

As motivações para a realização deste estudo são três: uma delas está relacionada aos “tempos de escola”, quando os argumentos utilizados pelos professores, e ainda pelas gramáticas normativas (GNs), indicavam apenas duas formas de indeterminar o sujeito empregando formas verbais: verbo na terceira pessoa do plural e verbo na terceira pessoa do singular com *se*, esta restrita aos verbos intransitivos e transitivos indiretos.

Outra motivação é que, já como professora de língua portuguesa no ensino médio, tomando conhecimento de pesquisas sobre esse tema, percebemos o distanciamento entre a gramática da escola e a gramática de uso efetivo da língua.

A terceira motivação originou-se de uma pequena pesquisa, como docente do ensino superior, quando, a partir da observação das redações dos alunos, os resultados comprovaram que havia mais de duas possibilidades para indeterminar o “sujeito” na língua portuguesa, inclusive, por meio de formas verbais que nem sempre indeterminavam o sujeito, visto que indeterminavam o agente.

Decidimos, então, estudar o assunto no Curso de Doutorado, pois sabemos que, mesmo na sala de aula, todos usamos as mais variadas formas de indeterminação disponíveis na língua. Direcionamos, então, o estudo para as formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação.

A opção foi por um estudo diacrônico desse fato na língua portuguesa do Brasil (PB), objetivando explicar esse fenômeno linguístico ao longo da história da formação da língua.

De início buscamos nas pesquisas linguísticas respaldo para as nossas inquietações e encontramos, primeiramente, uma referência à indeterminação em Mattos e Silva (2006), especificamente na perspectiva dos estudos históricos da língua portuguesa, trabalho que, em períodos ainda mais pretéritos, nos confirmou a existência de formas de expressão de “não-determinação do sujeito”, desde o período arcaico do português, apontando uma série de exemplos encontrados em textos desse período:

- a) Avia preto de duzentos monges (o SUJ nulo com verbos existenciais)
- b) Veo aaquel templo e derribou o altar en que se fazian os sacrificios(verbo na terceira pessoa do plural, expressando um sujeito genérico);
- c) De cinquenta anos adeante vai já homen folgando e assessegando e quedando das tentações(o pronominal homen, próprio do período ao arcaico(relacione-se ao *on* francês), que, com muita frequência, expressa a não-determinação do SUJ);
- d) Aquesta manceba con sa sogra foi convidada pera ir aa consagraçon da eigreja
- e) Disse que os juizos de Deus non se podian compreender Todalas cousas... que se farán come aquelas que se nunca farán pera se poderian fazer(a estrutura da passiva analítica, sem agente explícito, que resulta numa forma de indeterminação do sujeito,o mesmo ocorrendo com a passiva sintética; com se apassivador e verbo na terceira pessoa).(p.160)

Em *Estruturas Trecentistas*(1989), Mattos e Silva registrou a presença de *homen* como pronome indefinido no português arcaico, explicando ser comum o seu emprego, mesmo no século XVI, no sentido generalizador.

Em Said Ali (2001 [1921]), um dos grandes sintaticistas da história do português, encontramos informações que nos encorajaram mais um pouco para este estudo, quando ele defende a tese de que não existe *se* passivo, mas sim, *se* indeterminador, em sentenças do tipo “aluga-se quartos”. Para Said Ali a ação é psicologicamente atribuída a um ente humano, desconhecido ou que não se deseja nomear, com o *se* exercendo a função psicológica de agente indeterminado.

Também Said Ali já considerava a primeira pessoa do plural sem referência explícita a nenhum sujeito como uma forma de *se* indeterminar, ampliando as possibilidades de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação.

Em Câmara Júnior (1985, p. 221) encontramos também referência à indeterminação, dessa vez, ratificando o que dizem as GNs do século XX:

Note-se, porém, que pode haver um sujeito INDETERMINADO, ou melhor, indiferenciado, isto é, referindo-se à massa humana

indiferenciada. Exprime-se em português pela terceira pessoa do plural do verbo (ex.: Contam que certa raposa...).

Câmara Júnior (*idem; ibidem*) também se refere a um sujeito indeterminado *homen* no português arcaico, assim como Teyssier (2007). Argumenta este autor que *homen*, com o sentido do *on* francês, teve o seu desaparecimento no século XVI. Esse processo, segundo Castilho(1997:26-31) se insere nos estudos da gramaticalização.

Ribeiro (1914 [1884]), em sua *Gramática Portuguesa*, também tratou do emprego do vocábulo *homen*, uma estratégia pronominal do português arcaico, como uma estratégia presente no baixo latim, que deixou de ser usado como pronome no português e nas variantes neolatinas, no século XVI, permanecendo no francês, na forma *on*, interrompendo, assim, no português o seu processo de gramaticalização: substantivo > pronome indefinido.

Em Tarallo (1996, p.70), encontramos informações de que mudanças sintáticas importantes podem ser detectadas no português brasileiro do final do século XIX, que estabeleceram uma gramática brasileira distinta da portuguesa.

É possível que formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação, empregadas na escrita do século XX, apresentem reflexos do passado histórico da língua portuguesa do Brasil (PB) do século XIX, sugerindo assim a tese da estabilidade e continuidade semântica e sintática no uso de formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação do agente.

Alguns estudos, a respeito de fases mais recentes do português, tanto oral quanto escrito, apontam outras formas de expressar o "sujeito de referência indeterminada", como os trabalhos sobre o português oral de Kato e Tarallo (1986), Cunha (1993), Duarte (2006, 2002, 1995, 1993), Santana (2006), dentre outros, além de constatações no português escrito, a exemplo das pesquisas de Naro (1976), Nunes (1990), Cavalcante (1999), Lopes (1999), Lopes, Machado & Viana (2003), Faggion (2008) e outros, que ampliam o quadro dessas possibilidades de indeterminação tanto no português oral quanto escrito, a saber: *tu, você, a gente*, terceira pessoa do singular e do plural, formas verbais do infinitivo e *reanálise* do *se passivo* em indeterminador.

Algumas dessas pesquisas, das quais apresentamos um breve resumo no item 1.2 apontam ainda que nossas gramáticas normativas (GNs), além de

indicarem apenas duas possibilidades de formas verbais com sentido indeterminador, também não consideram os resultados dos estudos linguísticos, que ampliam o número dessas formas.

Essas e outras constatações, e ainda o fato de que outros estudos indicam que mudanças que se implementaram na fala estariam influenciando a escrita, incluindo-se, aí, a ampliação das formas de indeterminação do sujeito, no português do Brasil (PB), também motivaram à realização deste estudo diacrônico, focalizando apenas formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente, com a compreensão de que os estudos sobre mudanças gramaticais ocorridas na língua portuguesa ao longo da sua história ainda não subsidiam a maioria das gramáticas de maneira efetiva, o que, a nosso ver, dificulta o aprendizado da língua pelos falantes nativos e a atuação dos docentes de língua portuguesa em relação ao ensino da norma objetiva, ou de uso.

Para estudar essas formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação, buscamos levantar em duas sincronias distintas, em cartas e atas da Bahia, dos séculos XIX e XX, outras formas verbais que, efetivamente, co-ocorrem com a indeterminação do agente, descrevendo e analisando, sintática e semanticamente, essas formas verbais, na perspectiva de estudar melhor o tema nesse contexto sócio-histórico.

Justificamos, numa perspectiva mais ampla, o interesse pelo tema, decorrente da vontade de conhecer mais e da necessidade de descrever a história da língua portuguesa, especificamente identificando outras possibilidades de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação, mais especificamente do agente, pelas razões que explicitamos no capítulo 2.

O fato linguístico ao qual nos referimos diz respeito às formas verbais do tipo:

a) estrutura passiva sem agente expresso

(1) *Dada* a palavra ao Acad. Guilherme de Andrade para fazer o 4^o de hora Literária, este citou fatos da vida dos poetas(Ata séc.XX); (2) [...] *foram lidos* diversos ofícios(Ata séc XIX);

b) terceira pessoa do singular com *se*

(2) Em seguida, *passou-se* a deliberar sobre a aparição do

Periódico(Ata séc XIX);

c) terceira pessoa do singular sem *se*

(3) Por cá *tem* aproveitado muito o eucalipto feito chá (Carta século XIX);

d) infinitivo com *se*

(4) A necessidade de *estabelecer-se* algum critério de cessão(Carta séc. XX);

e)infinitivo sem *se*

(5) Para *resolver* tal situação sugeriu-se várias alternativas [...] (Ata séc. XX)

f) gerúndio com *se*

(6) E *determinando-se* a entrega de uma cópia destas Instruções (Ata séc. XIX);

g)gerúndio sem *se*

(7) A professora não foi indicada, *aguardando* apenas que a professora seja aprovada (Ata séc. XX);

h)terceira pessoa do plural sem agente expreso sem *se*

(8) *Matarão* a porrete o Joaquim Dionilho (Carta séc. XIX).

A constatação de que o *se* passivo passou por um processo de *reanálise* tornando-se indeterminador e considerando que construções verbais co-ocorrem com a indeterminação do agente, adotamos neste trabalho, os pressupostos do Funcionalismo linguístico, do qual consideramos algumas características e alguns princípios da gramaticalização, aliados às explicações da Linguística Histórica.

Admitimos, assim, que esse uso já ocorria no PB, nos textos escritos dos séculos XIX e XX e não apenas as formas previstas nas GNs daqueles séculos, co-ocorrendo com a indeterminação, o que se configura numa “estabilidade e continuidade semântica e sintática”, para citar Ferreira (2008:73).

Tomando em conta os resultados desses e de outros estudos relacionados à indeterminação, estabelecemos os seguintes objetivos:

a) investigar, descrever e analisar sintática e semanticamente formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente no português do Brasil, mais

especificamente da Bahia, em dois momentos diferentes da história da língua, ou seja, entre os séculos XIX e XX, em cartas e atas;

b) analisar as formas verbais e sua relação com fatores linguísticos (tipo de verbo, grau de indeterminação, traços sintáticos, semânticos morfológicos e discursivos) e não linguísticos (período de tempo, gênero de texto);

c) verificar indícios de gramaticalização no que se refere às consequências do apagamento do *se* indeterminador nas formas verbais analisadas considerando princípios de Hopper(1991); e

d) verificar a estabilidade e continuidade sintática e semântica de formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação.

A teoria funcionalista foi aqui escolhida por lançar um olhar diferenciado sobre a língua, por considerar o contexto e os usos linguísticos e suas funções, o que é compatível com os objetivos deste estudo. Essa teoria está voltada para o uso real, efetivo da língua e admite a instabilidade entre estrutura e função. A visão da mudança linguística, estabelecida pela teoria da Gramaticalização justifica a necessidade de um estudo diacrônico.

A comparação de duas sincronias nos permitiu historiar o comportamento dessas formas verbais, nos séculos XIX e XX, verificar indícios de gramaticalização e perceber a existência de continuidade e estabilidade sintática e semântica desse fato no século XX.

Considerando essa perspectiva funcionalista, os estudos sobre a indeterminação do agente e as explicações da Linguística Histórica, estabelecemos as seguintes hipóteses:

a) Outras construções verbais co-ocorrem com a indeterminação, além das previstas nas GNs dos séculos XIX e XX, com ou sem o acompanhamento do *se* indeterminador, caracterizando-se uma estabilidade e continuidade semântica e sintática desse fato, ao longo dos séculos XIX e XX, no PB escrito, na Bahia;

b) O apagamento do *se* indeterminador junto às formas verbais, como consequência de perda das suas funções sintáticas e semânticas, pode ter favorecido a transferência do sentido indeterminador para formas verbais, que adquiriram traço semântico de indeterminação, e a ampliação do uso dessas formas, com função similar,

independentemente da ausência do se indeterminador nesses contextos de formas verbais, caracterizando-se um processo de gramaticalização;

c)O apagamento do se indeterminador nos textos escritos da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) pode ser uma inovação do PB introduzida pelos afrodescendentes;

d)O sentido indeterminador do agente que pode ser interpretado no uso dessas formas verbais ocorre mais com verbos do tipo semântico dinâmico- verbos de ação e ação-processo;

e)As formas verbais apresentam uma gradação do agente que pode ter as seguintes características, representadas na matriz: [agente +humano, ± contexto, ± especificação do agente, ± generalização, ± determinação].

Definidas as finalidades deste estudo, no Capítulo 1, tratamos a seguir do objeto de estudo, denominado *A Indeterminação do agente em português*, apresentando a compreensão de alguns gramáticos, a visão de alguns linguistas, com base em uma breve revisão bibliográfica dos trabalhos realizados sobre o tema, tanto em relação à linguagem oral quanto à escrita e que deram grandes contribuições para este estudo. Concluindo este capítulo, apresentamos a compreensão que temos a respeito de algumas posições em torno da indeterminação.

Na sequência, no Capítulo 2, apresentamos a *Metodologia*, tratando do Funcionalismo, atentando para algumas características e princípios da gramaticalização considerados nesta pesquisa, tendo em vista que o apagamento do se indeterminador nessas construções e o fato de que formas verbais co-ocorrem com a indeterminação pode estar indicando mudança semântica e perda de traços categoriais. Abordamos ainda alguns pontos da Linguística Histórica, que possibilitam explicar historicamente o fato linguístico aqui analisado, a partir de uma breve descrição dos cenários históricos dos séculos XIX e XX.

Tratamos também, nesse capítulo, da constituição e caracterização dos *corpora*, dos critérios para a seleção das ocorrências utilizadas para a análise dos dados, os critérios para estabelecimento dos graus de indeterminação e para a análise dos dados, além da descrição dos fatores linguísticos e não linguísticos a serem analisados.

No capítulo 3, apresentamos a *Descrição e Análise dos dados*, com base nos resultados numéricos, resultantes da frequência e dos percentuais de cada fator analisado, expondo-os em tabelas e gráficos, para melhor visualização dos resultados quantitativos, com a finalidade de auxiliar nas análises qualitativas.

Nas *Considerações finais*, destacamos as informações mais relevantes obtidas com este estudo de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente, doravante FVCIA.

Este estudo foi desenvolvido, não apenas em função do nosso interesse pelos estudos históricos da língua, mas na perspectiva de trazer alguma contribuição para a linha de pesquisa *Constituição histórica do português brasileiro*, desenvolvida pelo PROHPOR/UFBA, Coordenado pela Professora Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, e uma reflexão para ensino da língua portuguesa.

CAPÍTULO 1 A INDETERMINAÇÃO DO AGENTE EM PORTUGUÊS

Neste capítulo, fazemos um breve relato das diferentes abordagens sobre a indeterminação, iniciando pelas gramáticas normativas consultadas, (CAMPEDELLI E SOUZA, 1999; CUNHA E CINTRA, 1985, e BECHARA, 1999, 1989), a Gramática Histórica de Said Ali(2001[1971]) e a Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro(1914[1884]) identificando as suas concepções a respeito do sujeito indeterminado. Ao longo desse capítulo, alternamos a posição dos gramáticos com alguns comentários a respeito das concepções de sujeito, agente, indeterminação, voz passiva, transitividade presentes nas GNs.

Apresentamos, também, a perspectiva da Linguística a respeito dessas concepções, concluindo com alguns resultados de pesquisas sobre indeterminação, tanto na modalidade oral quanto escrita, envolvendo ou não formas verbais, abordando as idéias dos seguintes trabalhos: Naro (1976), Nunes (1990), Cunha (1993), Lopes (1999), Cavalcante (1999), Duarte (1993, 2002), Oliveira (2004), Scherre (2005), Santana (2006), Bittencourt(2008), Faggion(2008), dentre outros, com a finalidade de mostrar a relevância do tema e as abordagens por eles apresentadas.

Para os estudos mais voltados para a história do português brasileiro, apresentamos a compreensão da Linguística Histórica, principalmente as discutidas por Mattos e Silva (2006, 2004, 1999, 1996, 1995, 1993, 1991, 1989), Câmara Júnior (1985), Faraco (2005).

1.1 O SUJEITO INDETERMINADO NA PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS-GNs

1.1.1 Contextualizando o problema

Tradicionalmente, o sujeito indeterminado é concebido nas GNs dos séculos XIX e XX como sendo a não referência a pessoa determinada, ou como o desconhecimento de quem executa a ação (aqui o sujeito é considerado o agente, como se a indeterminação ocorresse apenas com verbos de ação, com o sujeito sendo sempre o agente); ou ainda quando não há interesse em identificar o sujeito, conforme se pode verificar no exemplo abaixo:

(9) *Na casa pisavam sem sapatos e falava-se baixo* (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 125).

Outras GNs veem o sujeito indeterminado como o responsável pelo que afirma o predicado, mas que “não se acha nem implícito, nem explícito na oração” (CAMPEDELLI E SOUZA, 1999, p. 272).

Na classificação dos tipos de sujeito, as GNs incluem o conceito de indeterminação no de “sujeito indeterminado” e é tomado em conjunto com os conceitos de sujeito claro, oculto, simples, composto, que são conceitos formais, enquanto que o de indeterminação é um conceito semântico.

Quando tratam do sujeito oculto, caracterizam-no como

o que não está expresso, mas pode ser identificado pela desinência verbal, ou pela presença do sujeito em outra oração do mesmo período ou de período vizinho (CAMPEDELLI E SOUZA, 1999, p.273).

(10) João gostoso bebeu, cantou, dançou e depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

(João Gostoso é o sujeito claro na primeira oração e oculto nas quatro seguintes)

Cunha e Cintra(1993) compartilham dessa mesma ideia. Tratam do sujeito oculto como

aquele que não está materialmente expresso, mas que pode ser identificado pela desinência verbal, pela presença do sujeito em outra oração, do mesmo período ou em outro(p.124)

(11) *Ficamos* um bocado sem falar

(12) Guilhermina bocejou. *Iria* adormecer? *Pôs-se* a calcular as horas.

O sujeito indeterminado é considerado nessas gramáticas quando se desconhece quem executa a ação ou por desinteresse no seu conhecimento:

(13) *Reputavam-no* o maior comilão da cidade.

(14) *Precisa-se* do carvalho, não se precisa do caniço.

(CUNHA E CINTRA, 1985)

Assim, as GNs atribuem a propriedade indeterminação ao sujeito, sem considerar uma interpretação semântica para a indeterminação, diferente do conceito de sujeito determinado.

Bechara(1999,p.410) numa postura diferenciada dos demais gramáticos aqui citados, diz que

sujeito é uma noção gramatical, e não semântica, pois o sujeito não é, necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal(...).O sujeito pode representar o paciente desse processo.

É possível subentender nesta afirmação de Bechara uma relação com os papéis temáticos do verbo.

Como dissemos na Introdução deste trabalho, geralmente as GNs dos séculos XIX e XX apontam apenas duas formas de indeterminar empregando formas verbais:

a) verbo na terceira pessoa do plural

(15) *Contaram-me, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós*”(CUNHA E CINTRA, 1985, p. 125).

b) verbo na terceira do singular com o pronome se, com verbos transitivos indiretos e intransitivos

(16) *Crê-se em seres extraterrestres*(CAMPEDELLI E SOUZA, 1999, p.273).

Bechara(1999), o único a se referir a mais uma possibilidade de se indeterminar o sujeito, acrescenta o verbo da oração na terceira pessoa do singular, sem referência a pessoa determinada

(17) *Diz que eles vão bem*

sem considerar erro a ausência do clítico *se* junto a essa forma verbal. E embora considere mais frequente o verbo na terceira pessoa do plural, para ele, as duas formas *se* equivalem. Bechara também considera que o sujeito indeterminado pode ocorrer com verbos no infinitivo(18), com verbos transitivos (19) e (20), intransitivos (21) e transitivos tomados intransitivamente(22) acompanhados do clítico *se*:

(18) *Recordar é viver* (p.526)

(19) *Vendem-se casas*

(20) *Precisa-se de empregados*

(21) *Vive-se bem* (p.178)

(22) *Abre-se às dez*(p.177)

Nos exemplos observados nas gramáticas, percebemos que são utilizados dois critérios para definir a indeterminação: um semântico (ou do significado) quando não é possível identificar o sujeito da ação, e outro, de caráter morfossintático (ou formal), podendo ser “identificado através da desinência verbal,” como no caso dos verbos da terceira do plural, como em (23), forma considerada pela tradição gramatical como a forma prototípica de indeterminação, e como em (25), onde a forma verbal é acompanhada do clítico *se*:

(23) *Disseram coisas incríveis, mentirosas* (CAMPEDELLI E SOUZA, 1999: 273)

(24) *Comia-se com a boca, com os olhos, com o nariz* (CUNHA E CINTRA, 1993:125)

As GNs consultadas também argumentam que o *se* em (24) é “índice de indeterminação do sujeito”, por se tratar de um verbo transitivo direto, mas tomado intransitivamente, sendo aqui utilizado o critério sintático, uma vez que *se* apóiam na predicação verbal. A transitividade é entendida pelas GNs como uma característica inerente ao verbo e, ao que parece, responsável pela diferenciação entre o que consideram “*se* apassivador” e o *se* indeterminador.

Quanto ao uso de critérios sintáticos e semânticos na análise da indeterminação do sujeito, Perini (1989) não considera incompatível uma análise que leve em conta os dois critérios, desde que analisados separadamente ou em correlação.

Também as GNs analisadas indicam duas possibilidades de expressar a voz passiva: uma “sintética” e outra “analítica”, mas não consideram a passiva analítica sem agente expreso como uma outra possibilidade de indeterminação do agente.

Quanto à passiva considerada sintética pelas GNs consultadas o se em (25) e (26) não é considerado o sujeito, mas assinalando a voz passiva pronominal:

(25) *Frita-se ovos (Ovos são fritos)*

(26) *Vende-se casas (Casas são vendidas)* (BECHARA, 1999 : p.178)

Interpretamos (25) como uma sentença com agente indeterminado, o mesmo para *Ovos são fritos*, para a qual há possibilidades de várias interpretações, como *Ovos são fritos*, ou *cozidos não são refogados*. Em *Vende-se casas* e em *Casas são vendidas (não são doadas)* ocorre o mesmo.

Assim, construções como *Vende-se casas*, *Frita-se ovos*, *Aluga-se casas* e *Alugam-se casas* seriam construções na voz ativa, com verbo transitivo mais objeto direto, com agente indeterminado, concordando com Scherre(2005).

Bechara(1989:222) chama a atenção para não se confundir voz passiva com passividade. Segundo ele, a voz passiva é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação: *Ele foi visitado pelos amigos/ Alugam-se bicicletas*

Quanto à passividade, acrescenta, é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo, como em *Os criminosos recebem o merecido castigo*. Portanto, nem sempre a passividade corresponde a voz passiva. Assim, em *osso duro de roer = osso duro de ser roído*, haveria apenas passividade, com verbo na voz ativa, conclui.

Não há, portanto, para esses gramáticos a possibilidade de ocorrer a “indeterminação do sujeito” com verbos transitivos com objeto direto, acompanhados de *se*, sem concordância, pois, segundo eles, trata-se da “voz passiva pronominal” ou voz passiva sintética, sendo que o objeto direto é considerado o sujeito explícito dessa passiva. Nessa interpretação o exemplo abaixo não é considerado correto, em razão da não concordância do verbo com o sintagma nominal considerado sujeito - *quartos* :

(27) *Aluga-se quartos.*(*Quartos são alugados.*)(CAMPEDELLI E SOUZA, 1999:191)

Interpretamos esse exemplo como sendo um caso de agente indeterminado e *quartos* como sendo o objeto direto.

As construções com voz passiva formadas por verbo *ser* mais participio do verbo, com ou sem agente da passiva expresso são consideradas passivas analíticas e são analisadas como tendo sujeito explícito, com base apenas no critério sintático.

(28) *Todas as jogadas* foram estudadas.(CAMPEDELLI E SOUZA, 1999:191)

(29) *A ligação* foi cortada repentinamente (CUNHA E CINTRA 1985:285)

Em (28), *Todas as jogadas* é o SN sujeito sintático, e o agente é indeterminado (quem estudou as jogadas?), sendo essa construção mais uma possibilidade de forma verbal que co-ocorre com a indeterminação do agente. Em (29) ocorre o mesmo, ou seja, *A ligação* é o sujeito (sintático) e o agente é indeterminado.

Portanto, a construção “passiva analítica” como os exemplos (28) e (29), não equivale no sentido à construção considerada passiva sintética, com o pronome *se*. Hélio Silva (2006), a esse respeito, conclui que é possível que a concepção dessas GNs remonte ao latim, onde havia a voz passiva sintética, expressa em um único vocábulo (*amor* significando *eu sou amado*), o que efetivamente não ocorre no português.

O tratamento dado pelas GNs ao pronome *se* nesses contextos, ora como índice de indeterminação do sujeito, ora como “partícula apassivadora”, acarretou um equívoco interpretativo por parte dessas gramáticas. Entretanto, não há equivalência entre a chamada voz passiva *sintética*, construção em que o pronome *se*, denominado apassivador, é seguido de um sujeito paciente, e a voz passiva *analítica*, como se aquela fosse uma *síntese* desta.

É possível que o fato de o *se* ter passado por *reanálise sintática*, sendo reinterpretado no século XVI, mudando de *se* passivo a *se* indeterminador, tenha influenciado as GNs, que mantiveram a antiga função do *se* como apassivador, o que levou essas gramáticas a considerarem a existência de uma passiva sintética no PB.

A compreensão que temos a respeito da voz verbal está relacionada ao que diz Perini(1998, p.218): a toda passiva corresponde uma ativa, mas nem toda ativa tem uma correspondente passiva. Portanto, o sentido em “*Alugam-se quartos*” é diferente do sentido em *Quartos são alugados*. Não sendo, portanto, voz passiva, mas uma construção ativa, com agente indeterminado.

Em relação ao critério sintático (transitividade verbal), percebemos que, tal como apresentada pelas GNs (a transitividade como algo inerente ao verbo) não é critério nem é condição para que certas construções com *se* sejam consideradas passivas sintéticas, uma vez que, conforme exemplos apresentados anteriormente e retirados dos *corpora* da pesquisa, seja o verbo transitivo direto, com objeto direto, indireto, ou seja o verbo intransitivo, na voz ativa ou na “passiva pronominal”, como considera a GN, outras formas verbais podem co-ocorrer com a indeterminação, acompanhadas ou não do *se* indeterminador, conforme documenta Bechara(1989) no exemplo “*Diz que*”.

Portanto, as concepções de sujeito e agente, tomadas como iguais, a defesa da existência de uma passiva sintética no PB e a noção de transitividade como uma noção específica do verbo parecem ter impedido as GNs dos séculos XIX e XX de entenderem que outras formas verbais poderiam estar co-ocorrendo com a indeterminação do agente.

1.2 A VISÃO DA LINGUÍSTICA SOBRE A INDETERMINAÇÃO NO PORTUGUÊS

1.2.1 O Sujeito

Inicialmente trazemos algumas concepções da linguística para as noções de sujeito, agente, voz passiva e indeterminação .

Quanto ao conceito de sujeito, Rollemberg *et al* (1991), dizem que:

o sujeito oracional é uma função sintática indicada pela relação que os vocábulos têm entre si dentro da oração; deste modo, à exceção da que contém verbo impessoal, possui sujeito. O sujeito, enquanto elemento gramatical, poderá vir ou não expresso sob forma de variados itens lexicais; sua ausência não se faz imprescindível quando indeterminado (p.57).

Pontes(1986) acrescenta que há sujeitos que não são agentes e que há agentes que não são sujeitos, como o agente da passiva. Para a autora, o sujeito é um conceito sintático; agente e paciente são conceitos semânticos. Portanto, seria um engano considerar que sujeito é igual a agente, embora os sujeitos básicos, em geral expressem o agente. Se houver uma concepção universal de sujeito terá de levar em conta traços semânticos, sintáticos e pragmáticos, diferindo da concepção clássica de sujeito. Para a autora, o traço de agente não deve ser considerado necessário na definição de sujeito, considerando exemplos como :

(30) O carro furou o pneu

(31) Eu operei o estômago

Os traços de um sujeito básico, prototípico seriam: agente, animado, tópico, pré-verbal. Sugere a autora que devemos abandonar a noção de que uma sentença de ordem SVO tem sempre um sujeito agente. As passivas, por exemplo, não têm um sujeito prototípico e, frequentemente, a oração passiva não tem sujeito.

Lyons(1979) apresenta quatro tipos de sujeito:(a) gramatical; (b) lógico, (c) temático; (d) psicológico: o sujeito gramatical depende da língua, podendo ser expresso através de casos, da posição e concordância; o sujeito lógico é

como se apresenta nas GNs, é o ser individual, autor dos atos, o que age, agente; temático é o sujeito constituinte dos enunciados(tópico); e psicológico é o que estabelece uma ordem dos enunciados, conforme se passa na mente do falante no processo cognitivo.

Na compreensão de Pontes, o sujeito é um conceito sintático que possui os traços [+agente], [+animado], sujeito prototípico, expressa o agente, e cujas características básicas são sintáticas semânticas e pragmáticas, sendo que estes sujeitos são mais prototípico do que os não- básicos, ou seja, que estão na posição de sujeito mas não são; que têm menos traços do que o sujeito prototípico.

Givón (1990) compreende que o sujeito expressa o tópico discursivo e é uma entidade pragmática, dependente do contexto.

Mira Mateus *et al*(2003:281) entendem o sujeito como uma das relações gramaticais centrais e dizem que trata-se da relação gramatical do argumento do predador que é dada maior proeminência sintática (sujeito lógico da frase); é a expressão com a função de tópico(sujeito psicológico); é o assunto a cerca do qual se afirma, nega ou questiona o predicado; a expressão que desencadeia a concordância (sujeito gramatical).Na hierarquia temática, é o constituinte mais elevado.

1.2.2. O agente

O conceito de agente nas GNs coincide com o de sujeito, conforme apresentado no item 1.1.1. Além disso, as GNs consultadas se referem ao termo agente apenas como o agente da passiva, que é considerado presente em duas possibilidades- na passiva sintética e na passiva analítica.

A respeito do conceito de agente, Dik (1980, *apud* PONTES:1986) reconhece o agente como uma relação funcional semântica, que está sempre presente numa predicação de ação.

Também Perini (1998, p.356) entende o agente como “a entidade que provoca a ação denotada pelo verbo”, dotado de intencionalidade. Um agente animado, no mais das vezes humano. Exemplifica Perini que em *A janela foi quebrada* temos agente em sua representação semântica, mas em *A janela quebrou*, não, pois essa sentença não aceita um adverbial como *propositadamente*, por exemplo.

Por outro lado, Jackendoff(1972, *apud* PERINI,1989, p. 357) diz que o agente não precisa ser dotado de intencionalidade(ou volição própria) para que exista agente na frase, no caso de agente[-humano]: A ventania atirou Bilico na piscina.

Pontes(1986) diz que há uma gradação na agentividade e na topicalidade e que a noção de agente funciona na base de uma escala: no topo estão os seres humanos e na base da escala estão os seres inanimados. Essa autora refere-se ao agente como sendo o que expressa o sujeito básico, diferente do sujeito da passiva, que não expressa o agente, pois não tem referência independente, a referência é indeterminada.

O conceito de agente presente em Mira Mateus(2000) expressa que: “agente é o papel temático do argumento que designa a entidade controladora, tipicamente humana, de uma dada situação” (“*Os presentes votaram a proposta, A Maria guiou o jipe*”) (p.188).

Compreendemos que nestes exemplos, o agente coincide com o sujeito sintático, mas sabemos que nem sempre é assim.

Nas considerações de Ribeiro(1914 [1884]), é possível perceber uma distinção entre dois sujeitos: o sintático e “o psicológico” ou “agente” da ação, o que origina a noção de sujeito indeterminado. Said Ali (2001[1917] chega a propor que se deveria deixar de se chamar sujeito indeterminado e passar-se a chamar de agente indeterminado.

1.2.3 A indeterminação

As concepções de Ribeiro (1914[1884]) sobre a indeterminação nas línguas românicas são relacionadas ao processo ocorrido com o latim, em que a forma que exprimia voz reflexiva passou a exprimir voz passiva, expressando a indeterminação do agente. A noção de agente ligada à de sujeito indeterminado, assim como o uso do verbo na terceira pessoa do plural sem agente exposto e o uso do se como índice de indeterminação do sujeito como formas de indeterminação também são encontradas em Ribeiro.

Sobre a indeterminação, Milanez (1982, p. 24-5) faz uma distinção entre *determinação*, *indeterminação*, e *indefinição*, que apresentamos no quadro 1 abaixo:

Quadro 1.Determinação, indeterminação, indefinição

DETERMINAÇÃO	INDETERMINAÇÃO	INDEFINIÇÃO
<p>Apresenta de forma nítida e evidente a referência a uma ou mais pessoas do discurso.</p>	<p>Conceito semântico- envolve noção de pessoa, generalização, referência;</p> <p>Tem como traço essencial a generalização (não atribui o fato a seres específicos, identificáveis);</p> <p>Refere-se a elementos com o traço [+ humano], podendo envolver qualquer uma das pessoas do discurso, ou as três de uma só vez;</p> <p>Verbos que possibilitem subcategorizar o sujeito (agente, experienciador, etc.); sujeito agente-traço [+animado];</p> <p>Abrange tanto elementos lexicais quanto formas verbais (3ª do singular, 3ª do singular com se, sem se, infinitivo, 3ª do plural), não necessita de marcas linguísticas diferentes; específicas para se referir às três pessoas do discurso;</p> <p>Elementos dependentes do contexto para sua interpretação;</p> <p>Na perspectiva da análise do discurso, é uma forma de exclusão dos atores sociais ou de um dos atores do processo enunciativo, para atender a interesses e propósitos do enunciador.</p>	<p>Conceito semântico- envolve noção de pessoa, referência</p> <p>A generalização é apenas uma possibilidade limitada, um conjunto fechado que pode ser expresso na sua totalidade (<i>todos, tudo</i>), no seu esvaziamento (nenhum, nada), ou parcialmente (alguns, uns etc.)</p> <p>Refere-se a elementos tanto com o traço [+ humano], quanto com o traço [-humano] e [-animado];</p> <p>Envolve elementos lexicais exclusivos da 3ª pessoa, (alguém, algo, tudo, nada, etc.);</p> <p>Elementos analisados dentro dos limites da frase, de acordo com a gramática gerativa transformacional.</p>

(MILANEZ, 1982:24-5)

Milanez (1982) alerta para o fato de que os conceitos de *indeterminação* e *indefinição* frequentemente são tomados como sinônimos, mas que apesar da aproximação entre eles, esses conceitos não são iguais.

Na concepção de Benveniste (1995:250) a indeterminação exprime generalização, atingindo qualquer pessoa do discurso, ou todas ao mesmo tempo, envolvendo, obrigatoriamente a não-pessoa.

1.2.4 Agentividade e indeterminação

Para ampliar a contextualização do objeto de estudo desta Tese, apresentamos um quadro-resumo de algumas considerações a respeito da relação agentividade e indeterminação, com base em Hélio Silva & Oliveira (2009). Pesquisando a relação agentividade e indeterminação, em *corpora* constituídos de textos orais e escritos do PE e do PB, dos séculos XIX e XX, essas autoras constataram que os predicadores verbais de ação selecionam nome agente e os de ação-processo selecionam sujeito agente e nome paciente, e foram esses verbos os que mais ocorreram com o agente indeterminado nos *corpora* analisados pelas autoras.

Quadro 2

AGENTIVIDADE	INDETERMINAÇÃO
Noção semântica	Noção semântica
Propriedade semântica do sujeito prototípico da ação verbal: “Que <i>dizem os burgos?</i> ” (ação).	Não explicita o referente (SN) dos verbos de ação: “ <i>Disseram ao Gafo, esta manhã, que estava no burgo.</i> ”(ação)
Predicadores verbais de ação e ação- processo selecionam nome agente: “Mas, meu amigo, os <i>rebeldes têm feito</i> por lá horrores!” (ação); Predicadores verbais de ação-processo selecionam nome paciente: “ <i>Urraca apaga a candeia</i> que ficou de noite sobre a arca (...)”(ação-processo).	Foram os que mais co-ocorreram com a indeterminação nos <i>corpora</i> analisados do PB e do PE: “ <i>Vê-se nos olhos</i> ”(ação) “ <i>Minha mãe, pra que é que mandam a gente presa para a cidade?</i> ” (ação-processo).

a) Sujeito agente indeterminado na voz ativa ocorre mais com verbos de ação (atividade/agentividade) e de ação-processo (atividade/agentividade/mudança de estado). Portanto, sujeito agente indeterminado é também, na maioria dos casos, o agente indeterminado;

b) O agente nem sempre tem o controle da ação, nem a intenção de realizá-la, ou é o causador deliberado da ação, o que pode ser traduzido na seguinte matriz:

agente: [desencadeador, (controle), (intenção), (causalidade)]

c) Verbos de estado-estativos- (assim como os de processo) selecionam nome paciente e não ocorreram nos *corpora* com agente indeterminado no textos escritos.

Nascimento (2002, *apud* FAGGION, 2008:37), diz que os verbos de estado aceitam indeterminação com *se*: *Hoje se está aqui amanhã não se está mais, Hoje se está contente, amanhã se está triste.*

d) Também verbos de processo aceitam a indeterminação:

“Se nasce, se cresce, se morre” “Não há tempo a perder!”

e) Não foram encontrados dados de verbos estativos nos dados de textos escritos dessa pesquisa, mas alguns poucos em textos orais:

“Deve ser muito agradável estar no meio, daqui pra Itaparica [...]”

“[...] aqui pretende-se que o, o homem da serralharia, o homem da carpintaria faça uma requisição”

“Daí, então, aguardar a chamada pelo alto-falante [...]”

(HELIO SILVA & OLIVEIRA, 2009)

Também as autoras constataram que nem sempre há relação agentividade-causalidade, ou nem sempre o agente é o experienciador (relação agentividade-experiência mental, psicológica, perceptiva ou cognitiva) ou é o afetado.

1.2.5 A voz passiva

Sobre a voz verbal, Ribeiro (1914[1884]) explica que, a partir da distinção entre três vozes verbais -a ativa, a média e a passiva- o latim passou a exprimir a voz média por meio do pronome reflexivo *se*, que afinal veio a ser a passiva do período clássico. Conclui Ribeiro que

é exactamente o mesmo que se dá nas línguas românicas: a voz média ou reflexa converteu-se em voz passiva, passando nas terceiras pessoas a exprimir a indeterminação de um agente que não se especifica. (p.336)

Essa visão histórica possibilitou a Ribeiro concluir que formas sintaticamente distintas podem ser consideradas construções de agente indeterminado, em dois casos :

- 1) a expressão impessoal: com verbos transitivos-Diz-se; Crê-se; Sabe-se; e com verbos intransitivos-Vai-se; Vive-se
- 2) a expressão pessoal- Neste caso o verbo, que só transitivo pode ser, regula-se pelo número do sujeito -Dá-se um baile; Plantam-se árvores. (p.332).

Porém, nesses exemplos, pressupõe-se um agente indeterminado que, de fato, exerce a ação.

Em outro trecho da sua Gramática, Ribeiro diz que

Fica, pois, demonstrado que as fórmulas românicas construídas com *se*, bem como com as formas passivas, servem para exprimir a acção sem trazer a lume o agente(p.334).

Ainda sobre a passiva, no século XIX, Ribeiro acrescenta que a passiva sintética permite a sua substituição por outras formas de indeterminação do agente, como *homen e pessoa*, formas sugeridas pelo autor que, segundo ele, eram usadas quando do uso “abusivo” do *se*, o que favorece construções sem sujeito expreso.

Isso leva a crer que as GNs posteriores se inspiraram na *Gramática da Língua Portuguesa* de Ribeiro, para manter as mesmas concepções sobre a indeterminação nas gramáticas atuais.

A interpretação que temos com relação à voz passiva, como já exposto no item 1.1.1, acompanha o que diz Perini (1998), e Scherre (2005), a saber que a melhor maneira de analisar essas construções é considerar como de voz passiva apenas as construções de verbo (*ser, estar*) mais participio. Entretanto, consideramos também como passivas construções formadas apenas do participio. Perini chama a atenção para o fato de que a toda passiva corresponde uma ativa, mas nem toda ativa tem uma passiva. Diz ainda este autor que a chamada voz “passiva sintética” é puramente institucional, ou seja, o falante nativo do português somente a utiliza porque aprendeu essa forma na escola, e não por haver nela uma lógica imanente.

Pontes (1986) diz que a voz passiva é um meio de escamotear o agente - ou não sabemos quem é ou não nos interessa saber quem, mas apenas registrar algo.

Vejamos então o que dizem as pesquisas linguísticas sobre as FVCIA.

1.2.6 A indeterminação nas pesquisas linguísticas

Reunimos nesta sessão alguns trabalhos de diferentes correntes teóricas, fazendo um breve resumo daqueles que tratam da indeterminação, tanto dos que tratam da indeterminação na fala, quanto na escrita, sincrônicos ou diacrônicos.

Na perspectiva dos estudos históricos da língua portuguesa, vimos que Mattos e Silva (2006, p.160) traz uma série de exemplos, de formas de expressão do sujeito “não-determinado” no português arcaico. Destacamos, agora, apenas as que ainda permaneceram no português escrito dos séculos XIX e XX e que correspondem às formas verbais em análise neste estudo:

a) Verbo na terceira pessoa do plural, e expressando um sujeito genérico:

(33) Veo aaquel templo e derribou o altar en que *fazian* os sacrificiços;

b) A estrutura da passiva analítica, sem agente explícito:

(34) Aquesta manceba con sa sogra *foi convidada* pera ir aa consagraçon da eigreja;

c) A estrutura da passiva sintética, com *se* apassivador e verbo na terceira pessoa:

(35) Disse que os juizos de Deus non *se podian* compreender.

O pioneiro dentre esses trabalhos é o de Naro (1976) que estudou as origens históricas do *se*, do período arcaico para o moderno, com textos dos séculos XIII ao XX, e tratou do *se* passivo, com ou sem agente expresso, uma construção clássica e a mais antiga das construções com *se*, onde é aplicada a regra de concordância entre verbo e argumento interno paciente: *Vendem-se casas*, e sem a concordância entre o verbo e o argumento interno, considerada erro pelas GNs : *Vende-se estas casas*.

Nunes (1990), por sua vez, tratou do *se* indeterminador e apassivador, numa visão sincrônica e diacrônica, para analisar a mudança de *Alugam-se casas* para *Aluga-se casas*, a partir de cartas, diários e documentos, como representantes do vernáculo de cada época.

Esse autor constatou, como Naro, que o *se* dito passivo/apassivador passou por um processo de *reanálise* sintática no português antigo. Hoje, segundo ele, no PB essa mudança está praticamente concluída: o *se* indeterminador é a forma canônica na fala e o *se* apassivador ficou restrito à escrita.

Há, ainda, com relação a esse pronome, as mudanças recentes: o apagamento do *se* indeterminador em construções finitas e a sua inserção em construções infinitivas. A falta de concordância entre verbo e argumento interno só aumentou desde o século XVIII até o XIX, ampliando-se no século XX na fala. Ainda sobre o *se*, Nunes (1990) aponta que sua evolução diacrônica está bem retardada, com um desenvolvimento a partir do século XIX. Para Nunes a *reanálise* das passivas pronominais em indeterminação é possível pela não diferença na interpretação nessas construções da referência indeterminada do agente.

Do ponto de vista dos estudos diacrônicos, o *se* impessoal tem seu incremento a partir do século XIX e resulta de uma *reanálise* do *se* passivo. Além disso, dizem os estudos, o *se* considerado apassivador pelas GNs não tinha um comportamento estável no século XIX, o que pode ter acarretado o uso de formas novas para indeterminar o sujeito.

Alguns estudos linguísticos sobre o tema revelam que existe o apagamento do *se* indeterminador em textos dos séculos XX, demonstrando uma interferência da fala na escrita.

Quanto ao apagamento do *se*, Duarte (2002) diz que houve um crescimento que atingiu 50% no século XX. A partir do século XIX, as construções finitas começaram a aparecer sem o *se*. Segundo a autora, a prevalência do *se* impessoal sobre o *se* passivo teria criado contexto favorável ao apagamento do clítico, uma vez que a construção passiva de *se* não era regra estável no PB do século XIX.

Outros estudos apontam que, ao contrário do que diz a GN, os verbos transitivos diretos acompanhados do clítico *se* também *se* constituem numa forma de indeterminar o sujeito, sendo que o SN presente na frase é argumento interno. Sentenças finitas com o clítico *se* sem concordância, com o argumento interno no plural e sentenças infinitivas com *se*, segundo Duarte (2002), tinham uso expressivo no século XIX.

Vitral (2006), tratando da evolução sintático-semântica das construções com *se*, diz que essa evolução se deu na direção do sentido impessoal, no PB, a partir do século XIX, período em que se inicia o apagamento do *se*. Segundo Pagotto (1998), houve uma ascendência do uso de *se* do século XIX para o XX, em consequência da lusitanização da norma culta brasileira.

Ribeiro (1998) constatou que o apagamento do *se* é um fenômeno bem geral no PB, que atinge não somente as construções de indeterminação, mas também as formas com os verbos considerados reflexivos ou pronominais.

Duarte, Kato e Barbosa (2003), em pesquisa comparativa sobre sujeitos, no PB e no PE, dizem que há evidências, mesmo na escrita, da perda do sujeito nulo referencial no português brasileiro, dando lugar a um sujeito indeterminado, expresso mediante formas pronominais nominativas (expressas ou nulas), ao contrário do que ocorre no português europeu, que privilegia as construções com *se*.

Duarte (2002) ainda constatou que a forma *se* era frequentemente utilizada no século XIX para indeterminar o agente ao lado da forma *nós*. A autora constatou, entre outros resultados, em anúncios de jornais do Brasil, que a construção passiva encontrava-se em variação com a construção de indeterminação, sem a concordância com o argumento interno de verbos transitivos.

Em relação ao uso do *se* junto a formas verbais não-finitas, Nunes (1990) acha que não deve ter surgido antes do século XIX, período em que as construções com *se* indeterminador eram majoritárias no PB e quando há um salto na ausência de concordância nas infinitivas, passando as passivas pronominais a serem mais empregadas, e as infinitivas ultrapassam as finitas na preferência pelo *se* indeterminador.

Um estudo realizado por Cavalcante (1999) aponta que os textos da imprensa mais formal, ao longo dos séculos XIX e XX, privilegiam a construção passiva com *se* mais verbo transitivo direto, com concordância entre verbo e argumento interno em detrimento da construção de indeterminação, ou seja, *se* mais verbo transitivo sem concordância entre verbo e argumento interno. Propõe a autora que as GNs deveriam considerar o *se* passivador como *se* indeterminador.

Lopes *et al*(2003) acompanharam o percurso de outras estratégias de indeterminação em um tipo de texto jornalístico dos séculos XIX e XX, especificamente em anúncios cariocas, e constataram que, no século XIX, oito diferentes recursos para indeterminar o agente foram utilizados, tanto para quem anuncia, quanto para o leitor, como, por exemplo: *se, quem, formas verbais nas primeiras, segundas e terceiras pessoas do plural, formas verbais no infinitivo e nominalizações*.

Para o século XX, as pesquisadoras encontraram, além dessas estratégias, casos de *você*, que se implementou na língua como indeterminador do sujeito a partir dos anos 50; prevalência das *formas nominais de tratamento; formas de imperativo* e o pronome *nós*, em decorrência do declínio no emprego do *se*, permanecendo em anúncios, e um caso de *a gente* foi encontrado na última fase analisada pelas pesquisadoras.

Ikeda (1980) também aponta o verbo no infinitivo como uma das estratégias para indeterminar o sujeito, além da terceira pessoa do plural e do singular. Entretanto, considera que a indeterminação com *se* difere das demais porque esta engloba todas as pessoas, ou seja, é mais abrangente.

No português europeu (PE), Mira Mateus *et al* (2003) constatam que a indeterminação ocorre, no PE, nas seguintes condições:

- a) Com clítico nominativo *se*, acompanhado da terceira pessoa do singular de um verbo: *Diz-se* que o leite vai faltar.
- b) Com verbo na terceira pessoa do plural, com sujeito nulo: *Dizem* que o leite vai faltar.
- c) Com verbo na segunda pessoa do singular em frases com interpretação genérica: *Ajudas* sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te.
- d) Nas construções passivas: *Aceitam-se encomendas*.

Martins (2003), também a respeito do uso do *se*, numa perspectiva diacrônica, refere-se à mudança e à variação desse uso no período medieval, séculos XV e XVI, quando aparece sem concordância entre o verbo e seu argumento interno, associado à posição de sujeito, em frases como

(36) As outras cousas da grandeza desta terra e do seu governo e costumes *se guarda* pera os livros de geografia.(p.21).

Raposo e Uriagereka(1996, *apud* MARTINS, 2003, p.25), analisando estruturas com *se* do português europeu padrão, também afirmam que essa não é uma construção passiva.

Como já visto, estudos como os de Naro (1976) concluem que o sentido indeterminado para o *se* *apassivador* pode ter surgido, em substituição à forma arcaica de indeterminação *homen*. Considera o autor que a passiva analítica e a passiva com *se* indeterminador não são sinônimas e ocorrem apenas com verbos que requerem um sujeito humano. Concordando com Naro, Ikeda (1980, p.113) cita "*Aluga-se este apartamento. Este apartamento é alugado*", que têm sentidos diferentes.

Tratando do apagamento do *se*, em sua Dissertação de Mestrado, Bittencourt (2008) argumenta que a não concordância em construções com *se* acompanhando verbos transitivos diretos levou ao apagamento de *se* indeterminador e ao favorecimento de estratégias de esquiva, acrescentando que a perda de traços ou propriedades sintáticas e semânticas, como pessoa e número, e mudança progressiva de referência dos clíticos motivaram o apagamento, o que pode ser caracterizado como um estágio de processo de gramaticalização.

Por outro lado, Moura Neves (2000) considera que a construção do tipo verbo na terceira pessoa do singular acompanhada de *se* é a construção maximamente indeterminadora.

A respeito da passiva, Scherre (1999) considera que a construção de passiva sintética adotada pelas Gramáticas Tradicionais é, na verdade, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado, interpretação que já assumimos anteriormente:

Hoje, a estrutura classificada como passiva sintética — *joga-se búzios ou jogam-se búzios; doa-se filhotes ou doam-se filhotes; cobre-se botões ou cobrem-se botões; analisa-se dados ou analisam-se dados* — não é passiva sintética; é, sim, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária e vive-se bem nesta terra*. A concordância nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre *por atração ou por falsa concordância* com o objeto direto, em função, especialmente, do conhecimento da norma codificada,

ou seja, da gramática normativa da língua portuguesa (p.13-14)

Monteiro (1994) aponta as incoerências ao confrontar orações como “*Fuma-se aqui*”, onde o sujeito é considerado indeterminado pela GN, com “*Fuma-se charuto aqui*”, em que, para a GNs, “charuto” é o sujeito, porque se trata de “passiva sintética”. Visivelmente, são dois critérios diferentes: para analisar a primeira frase, considera-se o critério semântico, tomando o se como referente a alguém, e para a segunda, onde se classifica *charuto* como sujeito, o critério é sintático.

Vale dizer que as contradições da regra da suposta equivalência entre passiva sintética e passiva analítica, já eram apontadas por Said Ali, ao que ele chama de “subterfúgios” e advoga a inexistência de passiva sintética no português do Brasil. E se ela ainda existe é por mera pressão do ensino gramatical. Bagno (2000) também considera este um dos exemplos mais significativos da incoerência da Gramática Tradicional.

Hauy (1987, *apud* RESENDE *et alii*, 2000, p. 4) afirma que a construção de “passiva sintética” quando o “sujeito” é deliberador, gera ambiguidade, isto é, pode ser interpretada como “voz reflexiva”. Por exemplo, em “Retirou-se a guarda” há duas interpretações: a guarda retirou-se por si própria ou foi retirada por um agente indeterminado? A autora admite um sujeito indeterminado na chamada voz “passiva sintética”.

Segundo Leewen (1980, *apud* RESENDE *et alii*, 2000) alguns casos de passiva sintética são a impessoalização dos atores sociais, cujos agentes são substantivos com significados que não incluem a característica semântica humana, como ocorre com a voz passiva metafórica. Leewen acrescenta que se ignora a agentividade na voz passiva sintética, quando se insiste em chamá-las de passivas.

Para esse autor, o falante opta pelo desvio à norma quando o sujeito é deliberador, rejeitando a passiva sintética para evitar ambiguidades. Os desvios à norma, no dizer de Leewen, não significam um erro gramatical, mas estão relacionados à intenção do enunciador de uma determinada significação mais claramente expressa em uma construção pronominal. O uso da norma ou os desvios à ela são, portanto, semanticamente condicionados.

Para o caso das passivas sintéticas são, portanto, discutidas duas propostas pelos linguistas: 1-trata-se de um caso de indeterminação do sujeito, quando o verbo exige agente, considerando-se o sintagma nominal posposto ao verbo como seu objeto direto; 2-a nova proposta considera a voz passiva sintética como casos de voz reflexiva metafórica quando o verbo exige agente analisando-se, nesses casos, o sintagma nominal como sujeito e objeto simultaneamente, numa reflexividade que só se constrói graças à lógica da subjetividade criada, própria dos processos metafóricos.

No Latim clássico, segundo Wey (1969), a voz passiva podia ser expressa sintética ou analiticamente, mas a sintética desapareceu completamente. A analítica era formada pelo particípio passivo perfeito, mais o verbo *esse* como auxiliar. Esse modelo foi adotado pelo latim vulgar, que dava ampla preferência pela forma analítica, que estendeu por toda a conjugação a locução verbal de *sum* com o particípio passado. Este, perdendo o seu significado de ação já realizada ou por realizar-se, passou a ser expresso pelo auxiliar *esse*.

Latim clássico= *amor, amabar, amabor etc; littera scribitur*

Latim vulgar= *amatus sum, amatus eram etc; littera est scribit ou littera scripta est*

Acrescenta que entre esses dois usos, apareceu um intermediário que explica a formação dessa passiva com o “pronome apassivador *se*”, sendo essa passiva com *se* é uma importante criação românica.

Segundo Ladeira (1986, *apud RESENDE et alii*, 2000), não havia voz passiva no latim, mas voz ativa, que ora era voz ativa que dava lugar ao sujeito indeterminado, ora era voz reflexiva metafórica. Além disso, essas expressões não transmitem a idéia de passividade. E pelo que pudemos compreender, passividade se constrói apenas pela forma analítica.

Essas informações a respeito da “passiva sintética” nos remetem às conclusões de Kato (1996): os usuários de uma língua em mudança esquivam-se do uso de formas fósseis presentes na gramática normativa e na escola, fazendo uso de formas novas. Os usuários que não aceitam a forma nova evitam-na, criando uma outra estratégia de escrita. Por exemplo: *Vendem-se casas/Vende casa; Vende casas;/Vendo casa/Estou à venda*

Na fala, de acordo com Cunha(1993),Duarte(1995) e outros, foram encontradas formas verbais do tipo terceira pessoa do plural e do singular, com a diminuição do uso de construções com *se*.

Há, como se pôde ver aqui, nesta breve revisão bibliográfica, diferentes formas de indeterminar o sujeito na língua portuguesa, entre as quais formas verbais.

Na Introdução citamos estudos diacrônicos, como os de Mattos e Silva(1989,2004), Câmara Júnior (1978) e Said Ali(2001[1921],que mencionam a indeterminação do sujeito com 'homem' no português arcaico, assim como Teyssier(2007), Naro(1976).

Da mesma forma que 'homem' que indicava indeterminação no período arcaico, sofreu mudança de categoria e mudança semântica ao longo do tempo, assim também formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação, e que, segundo uma das hipóteses deste trabalho passaram a exercer esse papel em decorrência do apagamento do *se* ao longo do século XIX, pela escrita dos afrodescendentes, e no século XX, com a interferência dos movimentos de vanguarda, como o movimento modernista, essas formas verbais podem estar absorvendo o conteúdo semântico do *se* indeterminador.

A própria tradição gramatical, como já exemplificado anteriormente, aceita, ainda hoje, formas verbais indicando a "indeterminação do sujeito", como a do tipo terceira pessoa do plural e aceita a possibilidade de verbos não prototipicamente transitivos co-ocorrerem com a indeterminação.

Visto os argumentos das GNs dos séculos XIX e XX e as explicações linguísticas a respeito da indeterminação, passamos, agora, ao capítulo 2 que trata da *Metodologia*.

CAPÍTULO 2- METODOLOGIA

2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos as teorias que fundamentam este estudo, tomamos o Funcionalismo, na perspectiva da Gramaticalização, sem contudo ter a intenção de tratar de forma completa todos os temas dessa teoria, nem de fazer uso de todos os seus pressupostos.

Quanto à história da formação do PB dos séculos XIX e XX, são considerados, dentre outros, os resultados dos estudos e as reflexões de Mattos e Silva (2006) a respeito da importância da recuperação do passado sócio-histórico das línguas para a compreensão do seu presente. Daí a necessidade de um estudo em tempo real de longa duração

A recuperação do passado sócio-histórico de uma língua é imprescindível para perceber mudanças e alterações ao longo do tempo, principalmente quando essa língua se encontra polarizada entre normas cultas e normas populares, como concebe Lucchesi (2001). Também Mattos e Silva (2001) reconhece que é necessário considerar que o que se entende por português brasileiro (PB) envolve tanto o português culto quanto o português popular. Esses autores entendem que a recuperação do passado sociolingüístico revela a contribuição efetiva dos africanos e afrodescendentes na formação e difusão do português popular do Brasil. Portanto, o quadro teórico adotado agora é o da Linguística Histórica.

Na perspectiva de verificar as contribuições dos afro-descendentes brasileiros na formação do português, mais especificamente, do português popular do Brasil, buscamos rastrear esse passado sócio-histórico, considerando que os estudos indicam que é no século XIX que se constrói o português popular brasileiro, com a contribuição dos africanos e afro descendentes, aprofundado o fosso de diferenças entre as variedades brasileira e europeia do português, o que pode ter favorecido o apagamento do se indeterminador e o uso de novas formas verbais sem o se co-ocorrendo com a indeterminação do agente.

2.1.1 O Funcionalismo linguístico

O Funcionalismo é um dos grandes paradigmas da Linguística atual e, das inúmeras abordagens funcionalistas, algumas estudam a variação translinguística, e outras buscam a causa da variação intralinguística, fazendo a diferença entre sistema e uso. Buscamos a que está voltada para o estudo da língua em seu uso real, efetivo.

Trata-se de uma teoria linguística que considera a linguagem como entidade não suficiente em si, um modelo no qual a função das formas linguísticas tem um papel predominante, cujo foco seja a análise da relação entre as formas e as funções em uma língua, uma teoria que está voltada aos fins a que servem as unidades linguísticas.

Os modelos funcionalistas, na linha da Gramaticalização, consideram a língua em uso, na interação, vista na sua heterogeneidade, em razão da sua natureza social, e estão preocupados com a mudança linguística, opondo-se, assim, aos modelos anteriores, Estruturalismo e Gerativismo, que desconsideram as pressões sociais que a língua sofre.

Enquanto a linguística formal produz explicações considerando a própria estrutura, a linguística funcional encontra suas bases explanatórias na função que exercem as unidades estruturais e em processos diacrônicos recorrentes, cuja motivação é de ordem funcional. O Funcionalismo concebe a língua como um instrumento de comunicação e interação social e o seu objeto é o uso real da língua, não havendo distinção entre sistema e uso. Nessa perspectiva teórica, a linguagem é uma ferramenta que se adapta às funções que exerce e é explicada com base nessas funções.

Esse princípio funcionalista torna necessário considerar, para explicar o fenômeno linguístico, as relações que o falante e o ouvinte constroem no contexto sócio-interacional, e as respectivas informações pragmáticas. Esse enfoque interacionista da linguagem objetiva revelar a instrumentalidade da linguagem em situações sociais.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar o que diz Dik (1989, *apud* PEZATTI, 2004), importante funcionalista que, ao lado de Halliday, é o principal representante do Funcionalismo da Escola de Praga e do modelo funcional de gramática. Dik argumenta que a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa, estruturada, em torno de regras sociais, normas ou

convenções. Assim sendo, o enfoque funcionalista tem por objetivo descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal.

Ao contrário do modelo formalista gerativista de análise, que tem a Sintaxe como centro, o paradigma funcional considera a pragmática o componente mais abrangente, e a sintaxe e a semântica, estudadas a partir daquela, ou seja, a semântica como dependente da pragmática, e a sintaxe, da semântica.

Assim, Castilho (2001) organiza a abordagem funcionalista em dois espaços científicos: Linguística Funcional e Linguística Cognitiva.

A linguística funcional norte-americana, inspirada em Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson e Wallace Chafe e outros “defende, uma investigação baseada no uso, observando a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística.” A idéia central é que a língua é usada para satisfazer as necessidades comunicativas, tendo como hipótese principal que a forma da língua deve refletir, em alguma medida, a função que exerce, numa proposição clara de oposição ao modelo de estudos formais.

A língua é concebida como uma estrutura maleável, sujeita a pressões do uso, e a gramática, em consequência, se adapta, e, no dizer de Hopper(1987) a gramática é emergente, se encontra num processo contínuo de variação e mudança para atender a necessidades cognitivas e/ou interacionais de seus usuários.

Resumindo, o princípio defendido pelo funcionalismo norte-americano é o de que a gramática de uma língua natural é dinâmica e adapta-se às pressões internas e externas ao sistema linguístico, suscetível à mudança e afetada pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia, pela interação entre as pessoas, o que leva a condicionar a forma do código linguístico e à codificação da morfossintaxe.

Emergindo do uso, a gramática está fortemente vinculada ao discurso e dele surgem estratégias discursivas recorrentes, na linha de Givón (1979, *apud* FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007, p.18). Isso significa dizer que a linguagem humana evolui do modo pragmático para o modo sintático e a variação linguística é considerada “um estágio da trajetória de regularização gramatical das formas linguísticas”.

2.1.1.1 A Escola Linguística de Praga: um pouco das origens do funcionalismo e seus desdobramentos.

A visão funcionalista da linguagem mais sistematicamente apresentada é atribuída à importante Escola Linguística de Praga, por volta de 1930. A escola formada por um grupo de estudiosos do Círculo Linguístico de Praga, como Mathesius, Trubetsky, Jakobson e outros, que se inspiraram nesses estudiosos, é mais conhecida pelos seus trabalhos na área da fonologia. O aspecto mais característico da Escola de Praga é a combinação de estruturalismo com funcionalismo.

Esta escola considerava que a linguagem permite ao homem reação e referência à realidade extralinguística, isto é, as frases veiculam informações, ao mesmo tempo em que estabelecem relações com a situação de fala e com o próprio texto linguístico. Como pioneiro nesses estudos, está Roman Jakobson, que estabeleceu as funções da linguagem (emotiva, conativa, fática, poética e metalinguística). Esses fundamentos estão evidenciados na concepção de língua como competência comunicativa.

A Escola de Praga é o ponto de partida desses estudos, pois lançou os fundamentos da concepção funcional da linguagem. Desenvolve um estruturalismo funcional, ou seja, a língua vista como um sistema que convive paralelamente com o estrutural (sistêmico) e o funcional, sistema de meios apropriado a um fim.

Segundo Garvin (1972, *apud* SOUZA, 2003, p.31), a Escola de Praga, no estudo da linguagem, dá ênfase aos estudos das funções da linguagem, na perspectiva funcional da sentença e no estudo do papel da linguagem como fator de diferenciação social.

De acordo com Castilho (2001), o Funcionalismo, como uma teoria geral sobre a língua, compreende os grandes ramos da Gramática e da Pragmática, especialmente, a Análise do Discurso e nesta, a Análise da Conversação, bem como a Linguística do Texto.

A partir de 1970, surgem muitas escolas de tendência funcionalista, dentre elas a americana, que surgiu a partir de um trabalho do grupo de pesquisadores formado por Talmy Givón, Charles Li, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper, Scott DeLancey, John Dubois e outros. Talmy Givón destacou-se nessa fase por sua frase "A sintaxe de hoje é o discurso de

ontem”, o que resultou na seguinte trajetória:discurso>sintaxe> morfologia> morfofonêmica > zero, ou seja, o que estava no discurso, passa por alterações decorrentes da frequência de uso, dentre outros fatores, e entra na gramática, onde poderá passar por outros processos, revelando, assim, a mutabilidade da língua.

O importante funcionalista Martinet (1978, *apud* MOURA NEVES, 2001, p.2) diz que o objeto da verdadeira linguística é a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se por meio da língua e que o que deve guiar o linguista, constantemente, é a competência comunicativa do falante, já que toda língua se impõe como um instrumento de comunicação da experiência.

Portanto, o interesse básico da abordagem funcionalista é o modo como se efetiva a comunicação entre os usuários de uma língua natural. Isso significa dizer que as estruturas das expressões linguísticas são configurações de funções que têm modos diferentes de significação no discurso.

Givón (1995), diz que o funcionalista não aceita a autonomia da língua, portanto, a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo, subentendendo-se também o mesmo para a gramática. Givón diz ainda que a linguagem deve ser analisada em seu uso, relacionada ao emprego, à situação de uso, ao dado real, ao concreto.

Assim, além do caráter funcional, por não separar o sistema linguístico e suas peças das funções que têm que preencher, há também o caráter dinâmico da concepção de linguagem da gramática funcional, por reconhecer a instabilidade entre estrutura e função, em decorrência da força dinâmica que impulsiona o constante movimento da língua, postura que já havia sido defendida pela Escola de Praga.

Dentre os diversos modelos funcionalistas, resumiremos aqui o de Halliday (1973) e Dik (1978), com base em Moura Neves (2001), considerando que são grandes representantes do modelo de gramática funcional. Halliday diz que a noção de função não se refere apenas aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados.

Segundo Moura Neves, Halliday já atentava para a questão das múltiplas funções que a língua exerce e para os reflexos dessas funções na organização interna da língua. Para ele, é a investigação da estrutura linguística que revela as necessidades a que a língua serve. A pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura linguística e forma a base de sua organização semântica e simbólica, ou seja, lexical e gramatical.

De acordo com Halliday, são três as funções que a língua exerce: 1)A Função Ideacional é aquela que diz que a linguagem serve para expressar um conteúdo e é através desta função que o falante, assim como o ouvinte, organiza e incorpora na língua suas experiências, reações, cognições, percepções, os atos linguísticos e o entender; 2)A Função Interpessoal determina que o falante use a linguagem como um recurso para interagir em um evento de fala. Ela é pessoal e interacional ao mesmo tempo, podendo organizar e expressar tanto o mundo interno como o externo do indivíduo; 3)A Função Textual, instrumental para as outras, diz respeito à criação do texto, contextualiza as unidades linguísticas, fazendo-as operar no contexto e na situação: o discurso se torna possível (o emissor produz um texto que o leitor pode reconhecer).

Para os funcionalistas, o que importa é o uso das expressões linguísticas na interação verbal, através das quais se conhece como se dão as relações comunicativas entre os usuários.

2.1.1.2 Caracterização geral do Funcionalismo

Não é simples caracterizar o Funcionalismo, tamanha é a diversidade de concepções e modelos existentes, mas a existência de um denominador comum entre elas torna possível uma síntese do pensamento dos diversos funcionalistas- a competência linguística.

Dik (1978) apresenta as seguintes características gerais da corrente funcionalista:

1. A língua é um instrumento de interação social;
2. Há uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da sua estrutura (a gramática);
3. A principal função da linguagem é mediar a comunicação entre os

usuários. A capacidade linguística do falante compreende não só a habilidade de construir e interpretar expressões linguísticas, mas também usar tais expressões de maneira apropriada e efetiva, seguindo os modelos da interação verbal que prevalecem na comunidade linguística;

4. As expressões linguísticas são compreendidas quando consideradas dentro do contexto, sendo as propriedades do contexto determinadas pela informação contextual e situacional. Admite-se uma relação íntima entre as determinações do discurso e as da gramática. Como considera Du Bois (1993, *apud* MOURA NEVES, 2001, p. 29) a) a gramática molda o discurso e b) o discurso molda a gramática;

5. Há uma integração de componentes (discursivo e pragmático). As duas noções pragmáticas mais centrais na gramática funcional são a de Tópico (em torno do qual se faz a oração) e a de Foco (que carrega a informação mais saliente), que são internos à gramática;

6. A organização da frase espelha o fluxo da informação, sendo o fluxo de atenção o organizador do fluxo da informação que determina a ordenação linear dos sintagmas nominais na frase, de acordo com as intenções que o falante deseja, para provocar a atenção do ouvinte, podendo mesmo alterar a ordem para controlar o fluxo de atenção;

7. Os universais linguísticos são explicados através dos fins de comunicação, dos contextos em que a língua é usada e das propriedades biológicas, psicológicas e cognitivas dos usuários.

O objetivo da teoria funcionalista é, pois, o de fornecer meios e princípios para o desenvolvimento de gramáticas funcionais de línguas particulares, que especifiquem todas as expressões linguísticas, mediante um sistema de regras capazes de generalizações significativas e pertinentes. O modo como determinada língua é usada por seus falantes para fins de comunicação (as funções por ela exercidas, os propósitos e intenções) é um dos objetivos principais da abordagem funcionalista.

Os princípios básicos do Funcionalismo são: a concepção de linguagem como instrumento de comunicação e a interação social; o estabelecimento de um objeto de estudos baseado no uso real da língua.

Não só o caráter funcional da língua é importante, mas também o seu

caráter dinâmico, ou seja, variações e mudanças.

2.1.1.3 A Teoria funcional

“A teoria se concentra nas estruturas em processo de emergência e cristalização, verificando como ocorre a sua gramaticalização” (CASTILHO, 2006:10). Embora o Funcionalismo apresente várias vertentes, a base, porém, é comum: a interação social deve ser considerada numa análise linguística, ou seja, deve-se levar em conta o papel preponderante do componente discursivo na gramática.

No paradigma funcional tudo contribuiu para o delineamento de uma nova proposta de gramática- a gramática funcional. E nessa perspectiva de abordagem faz-se necessário também tratar dos fundamentos teóricos dessa gramática, cujo objetivo é o estudo da comunicação, tendo como ponto de partida as significações das expressões linguísticas e a investigação de como elas se gramaticalizam.

Dentro dessa abordagem funcionalista, destacamos os aspectos principais dessa gramática, que comentamos a seguir.

2.1.1.4 A gramática funcional (GF)

A GF se inclui numa teoria pragmática de linguagem, focada na interação verbal, e tem como tarefa descrever as regras linguísticas que regem essa interação. Portanto, a GF é uma teoria integrada a um modelo de usuário de língua natural.

Nesse modelo estrutural, a interação verbal é vista como uma atividade estruturada, na qual os participantes se servem de expressões linguísticas, governadas por dois sistemas de regras: regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e regras pragmáticas, que governam os padrões de interação verbal. Dik, de acordo com Moura Neves (1997,p.82) considera que todas as expressões linguísticas são analisadas a partir da predicação, tendo o verbo um papel central.

Segundo Moura Neves (2001), gramática funcional é “uma teoria de organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se a uma teoria global da interação social” (p.15). Ao considerar a competência comunicativa, a gramática funcional se concentra na capacidade que os

indivíduos têm, não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também, de interpretar essas expressões de maneira eficiente e eficaz do ponto de vista da interação.

2.1.1.5 Gramática funcional e cognição

Numa concepção cognitivista da linguística, importante componente da gramática funcional, segundo Moura Neves (2001), está o modelo cognitivista da gramática, que supõe que a teoria gramatical deve ser capaz de dar conta das relações entre as categorias lingüísticas e as categorias cognitivas, considerando-se uma relação icônica entre os sistemas.

Ainda segundo Moura Neves, para uns, a motivação cognitivista está relacionada às representações conceptuais- ao domínio do léxico; outros estendem essa motivação a toda a gramática- entre a gramática e a base conceptual existe uma relação icônica. Lakoff (1987, *apud* MOURA NEVES, 2001, p.100) considera a gramática como uma categoria radial de construções gramaticais, pelas qual se estabelece uma relação de correspondência entre o modelo cognitivo (a significação) e os aspectos correspondentes da forma linguística. Há um centro categorial e membros não-centrais que são extensões motivadas por esse centro. Por exemplo, o lexema *mãe* é o centro categorial, cujas extensões, de um lado, têm correspondência com o lexema central (*mãe de leite, mãe de criação, mãe natural* etc) e, de outro, têm correspondência com os diversos modelos cognitivos que podem estar ligados a esse centro, como da gestação (*mãe natural*), da criação (*mãe de criação*) etc.

Beaugrande (1993, *apud* MOURA NEVES, 2001) diz que o tipo cognitivo é um tipo interessante de gramática funcional, ou seja, uma gramática que busca enriquecer-se registrando, programaticamente, o conhecimento de mundo como fonte decisiva de controle tanto para participação no discurso como para descrição ou explicação do discurso. Uma gramática funcional- cognitiva reflete um modelo de mundo do senso comum, centrado no participante e no processo, preferencialmente, pois ajuda a incorporar o texto e o discurso como processos semióticos dentro da gramática.

2.1.1.6 A Motivação linguística- a iconicidade.

Buscamos em Givón (1995) as explicações para esse tema da gramaticalização, pois, embora vários linguistas tratem da iconicidade como motivação para a relação forma-função, esse princípio foi estabelecido por Givón.

Givón tenta identificar os princípios gerais que explicam o caráter icônico da linguagem humana, isto é, o caráter não-arbitrário da relação entre estrutura e função na linguagem, dizendo que são princípios que governam as correlações naturais entre forma e função. A iconicidade é o princípio pelo qual se considera que existe uma relação não-arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana.

A esse respeito, Hopper & Traugott (1993) dizem que iconicidade é “a propriedade de similaridade entre um item e outro”, constituindo o princípio que garante a não arbitrariedade.

2.1.1.7 A gramaticalização- conceitos, histórico, princípios, estágios e efeitos

Nesta seção, apresentamos um resumo da gramaticalização, assunto discutido no escopo do Funcionalismo, considerando que pretendemos verificar se há indícios de gramaticalização no uso de formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação do agente, a exemplo da reanálise sintática do *se* passivo em indeterminador, além da verificação dos princípios da estratificação, da especialização e da decategorização (Hopper, 1991).

Partindo da língua real, em uso, tanto na oralidade quanto na escrita, a gramaticalização é considerada como integrante da abordagem funcionalista da linguística atual e dentre algumas conceituações a respeito da gramaticalização, na perspectiva histórica, está a de Traugott e Heine (1991) que dizem que “a gramaticalização é um subconjunto da mudança linguística, um tipo de mudança sujeita a certos processos gerais e caracterizado por certas consequências, tais como a mudança na gramática.” (p.3).

Dentre os vários outros sinônimos que o termo vem recebendo, (gramaticização, gramatização, dentre outros), Castilho (2001), assume o termo gramaticalização, e descreve esse processo como:

(...) as alterações sofridas por um item lexical, ao longo das quais ele (i) passa por modificações em suas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas,(ii) deixa de ser uma forma livre,(iii) estágio em que pode até mesmo desaparecer, como conseqüência de uma cristalização extrema. É importante reter que na gramaticalização um domínio cognitivo fonte fundamenta o estágio A, que se altera para o estágio B igualmente motivado por um domínio cognitivo alvo. A pesquisa mais recente vem incluindo na agenda desta teoria a identificação dos gatilhos cognitivista e pragmático da gramaticalização (...) (p.32).

Os processos de gramaticalização seriam ativados por processos cognitivos anteriores, os quais ativariam as potencialidades dos itens lexicais. Esse autor considera que o processo de gramaticalização é inerente à mudança e é um processo de criação da gramática que se dá por meio das necessidades comunicativas do indivíduo, as quais desencadeiam processos de mudanças na língua.

Castilho assume a língua como um multisistema dinâmico, representado numa forma radial por quatro sistemas, tendo ao centro o léxico e em volta o discurso, a semântica e a gramática, sistemas que seriam, por postulação teórica, independentes uns em relação aos outros.

O léxico, é concebido por Castilho (1997, p.59) como

o módulo central da língua, em que estão depositados itens já marcados por propriedades gramaticais, discursivas e semânticas”; “um conjunto de propriedades cognitivas abstratas, (visão, coisa, espaço, tempo, movimento etc) potenciais, prévias à enunciação, com base nas quais construímos os traços semânticos inerentes.

Assim, não podemos considerar o léxico como um conjunto de palavras, mas como um conjunto de traços semânticos, que vai da cognição pré-verbal para a expressão verbal.

Quanto ao conceito, especificamente, Castilho (2006, p.10), assim conceitua a gramaticalização:

Tradicionalmente entende-se por gramaticalização o trânsito de uma forma livre, menos gramatical, para uma forma ligada, mais gramatical. Ao ingressar na Gramática, a palavra adquire

propriedades sintáticas de que supostamente não dispunha antes, altera suas propriedades morfológicas e fonológicas, até sua final redução a um afixo, desaparecendo, então.

Kurylowicz (1975[1965], *apud* HEINE, CLAUDI, HÜNNEMEYER, 1991:3), afirma que:

Gramaticalização consiste na ampliação dos limites de um morfema que avança de um *status* lexical para um gramatical ou de um menos gramatical para um mais gramatical, isto é, de um formante derivacional para um flexional.

Semelhante a Kurylowicz, Hopper & Traugott (1993) consideram a gramaticalização um processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

2.1.1.8 Um pouco de história da gramaticalização

Heine, Claudi, Hünemeyer (1991b) apontam que esses estudos começam na China, no século X e que foram os chineses, portanto os primeiros a vislumbrarem as diferenças entre formas linguísticas plenas e formas vazias.

Outros autores, no ocidente, também se interessaram pelo tema: no século XVIII, Condillac e Rousseau, na França; depois na Inglaterra com Tooke, e nos Estados Unidos, com Whitney.

No século XIX, na Alemanha, destacam-se Bopp, Schlegel, Gabelenz e Humboldt, sendo que este último estabeleceu estágios por que passam as línguas, dando, assim, início a uma teoria da gramaticalização. Destacando-se dentre todos, Humboldt, já em 1822, chega mais longe, antes de Meillet, e sugere que a estrutura gramatical das línguas humanas foi precedida por um estágio evolucionário da língua no qual só as idéias concretas poderiam ser expressas, tendo tido a idéia inicial do que seria gramaticalização.

Mas foi Meillet, no século XX, em 1912, quem melhor delineou o que hoje mais se aceita como processo de gramaticalização, no seu livro *Linguistique Historique et Linguistique Générale*.

Meillet (1948, *apud* MOURA NEVES, 2001) foi o primeiro a empregar o termo gramaticalização, referindo-se ao fato de que uma palavra, antes autônoma, passava a adquirir um caráter gramatical, ou seja, saindo do léxico para a gramática e assumindo funções diferentes. Portanto, esses estudos foram introduzidos por ele no século XX, com o artigo "*L'évolution des catégories grammaticales.*"

Esse linguista identificou que a fonte primeira de uma forma gramatical, quando possível essa identificação, era uma palavra lexical, e que a transição do léxico para a gramática era uma espécie de *continuum*.

O nome Gramaticalização foi motivado pelos estudos de Linguística Histórica, realizados por Meillet a partir de suas pesquisas com o indo-europeu. Distinguiu os conceitos de analogia e renovação e deu um outro sentido à gramática, incorporando a ordem das palavras na frase.

Segundo Moura Neves (2001), Kurylovicz (1975) aplica o conceito de gramaticalização de Meillet, em seu trabalho intitulado *L'évolution des catégories grammaticales* e, em 1984, Givón lançou o slogan "A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem", a partir de estudos com as línguas africanas.

Lichtenberk (1991, *apud* MOURA NEVES, 2001, p.120) afirma que o fenômeno da gramaticalização abriga não apenas a evolução de um morfema lexical para um morfema gramatical, mas também a aquisição de novas propriedades por um elemento já gramatical. Para ele, a gramaticalização é uma interdependência entre o sistema linguístico e o uso e entre a natureza fluida da gramática e a importância da história para a compreensão da gramática sincrônica.

Corroborando esse pensamento, Hopper (1991, p.17-35), que rejeita a noção de gramática estável e diz que todas as partes da gramática estão sofrendo mudanças, e, por isso os fenômenos gramaticais em geral podem ser pensados como envolvidos na gramaticalização. Os itens lexicais que tomam função gramatical são casos prototípicos de gramaticalização.

Mas segundo Traugott e Heine (1991) o termo se refere à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole*, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo na língua. Portanto, não são muito consensuais as definições do termo gramaticalização, entre os estudiosos.

Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), a gramaticalização era vista, inicialmente, até 1970, como um processo diacrônico, ou seja, como um meio de analisar a evolução linguística, para reconstrução da história de uma língua ou de relacionar as estruturas linguísticas modernas a padrões anteriores do uso linguístico.

Assim, Hopper e Traugott (1993) indicam duas perspectivas de estudo da gramaticalização: histórico ou diacrônico e sincrônico: a histórica que estuda as origens das formas gramaticais, bem como as mudanças que as afetam, e a mais sincrônica, que estuda o fenômeno do ponto de vista de padrões fluidos de uso linguístico. A gramaticalização é vista numa perspectiva mais sincrônica, como um fenômeno sintático-discursivo-pragmático.

Para Heine, Claudi, Hünemeyer (1991b) é injustificável e impraticável uma separação rígida entre diacronia e sincronia, uma vez que uma não pode ser entendida independentemente da outra, sendo, portanto, a gramaticalização descrita alternativamente como um fenômeno diacrônico ou sincrônico.

Reine e Reh (1984, *apud* MOURA NEVES, 2001, p.119) afirmam que a gramaticalização é um *continuum* evolutivo e que qualquer tentativa de segmentação de unidades discretas é arbitrária.

A gramaticalização passa a ser vista, então, como um processo de criação da gramática, através das necessidades discursivas do indivíduo, que desencadeia processos de mudanças na língua, como um dos fatores constituintes da mudança.

Portanto, a gramaticalização tem o seu ponto de partida nas necessidades comunicativas do discurso e é um dos processos constitutivos da língua, que passa por estágios, regida por certos princípios, como o da unidirecionalidade e a seguir.

2.1.1.9 Princípios da gramaticalização

Dentre os princípios da gramaticalização, o mais polêmico é o princípio da unidirecionalidade. Tida como uma característica básica do processo de gramaticalização, a concepção de unidirecionalidade parte do princípio de que uma mudança se dá numa direção específica e não pode ser invertida.

Há quem discorde de que a mudança se dê numa única direção, daí a polêmica, mas alguns defendem que a mudança na língua é multidirecional, como defende Castilho(2006).

Heine *et al* (1991b) subdividem em outras essa característica geral:

- a) precedência do desvio funcional (conceptual ou semântico, sobre o formal (morfossintático e fonológico);
- b) decategorização de categorias lexicais prototípicas;
- c) possibilidade de recategorização, com restabelecimento da iconicidade entre forma e significado;
- d) perda de autonomia de um elemento (uma palavra autônoma passa a clítica, um clítico passa a afixo);
- e) erosão ou enfraquecimento formal.

Hopper & Traugott (1993) exemplificam como ocorre a característica unidirecional da gramaticalização:

item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional.

A gramaticalização se estrutura em princípios e muitos autores têm se dedicado à busca dos princípios que regem o fenômeno da gramaticalização. Hopper(1991,p17-35), no seu texto básico "*On some principle of grammaticalization*", tenta isolar e descrever esses "princípios" com um propósito utilitário de identificar instâncias potenciais de gramaticalização. O caráter gradual da gramaticalização é um princípio acentuado por Hopper e os princípios buscados visam responder à questão do "mais" e do "menos" gramaticalizado, e não do "dentro" ou "fora" da gramática. Esses princípios não discriminam entre os processos de mudança que resultam em gramaticalização e os que não resultam.

São cinco os princípios discutidos por Hopper que regem o processo de gramaticalização:

- a) Estratificação (*layering*) - Quando ocorre o processo de gramaticalização, novas formas surgem dentro do sistema linguístico que passam a coexistir com as formas antigas. As formas antigas não desaparecem imediatamente e, conseqüentemente, passam a interagir com as emergentes, estáveis ou não.

b) Divergência - É considerado um aspecto oriundo da estratificação, uma vez que também há uma coexistência de formas dentro do sistema. Uma forma lexical se gramaticaliza passando, por exemplo, a um clítico ou afixo. As formas novas e as formas originais passam a existir simultaneamente, sendo estas últimas autônomas e suscetíveis a mudanças iguais aos itens lexicais comuns. *Mrs*, *miss* e *ms*, em português *Vossa Mercê*, *Vosmecê*, *Vancê*, *Você*, são formas separadas do substantivo original *mistress*, no caso do inglês, mas o nome permanece com sua significação original.

c) Especialização - Há a possibilidade de um item se tornar obrigatório pela falta de escolha. Podem ocorrer no sistema diferentes formas com nuances de significado e quando acontece o processo de gramaticalização, a variedade de escolhas diminui e as formas selecionadas assumem uma dimensão maior e mais abrangente no que se refere ao seu significado.

d) Persistência - Ocorre quando a forma, após passar pelo processo de gramaticalização, continua com vestígios de seu significado original e particularidades de sua história podem ser refletidas sobre sua distribuição gramatical. *Mrs* se refere a mulheres casadas por ter sido o vocábulo *Mistress* uma forma usada para o feminino de *Master*.

e) Decategorização - Este princípio se caracteriza pela redução do estatuto categorial de itens gramaticalizados. Após o processo de gramaticalização, as formas perdem ou neutralizam marcas morfológicas e categorias sintáticas características das categorias plenas nome e verbo e assumem características próprias de categorias secundárias como adjetivo, particípio, etc. Dessa forma acontece a alteração do estatuto categorial e surgem formas híbridas.

Os princípios apresentados por Hopper (1991) complementam os objetivos propostos por Lehmann (1982) e são considerados por Hopper como uma caracterização que só dá conta da gramaticalização em estágios avançados, daí não termos optado por esses princípios.

De sua parte, Castilho (1997) propõe os seguintes princípios: a analogia, a reanálise, a continuidade/gradualismo e unidirecionalidade. Assim como Castilho, Meillet (1912, *apud* CASTILHO, 1997) também considerava a gramaticalização um processo inconcluso, quando propõe o princípio da persistência, ou seja, alguns traços do significado lexical original de um item

tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical, o que é confirmado por Hopper e Traugott (1993).

Para dar conta dos mecanismos da gramaticalização, Castilho propõe:

1-Analogia é a aproximação psicológica entre categorias em ausência (no eixo paradigmático). Não cria formas novas, mas estende regras a itens não atingidos ainda, uniformizando essas formas na língua (opera no eixo paradigmático). A: B : C : D, sendo esta última a forma surgida por analogia. Por exemplo, a forma latina *sic* > *sim* no português adquiriu a nasalidade pela sua relação de antonímia com *num*.

2-Reanálise é o processo por meio do qual os falantes mudam sua percepção de como os constituintes de sua língua estão ordenados no eixo sintagmático, processo que permite a construção de inferências, novas idéias, originando uma nova categoria gramatical. Por exemplo, a expressão latina *habeo litteras scriptas* > *habeo scriptum litteras* resultou da reanálise, ocorreu a perda de sentido de posse de *habeo*, *scriptas*- *scriptum* passou de predicativo do sujeito a núcleo do predicado, e *litteras* objeto de ambas as formas. Mesmo sem alterar a manifestação superficial da construção, vai haver mudanças nos limites entre determinados constituintes, com consequências futuras no eixo paradigmático, com o surgimento de uma nova categoria. Hopper e Traugott definem a reanálise como “o desenvolvimento de novas estruturas a partir de estruturas mais antigas” (1993:56).

De acordo com Detges e Waltereit (2002, apud SOUZA, 2003), a *reanálise*, numa perspectiva pragmático-discursiva não pode ser vista puramente em termos descritivo-estrutural, mas como um procedimento baseado no ouvinte, enquanto a gramaticalização é baseada no falante. A *reanálise* é proveniente do uso da língua, e não como uma necessidade do sistema. É vista por esses autores como um exemplo de mudança semântica como a gramaticalização, mas é resultado de interpretação, baseada no ouvinte, e não é unidirecional, como se considera a gramaticalização.

Por outro lado, a gramaticalização é o resultado não intencional de técnicas expressivas discursivas, baseadas no falante; é uma subclasse de

mudança baseada na expressividade e está sempre acompanhada da reanálise.

Assim, para esses autores, a reanálise e a gramaticalização são dois processos com motivações semelhantes, a comunicação, mas com princípios diferentes, não havendo superioridade de uma sobre a outra.

3-Continuidade e gradualismo referem-se ao fato de que a gramaticalização tende, continuamente, à inovação da estrutura das línguas, o que leva à variação e à mudança linguística. Esse fato contribui para a gramática emergente, na concepção de Hopper.

4-Unidirecionalidade significa que a gramaticalização é unidirecional, processo irreversível, que segue da esquerda para a direita, não havendo possibilidade de desgramaticalização, mas discursivização. Na compreensão de Hopper e Traugott (1963) a um estágio A segue um estágio B, e não o contrário.

Heine, Claudi, Hünnemeyer (1991) estudando as línguas africanas, enfatizam que estruturas menos gramaticais podem tornar-se mais gramaticais, porém não o contrário.

Hopper (2003) estabelece quatro mecanismos básicos para a gramaticalização de expressões linguísticas:

a) dessemantização (*bleaching*)-perda semântica que uma expressão sofre num determinado contexto, ou seja, formas mais concretas são reinterpretadas em outros contextos com características gramaticais mais abstratas;

b) extensão-uso de uma expressão em diferentes contextos, ou seja, novos contextos para uma mesma expressão;

c) decategorização- perda de propriedades morfossintáticas com perda de status de palavra independente; ou seja, passando por processo de cliticização, afixação;

d) erosão-perda de substância fonética.

2.1.1.10 Estágios da gramaticalização

Castilho (2001) identifica os seguintes estágios do processo de gramaticalização: a) sintaticização; b) morfologização; c) redução fonológica e

d) estágio zero. Entretanto, Castilho também considera como estágios a alteração semântica (metáfora e metonímia):

a) sintaticização

A sintaticização é a mudança de categoria sintática de um item lexical (recategorização léxico-sintática), bem como a incorporação de um item lexical na sentença, quando lhe são atribuídos casos e papéis temáticos por um predicador (categorização funcional). Há, na compreensão de Costa (2003), a captura de um item mais solto na composição discursiva para a estrita estrutura sintática da língua. Parece ser mais um caso de recategorização que de sintatização, afinal, o item já estava sintaticizado, para concordar com Costa (2003).

Heine e Reh (1984, apud MOURA NEVES, 2001, p. 122) dizem que os são três níveis da estrutura linguística afetados pela gramaticalização - funcional, morfossintático, fonético . As alterações num nível são seguidas de alterações em outro(s). Portanto, quanto mais se completa o processo de gramaticalização de uma unidade linguística, mais ocorre:

- a) perda na complexidade semântica, na significação funcional, no valor expressivo;
- b) perda pragmática com ganho na significação sintática;
- c) diminuição de membros num mesmo paradigma sintático;
- d) diminuição na variabilidade sintática, com maior fixidez da ordem;
- e) obrigatoriedade de uso em determinados contextos , com proibição de uso em outros;
- f) coalescência semântica, morfossintática e fonética com outra(s) unidade(s);
- g) perda de substância fonética.

Mas o que sobrevive à mudança linguística: o significante ou o significado? Os significantes sobrevivem aos significados, apesar de todo o desgaste fônico. Costa (2003) descreve que ocorre, no processo, a bipartição dos elementos linguísticos que se resignificam, acoplando-se a outros significados, gerando um outro signo:

No processo, ocorre a bipartição dos elementos do signo linguístico e a apropriação do significante por uma parte do

complexo do significado que, na seqüência, vem a se re-significar, acoplando-se a outro complexo significativo, constituindo, portanto, outro signo

Concluindo esta seção, apresentamos um Quadro proposto por Costa (2003), de acordo com a sua interpretação desse tema, com base em vários linguistas que estudam a gramaticalização:

Quadro 3. Processo de gramaticalização

Propriedades	Motivações	Mecanismos	Estágios	Parâmetros
<p>O que é o processo de gramaticalização. (natureza do fenômeno)</p> <p><i>unidirecionalidade</i> <i>-gradualismo</i> <i>-existência de trajetórias</i> <i>universais</i> <i>uniformitarismo</i></p>	<p>O porquê do processo de gramaticalização. (Causas desencadeadoras - cognitivas e pragmáticas)</p> <p><i>-economia</i> <i>-expressividade</i> <i>-inferências discursivas e convencionais</i></p>	<p>Como se dá o processo de gramaticalização. (implementação do processo - desenvolver-se no nível pré-lingüístico-cognitivo- ou nos níveis lingüísticos)</p> <p><i>-metáfora</i> <i>-metonímia</i> <i>analogia</i> <i>-reanálise</i> <i>-generalização</i> <i>-rotinização</i> <i>-recategorização</i> <i>-divergência</i> <i>-estratificação</i> <i>-especialização</i> <i>-especificação</i> <i>-persistência</i> <i>-desgaste fônico</i> <i>-reforço</i></p>	<p>Até onde, no <i>continuum</i> intralingüístico o processo se implementou (níveis lingüísticos atingidos pelos itens em gramaticalização)</p> <p><i>-sintaticização</i> <i>-morfologização</i> <i>-redução fonológica</i> <i>-estágio zero-</i></p>	<p>Avaliação dos graus de desenvolvimento do processo (medidas de avaliação dos estágios atingidos)</p> <p><i>-peso</i> <i>-coesão</i> <i>-variabilidade</i></p>

(COSTA, 2003)

A gramaticalização é considerada um processo unidirecional, embora haja quem conteste essa afirmação, como se pode ver, por meio do qual os

elementos linguísticos assumem funções gramaticais em determinados contextos, e uma vez gramaticalizados, se mantêm desenvolvendo outras funções gramaticais. A unidirecionalidade é considerada uma característica básica desse processo.

O processo de gramaticalização ocorre para atender necessidades de comunicação, quando as formas existentes no sistema linguístico não atendem mais a certas necessidades comunicativas ou para designar conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas. (HEINE, CLAUDI, HÜNNEMEYER 1991, p.19-30).

Esses autores consideram como básico na gramaticalização, o princípio de Werner e Kaplan (1963, *apud* MOURA NEVES, 2001:132), “princípio da exploração de velhos meios para novas funções”, através do qual, conceitos concretos são utilizados para descrever, explicar ou entender processos menos concretos e mais abstratos. Ou seja, entidades claramente delineadas/estruturadas conceitualizam entidades menos claramente delineadas/menos claramente estruturadas: experiências não-físicas são entendidas em termos de experiências físicas, tempo em termos de espaço, causa em termos de tempo, relações em termos de processos cinéticos ou de relações espaciais etc. Servimo-nos de um termo concreto para explicar outro menos concreto.

É nesse sentido que a gramaticalização é compreendida como um processo de base metafórica, considerando que sua função primária é a conceitualização obtida na expressão de uma coisa por outra. Segundo Heine, Claudi, Hünнемeyer(1991), a maior parte dos conceitos que entram nos processos de gramaticalização se referem a objetos concretos, a processos ou a locações. O falante, na intenção de ser claro, usa o termo mais concreto possível.

Marttelota (1986, p.54), a esse respeito, diz que:

A metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente, pelo qual conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser definido .

Segundo Lakoff e Johnson (1980, *apud* RESENDE et alii, 2000:8), devemos entender a metáfora a partir de um aspecto cognitivo, pois nosso aparato conceptual é metafórico por referência. A metáfora afasta-se do raciocínio objetivo, cartesiano, positivista, e a associação de significados depende da subjetividade que se cria a partir da subjetividade metafórica. Por ser a linguagem subjetiva por natureza, cria-se a lógica da subjetividade.

A maleabilidade dos sistemas linguísticos está relacionada a pressões de uso, pressões cognitivas e de outras ordens.

Sobre sistema e evolução, P.Ricoeur (*apud* HEINE, CLAUDI E HÜNNEMEYER, 1991, p.261) diz que se faz necessário uma perspectiva pancrônica de análise, considerando que uma palavra pode adquirir ou reter novos significados sem perder os anteriores, pois essa dupla natureza, como nova criação, provoca mudanças de sentido e refere-se à diacronia; e como “desvio aceito”, constitui polissemia, faz parte da estrutura sincrônica da língua.

Desse modo, a gramaticalização é um processo pancrônico, pois apresenta uma perspectiva diacrônica, envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica porque implica variação. Portanto, um processo sem referência ao tempo, que se dá de forma lenta e gradual, ou seja, é o princípio da continuidade e do gradualismo proposto por Castilho (1997).

Resumindo, uma das hipóteses da gramaticalização é que esse processo dinâmico e histórico é unidirecional- uma unidade lexical é menos gramatical na sua origem e mais gramatical na sua ponta de chegada, e envolve, frequentemente a morfologia, uma nova codificação. É uma passagem de menor regularidade para maior regularidade, de menor previsibilidade para maior previsibilidade, em que o falante torna-se mais sujeito às determinações do sistema e menos livre para realizar escolhas.

Assim, a noção de gramaticalização está relacionada com a noção de gramática como fornecedora de mecanismos de codificação para as funções da linguagem que os falantes mais usam.

A motivação para a gramaticalização, como visto, está nas necessidades comunicativas do falante quando não se satisfaz com as formas já existentes, e também na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas, que podem, entretanto, se desenvolver a partir de estruturas velhas.

Sobre a mudança semântica que acompanha a gramaticalização, uma das maneiras de se obter a sua caracterização é focalizando a transição da forma fonte para a forma de chegada, com base na distância lógica entre intenção e extensão, ou seja, na gramaticalização, a estrutura fonte, comparada com a estrutura de chegada, tem menor intenção e maior extensão.

Numa visão mais moderna da teoria localista, que se baseia na hipótese de que as expressões espaciais são mais fundamentais do ponto de vista gramatical e lexical, por estarem na base ou no centro do conhecimento humano, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a, 1991b) admitem que o homem utiliza, em primeiro lugar, os conceitos relacionados com partes do seu próprio corpo e apresentam um tipo de *continuum* mental (sequência, cadeia, linha, ou 'cline') cognitivo, que é um dos fundamentos da teoria. A análise das mudanças semânticas, segundo esses autores, pode ser feita segundo o arranjo linear das categorias conceptuais:

persona > objeto > espaço > tempo > processo > qualidade.

Nessa escala de abstratização, cada categoria pode ser conceptualizada por uma das categorias à sua direita, resultando no que esses autores chamam de metáforas categoriais, e que governa o processo metafórico. Por exemplo, *pé* (que se refere à parte do corpo) > *pé da mesa* (objeto); ou *perto* (que indica posição no espaço) > *perto* (que indica tempo-perto do Natal), etc.

A respeito da transferência de experiências humanas para as formas linguísticas, Heine *et alii* (1991) traduzem essa transferência no seguinte esquema:

espaço > tempo > texto

ou seja, do mais concreto para o menos concreto.

Esses domínios se prestam ao desenvolvimento de conceitos gramaticais. As pessoas usam objetos, atividades ou localizações para expressar entidades mais abstratas. Entre esses pontos de referência, o espaço constitui uma fonte de gramaticalização. E, de acordo com essa

teoria, as expressões espaciais são fundamentais no plano linguístico, sendo os demais sentidos derivados delas.

Finalmente, Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991, p. 158) dizem que uma categoria gramatical é mais gramaticalizada do que outra, nas seguintes condições:

- 1) se ela for, etimologicamente, derivada da outra;
- 2) se duas funções de caso diferem apenas quanto ao fato de que uma possui uma função espacial e outra não, então, a última é mais gramaticalizada;
- 3) se duas categorias gramaticais diferem pelo fato de que uma implica um participante humano e outra, inanimado, então, a última é mais gramaticalizada;
- 4) uma categoria referente a um conceito com três dimensões é menos gramaticalizada do que uma ligada a um conceito de uma dimensão;
- 5) quando uma categoria expressa uma relação temporal e outra categoria uma “relação lógica”, como por exemplo, “causa” e ‘condição’, essas duas últimas são mais gramaticalizadas do que ‘tempo’;
- 6) quanto mais uma categoria for abrangente, mais ela será gramaticalizada; assim sendo, “modo” é mais gramaticalizado que “instrumento” ;
- 7) se um dado morfema governa tanto sintagmas nominais como sentenças, então, o último uso é mais gramaticalizado do que o anterior, assim, conjunções são mais gramaticalizadas do que preposições.

Heine, Claudi, Hünne Meyer (1991a e 1991b) não restringem a gramaticalização à metáforização, pois consideram que a gramaticalização é explicada como uma extensão gradual do uso de uma entidade original, e não como uma transição entre entidades discretas. Dois mecanismos estariam aí envolvidos: a transferência conceptual (que é metafórica) e reinterpretção induzida pelo contexto (que é metonímica).

A metonímia, outro fator interveniente no processo de gramaticalização, é, de acordo com Sperber e Wilson (1986, *apud* MOURA NEVES, 2001, p. 137) a manipulação pragmático-discursiva pela qual os conceitos são sujeitos a fatores contextuais na interpretação do enunciado.

Heini, Claudi, Hünemeyer(1991a) concordando com Traugott e König (1991, *apud* MOURA NEVES, 2001:138), dizem que a mudança semântica de base metafórica se relaciona com o problema da representação, enquanto a mudança de base metonímica se associa com a resolução de problema de ser informativo e relevante na comunicação.

Portanto, metáfora e metonímia são componentes do processo da gramaticalização, que leva os conceitos gramaticais concretos para os abstratos. Metonimicamente o processo se dá numa escala de entidades contíguas que são relacionadas; metaforicamente, o processo contém categorias como espaço, tempo ou qualidade.

Esse desvio do espaço para o tempo e para a articulação textual, organização do discurso, levou Traugott e König a concluir que não se pode entender a gramaticalização como dessemantização, ou descoroamento semântico, pois nela pode estar envolvida uma acentuação do significado pragmático, do envolvimento do falante, uma subjetivação.

Heine, Claudi, Hünemeyer(1991 b) concluem que se a gramaticalização pode ser vista como generalização, o que implica em perda de traços semânticos, por outro lado, isso pode representar ganho, com o surgimento de novos itens gramaticais com funções não encontradas em seus antecessores. Ou seja, traços semânticos podem não desaparecer simplesmente, mas ser substituídos por traços pragmáticos.

Portanto, gramaticalização não é somente reconstrução histórica, mas aponta para mudanças que poderão ocorrer no futuro no desenvolvimento da gramática.

2.1.1.11 Efeitos ou consequências do processo de gramaticalização

De acordo com Lichtenberk (1991 *apud* MOURA NEVES, 2001, p.127) as gramáticas das línguas naturais são “produtos de desenvolvimento históricos, entre eles a gramaticalização”, ou seja, a emergência de novas categorias. Segundo esse autor, são três as consequências procedentes desse processo:

a) emergência de uma nova categoria gramatical- Quando elementos linguísticos adquirem novas propriedades, eles começam a se tornar membros de uma nova categoria:

b) perda de uma categoria existente- Há uma perda de suas características de forma gradual e tem-se então a coexistência de formas novas e antigas no sistema. A forma nova começa a ser usada mais frequentemente, até suprimir a forma antiga;

c) mudança no conjunto de membros que pertencem a uma categoria gramatical.

Há uma interligação entre esses elementos, pois quando os elementos linguísticos adquirem novas propriedades, eles se tornam membros de novas categorias, ou seja, há uma reanálise categorial, que ocorre de forma abrupta.

Também Lehmann se refere a três efeitos da gramaticalização, ressaltadas abaixo:

a) Passagem de um elemento menos gramatical para um elemento mais gramatical;

b) Perda de característica fonológica e semântica;

c) Diminuição de liberdade da manipulação do elemento. Ele se integra em um paradigma, tornando-se cada vez mais obrigatório em certas construções e ocupando uma posição mais fixa.

O termo gramaticalização não se aplica apenas ao campo da morfologia, mas também à sintaxe. Givón (1979) criou o termo sintaticização, para indicar processos nos quais uma ordem de palavras pragmaticamente motivada se fixa em construções sintáticas e em padrões de concordância abrigados na gramática.

Não consideramos nesta Tese todos os pressupostos do Funcionalismo aqui apresentados, mas utilizamos alguns deles para fundamentar a descrição e análise dos dados.

Visto o paradigma funcional, fazemos a seguir um resumo dos contextos sócio-históricos brasileiro e baiano dos séculos XIX e XX, para situar o fato linguístico formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente(FVCIA) e perceber as contribuições sócio-histórico-linguísticas desses séculos para o tema em foco, considerando que a língua é um produto histórico e deve ser estudada levando em conta que as forças históricas são co-responsáveis pelas estruturas linguísticas atuais.

2.1.2 Linguística histórica:os cenários sócio-linguístico-históricos brasileiro e baiano dos séculos XIX e XX.

A recuperação do passado sócio-histórico de uma língua é imprescindível para perceber mudanças e alterações ao longo do tempo, principalmente quando uma língua se encontra polarizada entre normas cultas e normas populares, como concebe Lucchesi(2001). Também Mattos e Silva(2001, *apud* Lucchesi,2001) reconhece que é necessário considerar que o que se entende por português brasileiro(PB) envolve tanto o português culto quanto o português popular.

Esses autores também entendem que a recuperação do passado sociolinguístico revela a contribuição efetiva dos africanos e afrodescendentes na formação e difusão do português popular do Brasil.

Portanto,o quadro teórico adotado a seguir é o da Linguística Histórica.

2.1.2.1 Cenário I: Século XIX -A corte esteve aqui. E a África também

O Brasil do século XIX é marcado por muitos fatores históricos importantes como a vinda da família real, a abertura dos portos, a criação da imprensa régia, a abdicação de D.Pedro, os movimentos de insurreição, o fim da monarquia, a independência do Brasil, a primeira constituição, a proclamação da República, a abolição da escravatura, o apogeu do café, da borracha, do cacau, etc.

Esse século trouxe um período de mudanças no Brasil, a começar pelo fim do tráfico de escravos, que oficialmente ocorreu em 1830 (MATTOS E SILVA, 2004, p.128), a adequação ou resistência às novas regras do capitalismo, fatos que fomentaram a reestruturação da sociedade brasileira desse século, e a segunda constituição, que estabeleceu o voto direto para presidente e o direito ao voto para homens maiores de 21 anos.

Na Bahia, mais especificamente, além dos reflexos do que acontecia no resto do país, ocorreu uma das mais significativas revoltas de escravos nas Américas: o levante dos malês, e, no final do século, vive a sangrenta destruição de Canudos.

Os negros trazidos para o Brasil no século XIX, vieram de várias partes da África, predominantemente de Angola e de Moçambique, segundo Fiorin e

Petter (2008), para trabalharem na lavoura de café. Era o tráfico praticado não mais pelo Rei de Portugal, mas pelos portugueses e até pelos próprios africanos.

As condições do tráfico praticado pelos portugueses no século XIX favoreceram uma convivência plurilinguística, já nos portos de origem onde os escravos eram “depositados” para o embarque para o Brasil. Nos entrepostos de cativos, cada vez mais fixos e organizados, os escravos conviviam, às vezes, em lavouras, para cultivarem o próprio sustento, enquanto não chegavam ao destino, o Brasil. Além disso, o período de convivência forçada dos escravos nos porões dos navios, na viagem entre Luanda e Salvador, era de, pelo menos, quarenta dias.

Essas condições de convívio de línguas africanas diferentes, embora próximas, podem ter influenciado na língua que se construiria no Brasil e, principalmente, na fala e na escrita do povo e dos intelectuais da Bahia, considerando que os africanos já conviviam com a língua dos seus futuros senhores- os portugueses, que os recrutavam no local e viajavam no mesmo navio dos escravos, e também pela adoção da língua de Angola, o *quimbundo*, como uma língua veicular entre os africanos. Dessa forma, muitos termos iam se incorporando às línguas dos africanos e ao português.

O quimbundo falado no Brasil foi gramatizado em Salvador, segundo Bonvini (2008) e documento a esse respeito foi escrito no Brasil, pelo sacerdote jesuíta Pedro Dias, em 1697 (*A arte da língua de Angola*). Bonvini (2008 p. 35) considera esse documento como “um real acontecimento lingüístico”, “uma prova histórica do emprego de uma língua africana no Brasil no século XVII”. Seria a primeira descrição gramatical do quimbundo, com dados recolhidos no próprio Brasil. O texto, segundo Bonvini, reflete não apenas essa descrição, mas também o olhar que um português culto dessa época tinha sobre essa língua africana.

A respeito da gramática de Pedro Dias, de 1697, escrita dois anos depois da destruição do Quilombo dos Palmares (que se deu em 1695), muitos autores afirmam que nesse quilombo falava-se uma língua de tipo banto e que, portanto, poderia ser o quimbundo essa língua descrita por Dias. Era o quimbundo a língua africana de referência, falada para além da Bahia, atingindo uma área geográfica que incluía Pernambuco e Rio de Janeiro.

Segundo Bonvini, essa gramática revela semelhanças com a língua falada atualmente em Angola.

Nessa gramática, chamou-nos a atenção o que disse Dias (*apud* Bonvini, 2008) a respeito do “*verbum passivum*”:

Naõ tem essa língua verbo passivo, donde para dizerem, Deos he amado dos homens, dizem, Omala azola nzambi, os homens amão a Deos: pondo o verbo na ativa. Tambem para dizerem, os homens são amados de si, dizem Omala azirola, os homens se amão a si...(p.38)

Naõ tem os Ambondos (como já dissemos) verbo passivo, mas usaõ do verbo activo(pág.43, *apud* Bonvini, pág 38)

O plurilinguismo africano no Brasil é atestado na Bahia, no final do século XIX, por Nina Rodrigues, cujo levantamento lingüístico e etnográfico junto aos africanos que viviam na cidade de Salvador revela que as línguas africanas faladas no Brasil (predominavam na Bahia o nagô e o iorubá) sofreram grandes alterações com a aprendizagem do português por parte dos escravos, pelos negros ladinos, ou seja, aqueles que já conheciam a língua e os costumes do país.

Havia um multi/bilinguismo generalizado, ao longo do período colonial, tanto entre africanos quanto entre lusos. Na Bahia, nesse século, segundo Pessoa de Castro (2001, *apud* MATTOS E SILVA, 2004, p. 38), admite-se que se concentravam línguas da família *kwa*, sobretudo o iorubá.

Mattos e Silva cita o avanço da norma padrão lusitanizante, pelo crescimento da escolarização no século XIX, decorrente da abolição da escravatura, e o número crescente de normativistas, que priorizavam a norma padrão como variante de prestígio.

Retomando o que diz Bonvini, a respeito da relação línguas africanas-português, por volta dos anos 70, cultiva-se um fenômeno designado de “*reafricanização*” no seio dos cultos afro-brasileiros, que no plano lingüístico traduziu-se na valorização da língua iorubá.

Embora em menor número do que os das línguas indígenas, os empréstimos lexicais de origem africana são mais uma apropriação pelo português de termos necessários à sua expressividade, do que uma

“influência” das línguas africanas sobre o português. Pelo menos é o que defende Bonvini (2008).

Segundo Bonvini, as línguas africanas eram, na sua maioria, orais e apenas o quimbundo teve escrita e foi gramatizado, na Bahia, como atesta o texto de Dias. Os escravos africanos aloglotas, descendentes de escravos, se apropriavam da língua dominante falada num contexto de trabalho, inicialmente no plano semântico lexical e depois no morfossintático. A apropriação era de uma língua oral, não normatizada, sem a codificação tradicional, portanto de uso não reconhecido, cuja preocupação dos usuários africanos era a necessidade da interlocução, mais do que os cuidados em executar uma norma.

Em relação aos traços fonológicos, morfológicos e sintáticos apontados como herança africana e indígena, Bonvini, numa postura claramente anti-crioulística, diz que esses traços linguísticos presentes no PB não são um produto crioulo, e nem são suficientes para se afirmar a influência africana no PB. Seria necessário, segundo ele, confrontar com outras aproximações linguísticas, tanto sincrônicas quanto diacrônicas, *in loco*, com o tupi, e fora do Brasil, com o português de Portugal. Bonvini, concordando com Révah, argumenta que esses traços são igualmente atestados no português falado em outros dois países historicamente ligados ao Brasil: Angola e Moçambique.

Sabe-se que as línguas africanas que chegaram ao Brasil foram orais, com exceção do quimbundo que teve escrita e foi gramatizado. Para Bonvini é importante considerar que o português usado pelos escravos e seus descendentes no interior dos cultos afro, na umbanda, principalmente, era diferente do usado fora dele.

Relembrando, a apropriação da língua portuguesa falada pelos escravos se deu, inicialmente, pelo contato nos seus locais de trabalho, e os quais eram mantidos à margem da língua dominante, o português. Essa apropriação se deu primeiro no nível semântico-lexical e, depois, no nível morfossintático.

Portanto, um uso com preocupações funcionais, voltado para a eficácia e economia de esforço, voltado para a utilização prática, acabando por reduzir a língua a ser um instrumento de comunicação. Entretanto, os escravos não

eram “neutros”, mas dotados de uma história cultural marcada, principalmente no plano semântico-cognitivo.

Para Bonvini, é excessivo querer normatizar essa realidade linguística sob forma de gramática, e compará-la com as línguas africanas de origem, por um lado, e, por outro, com a língua portuguesa normatizada. Considera Bonvini, que é preciso

imputar à conjugação dos reflexos histórica e culturalmente marcados dos falantes e desses modos de exercício da linguagem certos processos (simplificação, redução) fonológicos e morfossintáticos comuns ao português do Brasil chamado popular e aos pidgins, crioulos e línguas veiculares da África negra, sem estabelecer uma dependência direta entre um e outros (p.58).

Acrescenta esse autor que é preciso pensar primeiro a realidade linguística brasileira como resultante de uma configuração sociolinguística que lhe é própria, sem excluir a possibilidade de aparecimento de novos falares, sem filiação contínua a uma língua de origem. É importante não separar a análise dos fatos da língua de sua significação social, principalmente quando se trata de adaptar e interpretar um instrumento linguístico às tarefas que ele deve assumir, num contexto onde a pressão normativa é relaxada ou ausente.

Também é necessário considerar o caráter institucional adquirido por uma língua no seio da comunidade, ou a representação que se fazem os seus usuários daquilo que constroem no enunciado.

No plano histórico, o jogo de alternâncias e de contatos de línguas africanas – portuguesa no Brasil revelou facetas como o papel menos determinante das línguas africanas em relação ao predomínio do português.

As línguas africanas passaram por várias fases no Brasil: de língua plena e generalizada (quimbundo), de língua veicular e pidginizada (“mina”), língua veicular (iorubá) limitada a um contexto plurilíngue e africano, passando a um contexto de extinção progressiva confinadas a línguas cultuais ou secretas.

Paralelamente, o português se firmou como língua oficial, mas não de maneira fácil, já que passou, durante muitos séculos, por períodos de usos

inabituais como o dos aloglotas, plenos de hábitos e reflexos linguísticos no plano semântico-cognitivo por eles desconhecidos.

O português foi submetido a um determinismo funcional que privilegiou a eficácia e a economia de esforços. Os contatos múltiplos e constantes deram ao português brasileiro uma flexibilidade e fluidez estrutural, além de um dinamismo interno, constituído de resistência e de inovação, levando-o a constantes reconstruções.

Para defender o seu ponto de vista sobre as línguas africanas e o português brasileiro, Bonvini conclui que os conceitos de “crioulização e de “influência” são insuficientes, ou até mesmo inadequados para explicar a formação do português brasileiro.

A respeito das origens do português popular do Brasil, Naro e Scherre (2007), também defendem a inexistência de um crioulo na formação do português popular brasileiro, argumentando em defesa do que chamam uma “confluência de motivos”, posicionando-se contrários a um “suposto crioulo de base lexical portuguesa” falado pela comunidade negra.

Argumentam os autores que, muito antes dos portugueses chegarem ao Brasil, já tinham uma história de contato com povos que não dominavam a sua língua: árabes, africanos, o que poderia lhes dar uma estratégia de comunicação com esses estrangeiros, como a “língua de preto” que possuía um sistema verbal diferente, e era utilizado durante as primeiras explorações na África, sistema que já possuía um leque de traços variantes pidginizantes, incluindo uso variável de flexões verbais e nominais. De acordo com Naro e Scherre, a “língua de preto” já se fazia presente em Portugal, desde o século XV.

No português do Brasil, segundo esses autores, existe documentação de relatos de viajantes, missionários e autoridades governamentais, a partir do século XVI, e a representação de fala de alguns grupos populacionais em peças, jornais, etc, a partir do século XIX. Mas, embora existam fartos materiais a respeito da fala do branco, o mesmo não ocorre com outras línguas faladas pelos africanos no Brasil. Vale lembrar aqui que cada grupo tinha a sua língua com características próprias na oralidade e a fala do branco ou do afro-descendente eram diferentes.

Atestam que na comunidade de Cafundó, em São Paulo, comunidade de ancestrais africanos, a gramática deles é portuguesa com léxico de provável etimologia quimbundo, língua da família banto. Portanto, não haveria um crioulo, ou um pidgin no Brasil, de base lexical portuguesa, mas é mais provável que os brasileiros de origem africana falassem variantes locais do português popular do Brasil, ou um pidgin de base africana, que, com o passar do tempo, caiu em desuso.

Mattos e Silva (2004), em seu livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, tratando dos fatores condicionantes na formação do PB, aponta as reconfigurações socioculturais, políticas e lingüísticas ao longo do século XIX: a língua portuguesa como língua oficial, em decorrência das leis pombalinas; o avanço da imprensa ao longo do século XIX, antes proibida no Brasil colonial, o que permitiu a difusão de documentação não-literária e literária que se produzia no Brasil, ressaltando-se o papel dos jornais nesse processo.

Na Bahia, no século XIX, segundo Mattos e Silva, o português geral brasileiro foi difundido pelos africanos e afrodescendentes no período colonial e pós-colonial, até meados do século XIX. Sobre a formação do português brasileiro, a autora defende também a efetiva participação dos africanos e afrodescendentes na formação do português popular do Brasil, com base em evidências históricas

Outro aspecto linguístico apontado pela autora diz respeito ao avanço da norma padrão lusitanizante nesses séculos, em decorrência de dois fatores: o crescimento da escolarização no século XIX e o acesso à escola de africanos e afrodescendentes, antes proibido.

Lucchesi(2001) diz que o português brasileiro não é apenas heterogêneo e variável, mas também plural e polarizado (norma culta e norma vernácula). Para Mattos e Silva essa heterogeneidade plural e polarizada está enraizada historicamente em condicionamentos da nossa sócio-história.

Não temos dúvidas de que o século XIX tem grande importância para a história do português brasileiro, considerando os reflexos linguísticos, em atas e cartas daqueles séculos. Esses textos trazem dados que confirmam esses reflexos linguísticos, como o apagamento do *se* indeterminador, em consequência da reanálise sintática, que acreditamos, tenha sido em

consequência da aquisição “irregular” do português pelos africanos e afrodescendentes brasileiros, seja pela permanência do uso do se indeterminador junto a formas verbais, em consequência da presença lusitana no Brasil no período colonial, que certamente contribuiu para o uso intenso dessas construções, que, segundo os estudos linguísticos, é a forma preferida do português europeu, independentemente do tipo de texto.

Sobre os fatores sócio-históricos significativos na formação do português brasileiro, Mattos e Silva (2004) apresenta evidências sócio-históricas para defender que o português se generalizou no território brasileiro pela “voz” dos africanos e afro-descendentes, discordando de Serafim da Silva Neto, Gladstones Chaves de Melo e de Silvio Elia.

Contextualiza os seus argumentos em favor dessa afirmação, tomando por base, inicialmente, a demografia histórica e mobilidade social das populações do Brasil, a etnia e a escolarização, nos séculos XV ao XIX.

Desde o século XIX, segundo a autora, a bibliografia que trata das chamadas “influências das línguas indígenas” no português, tem se concentrado nos empréstimos lexicais tupi, mas têm sido esquecidas as línguas do tronco macro-jê faladas pelos tapuias, cujos falantes ocuparam os interiores do nordeste, centro oeste e sul do Brasil. É, na verdade, no léxico que ficou a marca linguística, fato que distinguiu o português europeu do brasileiro, porém se generalizando como tupi todos os indigenismos lexicais brasileiro.

Com base em dados de africanistas brasileiros e estrangeiros, Mattos e Silva destaca que, ao contrário dos empréstimos das línguas indígenas, os empréstimos lexicais das línguas bântu são a maioria, e os mais integrados morfológicamente no português, por serem os africanos e afrodescendentes, desde o século XVII ao XIX, cerca de 60% da população do Brasil. E já desde o século XVI a presença africana estava espalhada por todas as capitais brasileiras,

Argumenta Mattos e Silva que o contingente de africanos que veio para o Brasil teve de abdicar de suas línguas de origem, para aprender a língua da colonização, num processo de “transmissão lingüística irregular”, nos termos da crioulistica.

Outros dados informam que quanto à etnia, até meados do século XIX, os brancos não ultrapassavam 30% da população. Defende, então, a autora que é a maioria, africanos e afrodescendentes, que vai dar forma ao português geral brasileiro ou vernáculo brasileiro.

Em relação à movimentação populacional dos africanos e afro-brasileiros no Brasil colonial e pós-colonial, Mattos e Silva (2004) argumenta, com base em historiadores, que os escravos, seus senhores e familiares no território brasileiro, nos séculos XVI e XVII, se concentravam nas lavouras de cana-de-açúcar nas capitanias litorâneas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e espalharam-se em lavouras do interior nordestino.

Nos séculos seguintes, transitaram pelas áreas de mineração do ouro e diamantes, nos interiores paulistas e centro-oeste do Brasil. Entre o XVIII e XIX retornam para Rio de Janeiro e São Paulo para a lavoura açucareira e no século XIX concentram-se no Vale do Rio Paraíba do Sul, em áreas paulistas, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, para a exploração do café e do ouro, seguem para o Maranhão e deslocam-se para as charqueadas do Sul do Brasil.

Dados demográficos indicam que a população escrava em relação às outras etnias, ainda às vésperas da Independência do Brasil, era de 60% nas regiões Norte e Nordeste, 57% nas regiões Leste e Sul e 70% na região Centro-Oeste, num total de população escrava de um milhão e oitocentos e oitenta e sete, cerca de 50% da população brasileira nesse período era de três milhões e oitocentos e dezessete mil. Mussa (1991, *apud* MATTOS E SILVA, 2004, p. 102), a respeito das etnias no século XIX, aponta que “os brancos representam menos de 30% da população total ao fim do período colonial.”

Lobo (1996, *apud* MATTOS E SILVA, 2004)) deixa claro que os usuários mais prováveis do português europeu, portugueses e seus descendentes, somavam menos de um terço da população convivente no Brasil.

Dados da população do Brasil, às vésperas da Abolição da escravatura em 1888, e da proclamação da República (1889), dão conta de que a população escrava predominava em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e menos escravos no Rio Grande do Norte e em Mato Grosso, em decorrência da pobreza econômica dessas províncias.

Ainda sobre a demografia do século XIX, Oliveira (2006, p. 66) diz que “o censo oficial de 1872 consagra, em definitivo, Salvador como uma cidade de predominância afro-descendente.” acrescenta Oliveira que no século XIX, “Salvador era praça comercial das mais intensas, por conta do trabalho exercido pela população de ascendência africana.” (p.67).

Em relação à escolarização ou sua ausência no Brasil colonial e pós-colonial, Mattos e Silva (2004) apresenta o percurso da escolarização, cruzando esse fator com o da demografia histórica e mobilidade social dos escravos, e demonstra porque, até hoje, domina no Brasil o português popular, que considera o “autêntico” português brasileiro, cuja forma teria sido dada pelo segmento sem “voz” da população brasileira- africanos e afro-descendentes.

Mais um fato importante que ratifica a tese de Mattos e Silva, a respeito da difusão do português popular brasileiro, está relacionado aos quilombos que existiam já no século XVIII, em razão da resistência escravista, sendo o maior deles o de Palmares, que tive a oportunidade de visitar, em setembro de 2008, quilombo que congregava outros da região de Pernambuco e Alagoas. Também existiam quilombos em Minas Gerais, no Maranhão, e do Rio Grande do Sul ao Amazonas, além de mais de 25 identificados na Bahia nesse século.

O fato importante nesse particular é que os quilombos, por uma questão de sobrevivência, se articulavam com a sociedade “legítima”, o que também contribuiu para a construção e difusão do português brasileiro, considerando, também, que os quilombos ocuparam sertões, cidades, florestas, garimpos, engenhos, fazendas e envolveram-se com outros movimentos político-sociais.

Essa articulação social dos quilombolas foi atestada em estudos que demonstram a circulação de escravos nos espaços “legítimos” da escravidão, a exemplo do Recôncavo baiano e subúrbios de Salvador, o que forçava a circulação do português no interior dos quilombos.

Mattos e Silva destaca que, embora não se atribua uma língua aos africanos do quilombo de Palmares, os palmarinos, por terem origens variadas, deveriam usar uma língua africana, mas com uma configuração linguística própria, um português misturado com elementos africanos.

Dados sobre a escolarização no Brasil dão conta de que, no final do século XVIII, haveria apenas 0.5% de letrados, no final da segunda década do século XX, 25% de escolarizados, a despeito da política linguístico- cultural

pombalina que torna o português língua oficial do Brasil. Em 1999, menos de 20% da população brasileira atingiam o segundo grau de escolaridade, e apenas 10%, o nível de ensino superior. Ribeiro (1999) acrescenta que em 1890 havia 85% de analfabetos e em 1920, 75%.

Segundo Nissa da Silva (1978, *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 88), a respeito do letramento na Bahia oitocentista, houve maior número de aulas oferecidas na Bahia ao longo do século XIX, inclusive com aulas particulares, algumas gratuitas para quem não podia pagar. Até então, a instrução era monopolizada pelas instituições religiosas até à Independência.

Mas os escravos, até à abolição, não podiam frequentar instituições de ensino, dominando o analfabetismo entre eles. Segundo a historiadora Kátia Mattoso (2001, *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 99), a aprendizagem da leitura e da escrita por parte dos escravos talvez tenha se efetuado na casa do *senhor*. Portanto, eram pouquíssimos os escravos com essas habilidades. Ter essas habilidades de leitura, escrita e contas tornavam o escravo mais valorizado, gozando assim, de prestígio.

Os fatos anteriormente descritos por Mattos e Silva garantem a sua tese de que as normas vernáculas seriam o “autêntico português brasileiro”, considerando o precário efeito da escolarização até meados do século XX e no pouco eficaz ensino da norma padrão.

Os dados sócio-históricos apresentados pela autora, tendo como base a demografia, a mobilidade geográfica, a presença maciça dos africanos e afro-descendentes, com participação direta na economia da colonização, os múltiplos papéis desempenhados por eles na sociedade urbana e rural e o significado social e linguístico dos espaços ilegítimos da escravidão embasam a tese de Mattos e Silva de que os africanos e afro-descendentes são o agente principal da difusão do português no território brasileiro, na sua fase popular ou vernácula.

A partir dessas importantes informações, buscamos verificar em documentos escritos por afrodescendentes brasileiros do século XIX, e encontramos em Oliveira (2005) as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), constantes dos anexos de sua Tese de Doutorado, para identificar a presença de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente e assim perceber alguma relação entre essas

construções e o português popular brasileiro escrito por afrodescendentes, brasileiros do século XIX. São textos escritos por Secretários homens, já que as mulheres eram admitidas, mas não formalmente, embora pagassem entradas e mensalidades.

A SPD, dentre outras, congregava escravos, libertos e alforriados, os quais, segundo Oliveira (2005), trabalhavam sob leis redigidas por eles próprios.

Essa Instituição se mantém viva até o presente e funcionou, inicialmente, como junta, para assistir, financeiramente, os associados e parentes que ainda eram mantidos no cativeiro. O objetivo principal, porém, era angariar fundos para libertar escravos, segundo Braga (1987, *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 132).

Os critérios para ingresso na SPD, dentre outros, eram: ser negro, africano, sem dúvidas a esse respeito, e saber a origem, a nação, pedido que era feito mediante um requerimento ao Presidente da Sociedade.

O letramento entre os membros da Sociedade não fica muito claro, era feito pelos muçulmanos, já que o culto à religião islâmica era praticado pelos seus membros. Os malês possuíam habilidade na leitura e na escrita, pelo menos em língua árabe.

Esses fatos ilustram a polarização linguística discutida por Lucchesi (1994, *apud* MATTOS E SILVA, 2004, p.99), ou seja, convivem normas vernáculas e normas cultas, além da norma padrão. Justificam porque não se considerar mais a tese da unidade linguística do PB, embora seja real a possibilidade de intercomunicação em todo o território nacional. Também não se sustenta a tese de que o português do Brasil seria mais conservador em relação ao português europeu (PE). Pelo contrário, a participação tão efetiva dos africanos e afrodescendentes no português popular brasileiro, as características linguísticas que herdamos do “português geral” do Brasil apontou em direção à inovação, aprofundando as diferenças entre o PB do PE.

O fato mais marcante e específico sobre o uso do *se* é que muitos trabalhos atestam a mudança diacrônica no português, com a perda do uso da passiva sintética (NARO, 1976; NUNES, 1995; CAVALCANTE, 2006; e outros)

no século XIX, passando a se indeterminador, sem concordância entre o verbo e o seu argumento interno no plural.

O “cenário” aqui descrito, de formação do português popular brasileiro, considerando as condições de escolarização desses afrodescendentes, parece ter sido propício à ampliação do apagamento do se apassivador nas FVCIA nesse século e à não concordância entre verbo e argumento interno no plural. Por outro lado, estudos concluem que o contato com o português lusitano favoreceu à aquisição do uso dessas formas com o se indeterminador pelos afrodescendentes, o que constatamos nos dados das atas da SPD:

- (37) Aos vinte dias da mes de Setembro [...] de 1840 endia damissa.
solene da nosa Padroeira finda esta, comesou os trabalhos da nossa
devoção em vertude do capitulo 4, Artigo 19 donosso compromisio [...].
- (38) Aos treze dias do mez de maio de hum mil e oito sentos e.
quarenta e sei [...] leu ce o requerimento do nosso Irmão Henriques
Cardozo da Costa [...] (ASPD/ séc. XIX)

Também em dados de Carneiro (2005) foram encontrados exemplos de não- concordância entre verbo e argumento interno no plural:

- (39) D’ahi para esta dacta comprou-se 2 fortes [...]
- (40)[...] assim mesmo caloçe os tais pagamento [...] (p.98)

Sobre a indeterminação, trabalhos como os de Cavalcante (1999) comprovam que o PB nesse século apresenta somente o uso de se impessoal, tanto nas sentenças finitas, construção já existente desde o século XV, quanto infinitivas, inovação nossa, tendo desaparecido o se passivo no PB. Portanto, com base nos fatores sócio-históricos levantados sobre a formação do português brasileiro, com base nos autores aqui mencionados, e considerando ainda a maciça presença dos africanos e afrodescendentes, também no século XIX, contribuindo já de início, para o caráter heterogêneo e variável do PB, concluímos pelo caráter inovador do português brasileiro, uma vez que estudos comparativos entre o português brasileiro e o português europeu indicam claramente a distinção entre as duas variedades, embora existam pontos

comuns como o padrão para a escrita formal e suas características morfológicas e lexicais.

2.1.2.2. Cenário II: século XX-Movimentos sociais e movimentos linguísticos

O século XX se inicia vivendo a abolição da escravatura, que ocorreu no final do século XIX, embora alguns “castigos” ainda permanecessem por um bom período, originando movimentos como a Revolta da Chibata, em 1902, a Greve geral no país em 1903, a redistribuição geográfica do contingente de ex-escravos e descendentes pelas lavouras de café.

Esses fatores contribuíram para a extinção da maioria das línguas africanas, operando, assim, uma mutação linguística no cenário linguístico brasileiro. As línguas africanas são, então, transmitidas e mantidas na clandestinidade e restritas a cultos afrobrasileiros. De fundo lexical de tipo banto, o branco não tem acesso a essas línguas.

Outro movimento importante nesse século foi a consolidação da República e novos movimentos acontecem no país: o nascimento da burguesia nacional, a Semana de Arte Moderna em 1922, que dá um contributo muito grande rumo a uma independência também linguística do país, quer na sintaxe, quer na semântica, apontando caminhos para se realizar essa independência em todas as artes brasileiras: na música, na pintura, na arquitetura, na escultura e na literatura.

Buscando uma identidade própria e liberdade de expressão, os artistas brasileiros do movimento vanguardista de 1922, experimentavam diferentes caminhos, sem contudo, estabelecer nenhum padrão. Buscavam, principalmente, a renovação, a transformação do contexto artístico e cultural, surgindo assim como um movimento vanguardista livre nas linguagens e livre das disciplinas, para transformar os antigos conceitos do século XIX. A principal insatisfação dessa geração modernista era com a literatura, particularmente a poesia, muito calcada na cultura e na arte de teor conservador, que predomina no país desde o século XIX.

As tendências trazidas pelo Modernismo de 45, calcadas na renovação dos meios expressivos com base na pesquisa linguística são de certa forma continuadas pelo Concretismo por volta da década de 60, movimento de

grande influência na produção artística da época e dos dias atuais. É neste momento que surgem movimentos como a Bossa Nova, o Cinema Novo e, posteriormente, o Tropicalismo, que retoma propostas do Modernismo de 22,

As consequências desse movimento, do ponto de vista linguístico, embora ainda hoje não tenham se efetivado plenamente, considerando que a norma-padrão do português brasileiro não conseguiu, ainda se libertar da coirmã, português europeu, podem ser percebidas nos textos escritos nesse século, comprovando a influência do cenário sócio-histórico brasileiro na formação do português do Brasil e, principalmente, da Bahia, onde uma confluência de fatos históricos peculiares aconteceram, principalmente a marcante presença dos negros oriundos de várias regiões e de diferentes línguas africanas.

A chegada da televisão no Brasil em 1950 também pode se constituir num marco para as questões linguísticas no Brasil, pelas influências que pode ter exercido na fala, na sintaxe e na escrita do brasileiro, como uma espécie de nivelador linguístico.

Marcado também pelo crescimento industrial, o que favoreceu a imigração, o país elabora a sua terceira constituição, que não acatava o voto de cabos, nem de soldados, nem de analfabetos, e realiza uma eleição para Presidente, período em que é instituído o voto feminino, até então proibido, e o país participa da segunda guerra mundial, que se encerra nesse mesmo século.

Outros movimentos, de diferentes ordens, ocorrem no país em momentos distintos, como o coronelismo muito forte que gerou outro extremo, o cangaço, e outros grandes movimentos sacodem o país: a revolução de 1930, a ditadura civil de 1937 a 1945, implantada no país por Getúlio Vargas, por ele chamada eufemisticamente de "Estado Novo", também a ditadura implantada com o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964, a Anistia, em 1979, com a chamada "abertura política" na década de 80, e o movimento "Diretas já", em 1984, para citar alguns.

Por volta dos anos 70, cultiva-se um fenômeno designado de "reafricanização" no seio dos cultos afrobrasileiros, que no plano linguístico traduziu-se na valorização da língua iorubá. E segundo Bonvini (2008), embora em menor número do que os das línguas indígenas, os empréstimos lexicais de

origem africana são considerados mais uma apropriação pelo português de termos necessários à sua expressividade, do que uma “influência” das línguas africanas sobre o português, pelo menos é o que defende Bonvini.

O cenário do século XX, marcado por inúmeros movimentos de lutas e resistências do povo brasileiro, parece ter influenciado para imprimir na sintaxe brasileira marcas cada vez mais profundas, resultantes de variação e de mudanças, que se mantêm no século atual.

Trabalhos, como os de Duarte (2007), focalizam a ausência vs presença do clítico *se*, como ilustra o exemplo abaixo:

(41) Não___ usa mais saia(91)

Ainda sobre as mudanças no uso do *se*, Duarte trata do desaparecimento da passiva sintética e da possibilidade do uso da forma verbal sem o *se*, como indeterminador, concordando que o PB perdeu a passiva sintética, fato que, segundo Naro (1976), já era observado desde os séculos XVI e XVII.

Vários outros trabalhos (GALVES, 1987; NUNES, 1989; CAVALCANTE, 2006) mostram que o *se* indeterminador passou a aparecer em estruturas onde não era esperado, como, por exemplo, nas infinitivas.

(42) É impossível *se achar* lugar aqui (GALVES, 1987)

Segundo Carneiro (2005, *apud* Duarte, 2007), no início do século XX, em dados da “imprensa negra” era possível encontrar tanto construções com concordância, quanto sem concordância, além de hipercorreção:

(43)[...] podem as cousas mudarem-se

(44)[...]néssas condições éra impossível mandar-se preparar os parafusos

(45)[...] uma eleição que severificoçe ser a de João Ramos (CARNEIRO, 2005)

O século XX, quanto ao uso do *se* indeterminador, parece confirmar o seguinte: o apagamento do *se* em construções verbais interpretadas com sentido indeterminador, maior utilização da “passiva de ser” e a diminuição de uso das construções com *se* indeterminador, a não-concordância entre verbo e argumento interno no plural, além do aparecimento do *se* onde não era esperado, como em estruturas infinitivas, fatos constatados também por esta pesquisa:

(46)[...] E nada mais havendo a *tratar* eu lavrei a presente Ata[...] (ADCHIII-XX)

(47) Nada mais havendo *foi dada* a palavra ao Acadêmico Cristiano Muller.(...) Do que para constar, *foi lavrada* a presente ata. (AALB/XX)

(48) O diretor externou seu pensamento no sentido de exortar os demais companheiros a apoiar as gestões que *se procedeu*. (ACCJ-XX)

(49) Resolveu-se então *proibir-se* o usufruto indiscriminado da Associação por terceiros. (ACCJ-XX)

2.2 OS CORPORA

Nesta seção apresentamos a constituição dos *corpora* (cartas e atas dos séculos XIX e XX), e uma breve caracterização dos mesmos, destacando os fatores considerados para a análise (período de tempo, gênero de texto, análise linguística-morfológica, sintática, semântica e discursiva e grau de indeterminação), além das hipóteses referentes a cada um desses fatores.

Costuma-se dizer que uma das grandes dificuldades da linguística histórica é o fato de os dados não traduzirem o que seria o “vernáculo”, no sentido laboviano, da época estudada, mas apenas uma tentativa de capturar o dialeto padrão, com o risco de ocorrer mistura dialetal, hipercorreções e erros do escriba.

Mas, consideramos, principalmente, o que disse Mattos e Silva em aula proferida em Curso de Pós-graduação na Faculdade de Letras da UFRJ (*apud* CAVALCANTE, 1999:41) a saber: que, se uma pesquisa sobre coordenação e subordinação fosse feita com base na documentação notarial do período arcaico, seria possível concluir que havia uso reduzidíssimo da subordinação, o

que poderia ser desmentido, caso fossem usados outros tipos de documentação.

Acreditando no que diz Mattos e Silva, trouxemos para os séculos mais recentes essa orientação e optamos por dois gêneros de textos- Cartas e Atas dos séculos XIX e XX, com a perspectiva de descrever e de analisar, sintática e semanticamente, FVCIA, com base nos dados de textos escritos daqueles séculos, como já referido na introdução.

Vale ressaltar, portanto, as vantagens de um estudo sócio-histórico, com base em textos diferenciados, que tentam evidenciar os percursos da mudança ao longo do tempo, caso existam; a explicitação de fatos histórico-diacrônicos, para reconstruções abstratas ligadas a evidências de línguas existentes; e a possibilidade de constatação do princípio de que as mesmas forças que atuaram no passado atuam no presente (princípio do uniformitarismo).

Em consequência desses argumentos, estabelecemos a comparação entre duas sincronias, séculos XIX e XX, buscando suporte na teoria funcionalista, na perspectiva da gramaticalização, aliada às explicações da Linguística Histórica, que respaldam as argumentações ao longo desta Tese.

Os critérios adotados na escolha dos textos- Cartas e Atas da Bahia- buscaram atender ao que Mattos e Silva e Lucchesi (1993) adotam no PROHPOR, o que resumimos aqui:

- (a) edições confiáveis;
- (b) representatividade da documentação no que diz respeito ao período histórico, para o devido seriamento cronológico;
- (c) diversidade dos tipos de textos (entre os indicados optamos por cartas e atas, representando os séculos estabelecidos), para possibilitar entrever mudanças nos usos linguísticos.

2.2.1 A Constituição dos *corpora*

A constituição dos *corpora* se deu considerando tanto a linguagem formal, como a das atas e cartas das instituições aqui nomeadas, quanto da linguagem informal, considerando algumas cartas mais pessoais, para que possibilitassem perceber a presença de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente e as mudanças ou indícios de gramaticalização, caso existam.

Os corpora são constituídos de 233 textos, num total de aproximadamente 5.000 linhas, entre cartas e atas dos séculos XIX e XX: atas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos de afrodescendentes brasileiros, atas da Academia de Letras da Bahia, atas da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Juazeiro, atas do Clube dos Caçadores, atas do Departamento de Ciências Humanas- UNEB Campus III /Juazeiro; cartas de Homens Ilustres da Bahia, cartas das Freiras do Convento do Desterro-Salvador/Bahia, cartas do Acervo Maria Franca Pires/Projeto do DCH-III, cartas de Particulares, sem autorização para revelar a identidade do remetente nem do destinatário, cartas da Sociedade Apolo Juazeirense.

Quadro 4-Atas e cartas

Gênero	Século	Instituição/Origem	Quantidade
Atas	XIX	IGHB	23
	XIX	SPD	40
	XX	ALB	19
	XX	ACIAJ	15
	XX	CCJ	14
	XX	DCH III/UNEB	15
Cartas	XIX	HIB	26
	XIX	FCD	31
	XX	AMFP	04
	XX	P	05
	XX	SAJ	36
	XX	HIB	05
TOTAIS	02	12	233

2.2.2 A Caracterização dos corpora

2.2.2.1 Atas

Resumimos aqui, a caracterização estilístico-linguística dos textos adotados na composição dos corpora, considerando o grau de formalidade da linguagem nesses textos, as especificidades com relação às Tradições Discursivas (TD) e aos objetivos dos mesmos. As atas são textos de linguagem formal, que seguem certas fórmulas na estruturação e na linguagem.

As atas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia(AIGHB) tratam de assuntos diversos, desde a discussão para aceitação de membros, mudanças de sede, até às homenagens a D. Pedro. São atas obtidas no próprio acervo do Instituto Geográfico e Histórico.Essas atas são dos séculos XIX e XX.

As da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), que foi uma sociedade de negros da Bahia, documentam deliberações sobre o pagamento de jóias, auxílio financeiro e penalidades para os sócios, dentre outros. Foram escritas por escrivãos, secretários e sócios afrodescendentes brasileiros. Essas atas são parte do corpus que foi editado por Klebson Oliveira para a sua Tese de Doutorado (PROHPOR/UFBA), em 2006 e são atas do século XIX.

As atas da Academia de Letras da Bahia(AALB), escritas por Secretários ou por acadêmicos, tratam da necessidade da escolha de uma sede, além das tertúlias literárias, da escolha e posse de acadêmicos, posse de Diretoria dentre outros. Essas atas foram obtidas na Academia de Letras da Bahia, através do seu Presidente Professor Dr.Claudio Veiga.São todas atas do início do século XX até 1999.

As atas da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Juazeiro(AACIAJ) tratam de assuntos comerciais e trazem uma linguagem formal, como requerem as atas, assemelhando-se às demais atas elencadas aqui.

Também do século XX, as atas do Clube dos Caçadores de Juazeiro, (ACCJ)por ser um Clube social, tratam das festas, da cerimônia de posse de membros, do pagamento de mensalidades, de auxílio aos membros etc. e foram obtidas por autorização do seu Presidente. Apresentam uma linguagem formal, como as demais, própria de atas.

Por fim, as atas do Departamento de Ciências Humanas – Campus III, (ADCH-III) Juazeiro, que tratam de assuntos pedagógicos, docentes e administrativos do Departamento do Curso de Pedagogia. São atas escritas por Secretários ou docentes designados para tal. A autorização para acesso a essas atas foi da Direção do DCH III em 2006 e são todas atas do século XIX, até 1999.

Vale adiantar que todos esses documentos, de ambos os séculos, usam formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação do agente.

Para melhor identificação dos exemplos usados ao longo desta Tese, atribuímos aos mesmos uma sigla referente ao gênero (C/A=carta/ata), e à instituição (AIGHB, ASPD, AALB, AACIAJ, ACCJ, ADCH III, CHIB, CFCD, CAMFP, CP, CSAJ) e ao século correspondente (XIX/XX), como exemplificado abaixo:

(50) Já deve estar a par dos planos immorais que de surpresa *tentarão* contra a Intendência de Vila Nova [...](CHIB-XIX).

(51) *Falam* em empréstimo atualmente para substituir o termo doação (CHIB-XIX)

(52) *Abertos* os votos dos presentes e depois dos ausentes[...] (AALB-XX)

(53) Diante da resposta [...] o Coordenador encaminhou à Direção do Departamento para que se *discuta* a resposta na plenária[...] (ADCHIII-XX)

2.2.2.2 Cartas

Quanto às cartas, são um gênero que favorece o uso de uma linguagem mais livre, dependendo, é verdade, do grau de intimidade entre o remetente e o destinatário e do grau de formalidade do assunto, ao contrário da ata, que é um texto com maior grau de formalidade, de caráter mais documental, formulaico, em função do objetivo desse tipo de texto- documentar relatos e deliberações de reuniões.

As cartas dos “homens ilustres da Bahia”, ou do recôncavo, (CHIB)são cartas do século XIX e parte do XX, trocadas entre parentes, políticos, auxiliares, representantes. São também cartas escritas por senhores de engenho, proprietários de terras, barão, baronesa, visconde, comerciantes, pessoas da comunidade etc. A linguagem é formal, na maioria das vezes, com tratamento de Senhor, e essas cartas tratam de assuntos políticos, eleitores, como pedidos de favores, intervenções; guerra de Canudos, prescrições para tratamento natural de doenças etc. Foram obtidas do acervo do PROHPOR/UFBA e constam da tese de Doutorado Cartas de homens ilustres da Bahia (CARNEIRO, 2006).

As cartas das Freiras do Convento do Desterro(CFCD) são cartas do século XIX, do acervo das freiras para seus procuradores, tratando de negócios de terras, cobranças e outros. São cartas particulares, com linguagem formal, considerando o tratamento cerimonioso de Vossa Senhoria, Ilustríssimo (a) que é empregado entre os autores e seus receptores. Essas cartas revelam a história do próprio convento em termos de ações comerciais das freiras na Bahia, como filhas da elite comercial. Vivendo sob regime de clausura, necessitavam de procuradores para resolverem seus negócios. São cartas obtidas nos anexos da tese Cartas particulares do recôncavo da Bahia.(LOBO, 2005).

As cartas particulares são cartas do Acervo Maria Franca Pires(CAMFP) Projeto UNEB/ DCH III,são cartas do século XX, e tratam de assuntos religiosos, de saúde, cívicos, festivos e sentimentais, variando o tratamento entre formal e informal, como senhor e você e trazem linguagem mais informal, em relação ao padrão linguístico apresentado nas demais cartas do mesmo século. Foram obtidas do acervo do Projeto Profa. Maria Franca Pires, do Departamento de Ciências Humanas–III/Juazeiro. São também cartas do século XX.

As cartas pessoais (CP), obtidas de particulares, tratam de assuntos pessoais, românticos, trazem uma linguagem às vezes formal outras vezes informal. Foram obtidas na região de Juazeiro - Bahia e são também cartas do século XX e como já assinalado, sem permissão para revelar nem os remetentes nem os destinatários.

As cartas da Sociedade Apolo Juazeirense tratam de assuntos comerciais e sociais na sua maioria, trazem tratamento formal, do ponto de vista linguístico, como Vossa Senhoria e Ilustríssimo Senhor, linguagem padrão, e são escritas pelos secretários do Clube. São cartas do século XX, obtidas na própria instituição.

2.2.3 O Levantamento das ocorrências de FVCIA

O levantamento das ocorrências do fenômeno estudado foi realizado diretamente nos textos escritos selecionados, separando as ocorrências de acordo com o período de tempo, gênero de texto, tipo de forma verbal com se

indeterminador do agente, sem *se* indeterminador do agente e estruturas de voz passiva sem agente expesso (passivas de *ser* e de *particípio*).

2.2.3.1 Os Critérios de seleção

a) Foram consideradas formas verbais do tipo *estrutura passiva sem agente expesso, formas verbais do tipo 3ª pessoa do singular com e sem se, infinitivo com e sem se, gerúndio com e sem se, terceira do plural sem agente expesso sem se*, desde que estivessem co-ocorrendo com a indeterminação do agente, nos textos selecionados, conforme exemplos abaixo:

(54) E por nada mais haver a tratar *deu* por terminados os trabalhos do dia. (AALB- XX);

(55) Já deve estar a par dos planos immorais que de surpresa *tentarão* contra a Intendência de Vila Nova (...) “(CHIB - XIX);

(56) [...] vai o selo para la*selar*. (CFCD- XIX);

(57) [...] e *findo* o trabalho *tra toçe* de *se fazer* a comição (ASPD- XIX);

(58) E nada mais havendo a tratar, *foi encerrada* a sessão. (ADCH III-XX);

(59) *Constatado* o número de votos, *verificou-se* a escolha unânime [...] (AALB- XIX).

b) Nos tempos compostos e voz passiva, as duas formas foram consideradas como uma, porém tomando a forma do verbo principal da construção, e não o auxiliar, como a detentora da significação, na locução:

(60) Aqui me consta já *terem reformado* a eleição 4 vezes,[...] (CHIB-XX);

(61) Depois de *lida* a acta da sessão anterior, que *foi aprovada*, leu-se um officio da comissão que representou o Instituto no acto solemne de inauguração da estátua equestre do Sr D. Pedro I,[...] (AIGHB- XIX);

d) Para a análise das formas infinitivo, gerúndio e *particípio* e das passivas sem agente expesso, consideramos, em parte, o que diz Perini (1989):

- Sobre o infinitivo

A respeito das características desta forma, Perini diz que se trata de uma das formas nominais, que admite a flexão no português. “Não me parece haver dúvida de que o infinitivo pode, pelo menos em muitos casos, aparecer com sujeito, “*chegar tia me surpreendeu*”. E acrescenta que a dificuldade seria se estabelecer as circunstâncias em que ele aparece sem sujeito.

Nos dados desta pesquisa foram encontradas formas de infinitivo sem agente, possibilitando a interpretação de agente indeterminado:

(62) “Solicitou atenção ao número mínimo de horas destinadas a sala de aula, já que este é o momento de *planejar* o semestre,[...]” (ADCHIII - XX);

(63) “[...] e também para *atender* a uma solicitação da PROGRAD” (ADCHIII- XX).

- Sobre o gerúndio

Perini, após algumas considerações de ordem linguística, argumenta que “o gerúndio tem, na verdade, um sujeito como qualquer forma finita, muito embora o efeito principal do *status* de sujeito seja mascarado por outros fatores”, ou “essas construções apresentam, às vezes, um sujeito”. (p.95)

(64) “*travando-se* logo renhida lucta[...].” (CHIB- XIX).

- Sobre o particípio

Essa forma foi tomada aqui, tanto na construção da voz passiva analítica, sem agente expresso, quanto isoladamente, discordando de Perini (1989) que não vê o particípio como verbo, mas como adjetivo, embora reconheça que tem relação com verbo. Porém, esta forma é aqui percebida como uma forma “híbrida”, ou seja, uma forma que deriva do radical do supino latino que funcionava tanto como verbo, quanto como adjetivo- latim *venerunt, missi sunt (vieram, foram enviados)* e uma forma que, embora tenha funções nominais de adjetivo e advérbio, mantém também a capacidade de expressar ação. Pode estar aqui nesta forma um exemplo de gramaticalização nessa categoria: verbo>adjetivo-advérbio (cortado-colorido- descoberto)

Alguns exemplos retirados dos *corpora* comprovam que o participio conserva a sua atuação como verbo, co-ocorrendo com a indeterminação do agente:

- (65) Aos 24 dias do mês de março de 1960(...) *constituída* a mesa e *iniciados* os trabalhos [...] (AALB- XX);
- (66) .A compra *feita* a \$45 réis e a \$45 réis foi cedida.(CFCD- XIX)
- (67) *Persuadido*, para reimprimir-se a história da Vida do Padre Vieira[...] (CHIB-XIX);
- (68) *Lida* ata da sessão anterior[...] (AIGHB-.XIX)
- (69) *Aberta* a sessão[...] (ADCHIII-XX);
- (70) *Finda* a sessão declarou que no domingo próximo proceder-se-hia á eleição dos novos funcionários. (AIGHB- XIX);
- (71) *Resolvida* a questão da disciplina[...] (ADCHIII-XX)
- (72) Agradecendo a confiança em mim *depositada*.[...] (AALB- XX)
- (73) *Franqueada* a palavra, usou ilustrado filho de Juazeiro.(ACCJ-XX)

- Sobre a construção passiva, diz Perini(1989):

(...) Antonio tem um fusca/*um fusca é tido por Antonio (...).Digamos que qualquer verbo pode ocorrer em uma construção ativa;destes, alguns podem também ocorrer em passivas, e outros não podem.(...)da relação entre passivas e ativas, deixemos estabelecido que as passivas correspondem parcialmente a 'suas ativas; mas as ativas não correspondem parcialmente às passivas'.Este último fato impede que a relação passiva/ativa seja considerada uma relação de correspondência (...) (p.230)

- (74) Nada mais havendo a tratar *foi encerrada* a sessão às 11 horas” (AACIAJ- XX).
- (75) *Dada* a palavra ao conferencista este leu substancioso trabalho” (AALB- séc. XX);
- (76)[...]e se prosedendo a eLeição, *sahirão Eleitos* os Irmãos seguintes...” (ASPD-XIX);
- (77)[...]de mais tão bem *ficou adiado* para primeira reunião...” (ASPD-XIX)

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Geral

Investigar, descrever e analisar, sintática e semanticamente, outras formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente em textos escritos do português brasileiro(PB), baiano, dos séculos XIX e XX, na perspectiva de perceber a continuidade e estabilidade sintática e semântica dessas formas verbais no século XX, e fatos decorrentes da relação dessas FVCIA com fatores linguísticos, como indícios de gramaticalização, e não linguísticos.

2.4 HIPÓTESES

-Outras formas verbais co-ocorrem com a indeterminação do agente em textos escritos dos séculos XIX e XX, no PB, além das previstas nas GNs daqueles séculos, sinalizando indícios de gramaticalização;

- O apagamento do se indeterminador e o uso do se com infinitivo junto às FVCIA no PB, já no século XIX parece ser uma contribuição de africanos e afrodescendentes;

-A permanência dessas formas verbais no século XX configura continuidade e estabilidade semântica e sintática de FVCIA.

Apresentada a *Metodologia*, passemos ao capítulo 3, da *Descrição e análise dos dados*.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 FATORES CONDICIONANTES CONSIDERADOS PARA A ANÁLISE

As FVCIA são analisadas segundo os fatores: período de tempo, gênero do texto, tipo de verbo (ação, ação-processo, e estado), análise linguística (morfossintática, semântica e discursiva), grau de indeterminação.

3.1.1 Período de tempo-Séculos XIX e XX

Os períodos estipulados foram escolhidos em função de que essas épocas refletem momentos históricos importantes da história do Brasil, como a constituição de uma norma culta no Brasil, e a formação do português popular ao longo do século XIX, como já anteriormente descrito no item 2.1.2.1, o que justifica o *corpus* constituído de textos escritos desse século,

Por ser uma fase de transição, ainda com a presença lusitana no Brasil, quando mudanças importantes ocorreram na língua, conforme já relataram vários autores, esses fatos podem ter influenciado no padrão sintático da escrita do português brasileiro desse século, lembrando aqui o que argumenta Mattos e Silva (2004) de que o português se generalizou no território brasileiro pela voz dos africanos e afrodescendentes.

O século XX, como nos referimos no item 2.1.2.2, apesar dos vários movimentos sociais ocorridos nesse século, inclusive com preocupações voltadas para a linguagem, como o movimento Modernista brasileiro, manteve a continuidade e a estabilidade sintática e semântica com o uso de FVCIA, presentes no século XIX.

Considerando que a hipótese específica para esse fator é a de que existe estabilidade e continuidade semântica e sintática no uso de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente no século XX, advindas do século XIX, o período de tempo possibilita verificar essa hipótese, e encontrar uma maior variedade de FVCIA ao longo dos dois séculos, além de variação, apagamento e indícios de gramaticalização, mediante a observação dos princípios de Hopper(1991)- especialização, a estratificação e a decategorização.

Labov (1994) propõe que se parta do presente para o passado para interpretar o presente, para que se possa dizer se a mudança observada tem continuidade em tempo real, o que possibilitaria inferir um processo que

ocorreu no passado, e evidenciar que muito do passado persiste no presente. Daí este estudo em tempo real de longa duração, denominação cunhada por Mattos e Silva (2004).

3.1.2 Gênero de texto- cartas e atas

Buscamos, então, verificar, em dados de cartas e atas dos séculos XIX e XX, outras evidências de indeterminação do agente com formas verbais que fundamentassem os objetivos e hipóteses deste estudo. Esse fator foi escolhido considerando que, por se tratar de dois gêneros de textos diferentes, cartas e atas, quanto aos objetivos, estrutura e ao grau de formalidade da linguagem, poderiam apresentar diferenças nas tradições discursivas, nos usos, frequência e seleção de formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação do agente específicas de cada século, favorecendo a captura dessas formas verbais.

A hipótese para esse fator é a de que a ocorrência de FVCIA independe do gênero do texto e possibilita a verificação do apagamento do se indeterminador e de indícios de gramaticalização considerando os princípios de Hopper(1990).

A opção por cartas pessoais possibilitaria uma comparação entre esses textos e a verificação da entrada de novas formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação em cada século. As atas, por serem textos mais formulaicos, formais também na linguagem, seriam mais conservadores do que as cartas, e possibilitaria, verificar as tradições discursivas (TD) de cada época.

Peter Koch (1997, *apud* KABATEK, 2006) considera que as tradições discursivas (TD) são grandezas históricas e que estas definem a escolha dos atos de fala e de recursos textuais que darão forma aos gêneros textuais, os quais foram se constituindo ao longo da história das línguas.

Kabatek (2006) propõe que se entenda o conceito de TD como um modelo de análise linguística que transcende o próprio domínio proposto por Coseriu, por acreditar que esse nível estabelece um elo entre os demais domínios.

Kabatek alerta para o fato de que as TD não são um sinônimo de gênero textual, são o material composicional dos gêneros. Assim,

Entendemos por Tradição discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, é significável). (Kabatek, 2006, p. 512).

A respeito do conceito de gênero, Marcuschi (2000) apresenta as noções de gênero textual, compatível com o que diz Kabatek acima. O gênero textual é resultante de relações sociais historicamente constituídas. A realidade sócio-histórica propicia atividades humanas que provocam novas formas de interação social. Os gêneros textuais, portanto, podem refletir características sociolingüísticas históricas.

Compreendemos também que

os gêneros textuais são artefatos sociais, que refletem a sociedade, mas fazem parte dela; são macroatos comunicativos sociais, estratégias comunicativas, formas culturais cognitivas de ação social. São formas de ação e não somente fatos linguísticos. (HÉLIO SILVA, 2004, p. 2)

3.1.3 Tipo de verbo

Como já foi dito no Capítulo 1, Dik considera que todas as expressões linguísticas são analisadas a partir da predicação, tendo o verbo como centro. A estrutura do predicado, segundo Dik, está organizada segundo três tipos de funções: as semânticas, as sintáticas e as pragmáticas.

Na perspectiva semântica, Moura Neves (2000) apresenta uma subclassificação dos verbos e ainda, também, a esse respeito, Cançado (2005) propõe uma classificação semântica dos verbos com base na teoria dos papéis temáticos, ou semânticos que estabelece as relações semânticas entre os verbos e seus argumentos, categorizados em verbos de ação, processo e estado.

Nesse mesmo sentido, Moura Neves estabelece três classes principais de predicados verbais, sendo dois dinâmicos e um não-dinâmico, que resumo aqui:

1) dinâmicos:

- ações ou atividades (o que alguém faz ou que algo provoca) acompanhadas por um participante agente (por um argumento com macro-função CAUSA) “*O sambista batucava em uma caixa de fósforo (...)*”;

(ao que Cançado denomina de verbos de ação, característicos do sujeito prototípico)

- processos: exprimem a origem do fazer (o que acontece e provoca uma mudança de estado ou condição); a relação entre um nome paciente do verbo, afetado, e um estado (entidade que recebe a macro-função de OBJETO AFETADO) “*O Alferes não morreu, nem mesmo adoeceu*”.

2) não- dinâmicos:

- estados ou posições- acompanhados por um sintagma nominal (sujeito) suporte do estado. “*Gumercindo permaneceu parado; Não existe mais o edifício Art. Nouveaux*”.

(também denominados por Cançado de verbos de estado ou estativos)

Cançado (2005, p.113-114) considera os seguintes tipos de papéis temáticos: agente (*Maria* correu); causa (*O sol* queimou a plantação); instrumento (*João* colou o vaso com *cola*); paciente (*O* acidente machucou *Maria*); tema (*A bola* atingiu o alvo); experienciador (*João* ama *Maria*); beneficiário (*João* deu um presente para *Maria*); objetivo (*João* leu *um livro*); locativo (*Eu* nasci em *Belo Horizonte*); alvo (*Sara* jogou a bola *para o policial*); fonte (*João* voltou *de Paris*).

Também a autora faz referência aos papéis temáticos e sua relação com as posições sintáticas (estruturas sintáticas de uma sentença). A ordem canônica seria: agente- posição de sujeito; tema- posição de objeto direto; instrumento- posição de adjunto da sentença. Essa ordem, embora seja a mais esperada no português, língua essencialmente agentiva, pode ocorrer

alterada, com a omissão do agente da sentença e o instrumento assumindo essa posição:

- (78) João matou a galinha com uma faca afiada
Uma faca afiada matou essa galinha

Esclarece Cançado que a escolha do verbo determina a influência e o efeito que produz em relação aos papéis temáticos. Dependendo do verbo, *matar*, por exemplo, o tema não pode ocupar a posição de sujeito:

- (79) Essa galinha matou (não aceitável)
Essa galinha morreu

Assim, de acordo com Cançado, a perspectiva adotada pelo falante envolve dois aspectos: a escolha dos verbos e os papéis selecionados por estes, que definem as posições sintáticas nas sentenças. A tendência no português é associar o papel temático de agente à posição sintática de sujeito, ressaltando que essa não é a única possibilidade, quando um dos papéis é omitido:

- (80) *João* espatifou o gelo com esta pedra (agente)
(81) *Esta pedra* espatifou o gelo (instrumento)
(82) *O gelo* se espatifou (paciente)

A cada tipo de verbo são associados diferentes papéis temáticos, de acordo com a grade temática dos verbos, como por exemplo, matar (agente e paciente), morrer (paciente) que se relacionam com a transitividade do verbo.

Outra relação sintaxe/semântica apontada por Cançado são as propriedades de ergativização e de passivização. A ergativização é a propriedade sintática em que o sujeito ou o argumento externo da frase é omitido, deixando vaga a primeira posição argumental, alçando para a primeira posição o complemento do verbo ou o objeto:

(83) José quebrou/ espatifou um vaso de barro;

(84) O vaso de barro quebrou/espatifou.

Segundo alguns autores, a ergativização só ocorre quando o argumento interno tem como papel temático um paciente.

A passivização é a propriedade sintática de toda sentença cujo argumento externo tenha como acarretamento a propriedade semântica do controle ou o desencadeamento direto. De acordo com Cançado, a passivização depende da ocorrência dos tipos semânticos de papéis temáticos.

(85) O fazendeiro possui cem alqueires de terra;

Cem alqueires de terra são possuídos pelo fazendeiro.

Nesse último caso, segundo Cançado, a passiva não é aceita, porque não se pressupõe o controle por parte dos seus sujeitos gramaticais.

Neste estudo, considerando a proposta de Moura Neves para análise semântica dos verbos (verbos dinâmicos/ação e de processo), a hipótese para o fator tipo de verbo é a de que os verbos que co-ocorrem com a indeterminação do agente são verbos dinâmicos/de ação, na sua maioria, e de ação-processo, conforme constataram também Hélio Silva e Oliveira (2009). Embora a indeterminação também se dê com verbos de estado (não-dinâmicos), estes verbos indeterminam o paciente e não, o agente.

(86) Hoje se *está* alegre, amanhã se *está* triste.

(87) *É-se* feliz quando se quer.

Ou como exemplifica Moura Neves,(2000:26):

(88) Gumercindo *permaneceu* parado

(89) Não *existe* mais edifício Art Nouveau.

3.1.4 Graus de indeterminação

No uso de recursos lexicais, de pronomes e de nominalizações como estratégias de indeterminação, alguns autores perceberam a presença de uma

certa gradação. Segundo Cunha (1993), que pesquisou a indeterminação na oralidade, a oposição indeterminação /determinação não se dá de forma abrupta, pois entre elas existem graus.

Os recursos usados pelo falante apresentam características referenciais diferenciadas, o que pode estar ligado à inclusão ou não das pessoas do discurso e quanto menos possibilidade de identificação do agente no contexto, mais indeterminado ele será. Portanto, nesses estudos, o grau de indeterminação depende da interpretação em relação ao contexto, resultando em três graus:

- Indeterminação completa (quando não há possibilidade de recuperação do agente no contexto);
- Indeterminação parcial com referência implícita no contexto (quando o referente não está presente no texto, mas pode ser depreendido por inferência);
- Indeterminação parcial com referência explícita no contexto (quando há uma relação com um determinado referente possibilitando sua interpretação).

Também Milanez (1982) considera que a indeterminação se dá em graus, dependendo do contexto:

a) [+ genérica]-a referência abrange a 1ª, 2ª, e 3ª pessoa(s), sendo a *generalização* o traço semântico principal;

b) [+ arbitrária]- a referência inclui qualquer pessoa, inclusive o falante, e é marcada pelo traço semântico *arbitrário*.

c) descomprometimento- quando os recursos de indeterminação amenizam o feito da 1ª pessoa, ou seja, ocorre o uso da 3ª pessoa pela primeira, revelando um descomprometimento diante da situação.

Lopes (1999) estudando o percurso histórico de *a gente* e sua inserção no quadro pronominal do português, também considerou uma gradação no uso desse fato linguístico, por entender que, assim como os nomes podem perder ou ganhar referenciabilidade, os pronomes também podem, não só em relação à referência, mas também, em relação à definitude, generalidade e impessoabilidade. A autora propôs para o estudo de *a gente*, quatro graus de referenciabilidade:

- a) [+definido] [+referencial] [+específico]
- b) [+definido] [+referencial] [-específico]
- c) [-definido] [+referencial] [-específico]
- d) [-definido] [-referencial] [-específico]

A compreensão de que a indeterminação não decorre da simples oposição entre *determinação e indeterminação*, mas se expressa em graus já foi proposta por Givón (1990) na sua hierarquia da indefinidade:

definido > referencial-indefinido > não-referencial > genérico

Portanto, não há uma distinção nítida entre indeterminação e determinação, mas há uma gradação entre uma e outra. E a partir dessa compreensão, consideramos, também, como fator para análise das FVCIA três graus de indeterminação e para tal, construímos a seguinte matriz:

[agente + humano, ± especificação do agente, ± generalização, ± contexto, ± determinação]

Grau tipo A ? [agente+humano, – especificação do agente, +generalizante, -contexto, + indeterminação] (agente não-recuperável no contexto);

Grau tipo B ? [agente + humano, ± especificação do agente, ± generalização, ± contexto, ± determinação] (agente não-recuperável totalmente, mas o contexto pode possibilitar sua identificação);

Grau tipo C ? [agente + humano, + especificação do agente, ± generalização, + contexto, ± determinação] (sujeito mais facilmente recuperável e mais dependente do contexto).

Assim, a hipótese para esse fator é a seguinte: as FVCIA apresentam diferentes graus de indeterminação, com ou sem a presença do se indeterminador.

Já disse Moura Neves (2000) que a construção maximamente indeterminada é a que corresponde à forma verbal do tipo 3^a do singular com se. Embora, os estudos linguísticos tenham constatado o decréscimo do uso

desse tipo de forma nos textos, ou o seu apagamento, com a ascensão de outras construções verbais ocupando contextos de uso do *se* indeterminador, essa forma ainda é bastante empregada nos textos do século XX no PB.

3.1.5 Princípios de gramaticalização

Como apresentado no Capítulo 1, a maioria das GNs consultadas relacionadas aos séculos XIX e XX consideram apenas duas formas de indeterminar “o sujeito”: verbo na *terceira pessoa do plural sem sujeito expesso* e verbo na *terceira do singular com pronome indeterminador se*, com exceção de Bechara (1999), que, além dessas formas, faz referência também à *terceira pessoa do singular sem se* (Diz que), e nem considera erro estruturas como *Se vende casas*.

Como exposto na Introdução, as hipóteses previstas apontam para a existência de outras formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente, além daquelas previstas nas GNs, que já se faziam presentes no século XIX, em textos escritos como cartas e atas, co-ocorrendo com a indeterminação do agente, com ou sem o acompanhamento do *se* indeterminador, formas essas que passaram para o século XX, mantendo a mesma possibilidade de interpretação semântica- indeterminação do agente, configurando-se uma estabilidade e continuidade semântica e sintática, no século XX.

Também o apagamento do *se* indeterminador junto a essas formas é considerado aqui como um fator importante para a transferência do sentido indeterminador e para a ampliação do uso de formas verbais com a mesma finalidade- sentido indeterminador do agente, podendo configurar-se como indícios de gramaticalização dessas formas, com a aquisição desse traço semântico indeterminador.

As formas verbais ao absorverem esse sentido, não perdem o seu papel semântico de verbo, mas adquirem o traço indeterminador e convivem com outras formas mais antigas, como as formas com *se* indeterminador. Não chega a ser uma dessemantização (*bleaching*), no sentido hoppertiano, nem uma decategorização das formas verbais, mas há aquisição de traços por essas formas, como o sentido indeterminador

Existe a coexistência de novas formas, sem que isso signifique o desaparecimento imediato das formas mais antigas, para desempenho de função similar. Hopper (1991) denomina esse fenômeno de estratificação. No caso específico de formas verbais, não se trata de formas novas, mas de velhos meios para novos usos.

Também essas formas verbais se tornaram obrigatórias em determinados contextos, ao que parece, em decorrência do apagamento do *se* indeterminador e, por falta de escolha, essas formas acabaram por assumir nuances de significados mais gerais, ao que Hopper denomina de especialização.

A forma participípio, que em determinados contextos é adjetivo (*O vestido é plissado*) em outros é advérbio (*O rapaz veio sentado*), em outros é verbo (*Depois de lida a ata...*) parece indicar um processo de recategorização do participípio. Também o infinitivo ilustra esse processo, como em *Comer é bom* (verbo>nome). A esse processo Hopper (1991) denomina de decategorização.

Diante dessas considerações a respeito dos princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991) e das hipóteses previstas neste estudo, buscamos verificar três princípios de gramaticalização que nos parecem mais afeitos ao tema desta Tese- formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente: estratificação, especialização e decategorização.

3.1.6 Análise linguística- traços morfossintáticos, semânticos e discursivos.

Um dos problemas apontados nas GNs pelas pesquisas linguísticas é a análise sintática e semântica realizadas indiscriminadamente na análise do sujeito/agente, como se o sujeito fosse sempre o agente na sua função prototípica, sem levar em conta o contexto, fato que também comprovamos nas GNs consultadas dos séculos XIX e XX. Diante disso, propusemos uma análise a partir de traços, separadamente, para cada grupo de FVCIA, contemplando os seguintes aspectos:

a) estruturas com *se*

traço morfológico [forma ativa]

traços sintáticos [+sujeito] [+objeto]

traços semânticos [-agente] [+paciente]

traço discursivo [referência indeterminada]

b) estruturas sem *se* (apagamento) e 3ª do plural sem agente expresso sem *se*)

traço morfológico [forma ativa]

traços sintáticos [-sujeito] [+objeto]

traços semânticos [-agente] [+paciente]

traço discursivo [referência indeterminada]

c) estruturas passivas

traço morfológico [forma passiva]

traços sintáticos [+sujeito] [-objeto]

traços semânticos [- agente] [+ paciente]

traço discursivo [referência indeterminada]

Justificada a inclusão desse fator, apresentamos os resultados gerais e respectivas análises.

3.2 RESULTADOS GERAIS E RESPECTIVAS ANÁLISES

Para melhor verificação dos objetivos e hipóteses e compreensão dos posicionamentos defendidos nesta Tese apresentamos os resultados gerais, seguidos dos fatores e respectivas análises realizadas separadamente em:a) formas com *se*; b) formas sem *se*, incluindo a terceira do plural sem agente expresso (sem *se*) e passiva sem agente expresso, apresentando esses resultados em tabelas e gráficos, para melhor visualização e compreensão desses dados.

Foram encontradas 920 ocorrências de formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação nos textos escritos, das quais 50,21% foram de estrutura passiva sem agente expresso e 27,17% de uso de 3ª do singular com *se*. As demais formas foram igualmente consideradas neste estudo de FVCIA e tomadas como um fato significativo, independentemente do percentual de ocorrências, pois indicam outras possibilidades de formas verbais para a mesma finalidade, sinalizando indícios de gramaticalização.

Tabela 1-Freqüência dos dados nos corpora

Tipo de forma verbal	Nº. de ocorrências	Freqüência
estrutura passiva sem agente expresso	462/920	50,21%
forma verbal 3ª do singular com se	250/920	27,17%
forma verbal 3ª do singular sem se	8/920	0,87%
forma verbal do infinitivo com se	148/920	16,10%
forma verbal do infinitivo sem se	4/920	0,43%
forma verbal do gerúndio com se	30/920	3,26%
forma verbal do gerúndio sem se	12/920	1,31%
forma verbal 3ª do plural sem agente expresso sem se	6/920	0,65%
TOTAL	920/920	100%

(90) E nada mais havendo a tratar, *foi encerrada* a sessão (ADCHIII-XX);

(91) (...) daqui até julho *será feita* algumas alterações nos estatutos do Clube.(AACCCJ- XX);

(92) *Leu-se* o requerimento do Nosso Irmão *vendo* o que nele disse. (ASPD-XIX);

(93) *Lida* a ata passou-se a ordem do dia[...] (AIGHB-XIX);

(94) A professora *não foi indicada*, *aguardando* apenas que a professora *seja aprovada*[...] (ADCHIII- XX);

(95)[...]e nada mais havendo a *tratar-se*[...](AIHGB-XIX)

(96) Para lá *ir d*" aqui *se faz*66 km de trem .(CHIB-XIX);

(97) O Dr. Uripia *dizem* que regressará a Bahia no dia 20..." (CHIB- XIX);

(98)[...]as constantes irregularidades que *se verificam* no serviço de Luz[...](CAAJ-XX);

(99) Acho que quando *se faz*algo para *reparar* o erro[.] (CP- XX);

(100)[...]e respondi que agora não era possível *pagar-se* o principal (CFCD- XX).

Os resultados da tabela 1 e respectivos exemplos parecem confirmar a hipótese de que outras formas verbais estariam co-ocorrendo com a indeterminação do agente, além das formas previstas nas GNs.

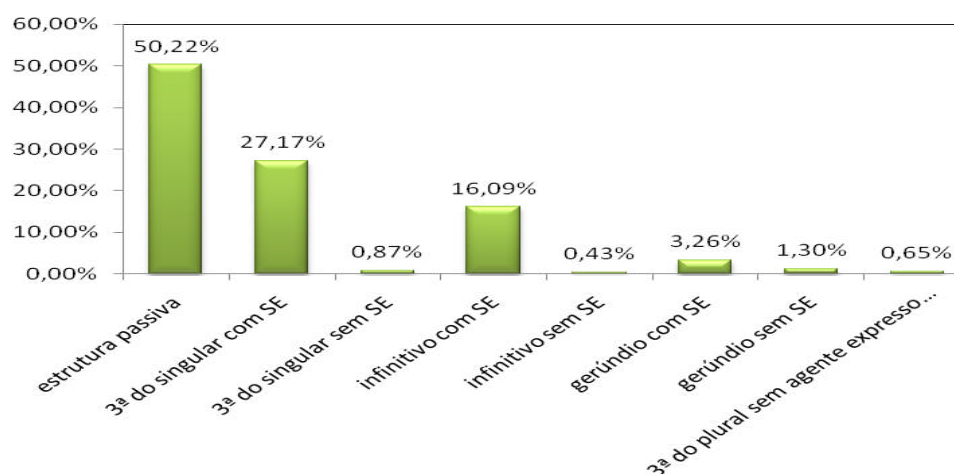
Vale lembrar que a construção de voz passiva aqui considerada é a estrutura verbo *ser* mais particípio do verbo principal e a formada apenas do particípio do verbo, ambas sem agente expresso.

A tomar como ponto de partida os resultados dos estudos que indicam a diminuição do uso das formas verbais com se indeterminador, e também os resultados da tabela 1, a estrutura passiva parece estar assumindo a preferência como FVCIA, condicionada pelo gênero ata, já que é possível perceber o apagamento do se na terceira do singular, no infinitivo e no gerúndio, sem a perda do sentido indeterminador adquirido por essas formas verbais.

No exemplo (99) é possível perceber a variação no uso do se indeterminador- ausência em contextos onde era de se esperar esse uso, convivendo com a presença em uso canônico, numa mesma frase. Segundo as concepções da gramaticalização, isso prenuncia mudanças.

Um estudo realizado por Cavalcante (2002) aponta que os textos da imprensa mais formal, ao longo dos séculos XIX e XX, privilegiam a construção passiva, o que também é constatado nos dados desta pesquisa.

Gráfico 1 Frequência dos dados nos *corpora*



3.2.1 Período de tempo

A hipótese para esta variável é a de que, considerando o contexto histórico do Brasil colônia, conforme dito no item 2.1.2.1, e as condições de aquisição irregular da língua portuguesa pelos africanos e afrodescendentes, por um lado os afrodescendentes brasileiros contribuíram com o apagamento do se indeterminador junto a essas formas, favorecendo o uso de outras possibilidades de FVCIA, e, por outro, favoreceram a estabilidade e

continuidade sintática e semântica de uso de formas verbais com *se* indeterminador, tão presentes nos textos do século XIX, cujas formas passaram também ao século XX, confirmando a continuidade e estabilidade sintática e semântica desse fato linguístico no PB, pelo menos na Bahia.

Os exemplos abaixo encontrados nos *corpora* ilustram o uso dessas formas verbais nos dois períodos históricos do PB, na Bahia:

- (101) *Matarão* a porrete o Joaquim Dionilho (CHIB-XIX)
 (102) *Dada* a palavra ao Acad. Guilherme de Andrade[...] (AALB- XIX)
 (103) *foi* o dito Sr Deputado *julgado* na posse... (AIGHB. XIX)
 (104) *Lida e aprovada* a ata da sessão anterior... (AIGHB- XIX)
 (105) [...] e *findo* o trabalho *tra toçe* de se fazer a comição (ASPD- XIX)
 (106) [...]já que este é o momento de *planejar* o semestre. (ADCH III- XX)
 (107) [...]foi *escolhido* o acadêmico Heitor Fróis. (AIGHB- XX)
 (108) [...]até *se verificar* todos os métodos de governo (AALB- XX)
 (109) Até que *se possa reconstituir-se* o Álbum do Centenário (CAMFP- XX)

É possível perceber, também, que essas FVCIA, estejam ou não acompanhadas do *se* indeterminador podem co-ocorrer com a indeterminação do agente. A distribuição dessas formas verbais em relação ao fator período de tempo se deu conforme a tabela a seguir:

Tabela 2-Período de tempo

Tipo de forma verbal	SÉC. XIX		SÉC. XX	
	nº/T	Freq.	nº/T	Freq.
estrutura passiva sem agente expresso	206/920	22,39%	256/920	27,83%
forma verbal 3ª do singular com <i>se</i>	132/920	14,35%	118/920	12,83%
forma verbal 3ª do singular sem <i>se</i>	6/920	0,65%	2/920	0,22%
forma do infinitivo com <i>se</i>	71/920	7,71%	77/920	8,37%
forma do infinitivo sem <i>se</i>	3/920	0,33%	1/920	0,10%
forma do gerúndio com <i>se</i>	27/920	2,93%	3/920	0,34%
forma do gerúndio com <i>se</i>	7/920	0,76%	5/920	0,54%
forma verbal 3ª do plural sem agente expresso sem <i>se</i>	6/920	0,65%	0/920	0,00%
TOTAL	458/920	49,77%	462/920	51,13%

Os resultados da tabela 2 indicam outras possibilidades de FVCIA ao longo dos dois séculos, a estabilidade e continuidade semântica e sintática no

uso de FVCIA no século XX, advindas do século XIX, além do apagamento do *se* indeterminador junto a essas formas em contextos onde era de se esperar formas com *se* indeterminador.

Comparando os resultados dos dois séculos, é possível perceber o decréscimo do uso de formas verbais do tipo *3ª do singular com se* no século XX, a predominância do uso de voz passiva de *ser*, inclusive a presença de construções de verbos na *3ª do singular sem se* indeterminador, assim como a ausência de *se* nas formas no infinitivo e no gerúndio:

a) A *estrutura passiva* aumentou a sua freqüência, de 22,39 % no século XIX para 27,83% no século XX;

b) A *forma 3ª do singular com se*, embora continue expressiva no século XX, diminuiu de 14,35% para 12,83% de ocorrências, de um total de 920 ocorrências de todas as formas verbais dos *corpora*, confirmando o decréscimo no uso dessa forma com *se* no século XX;

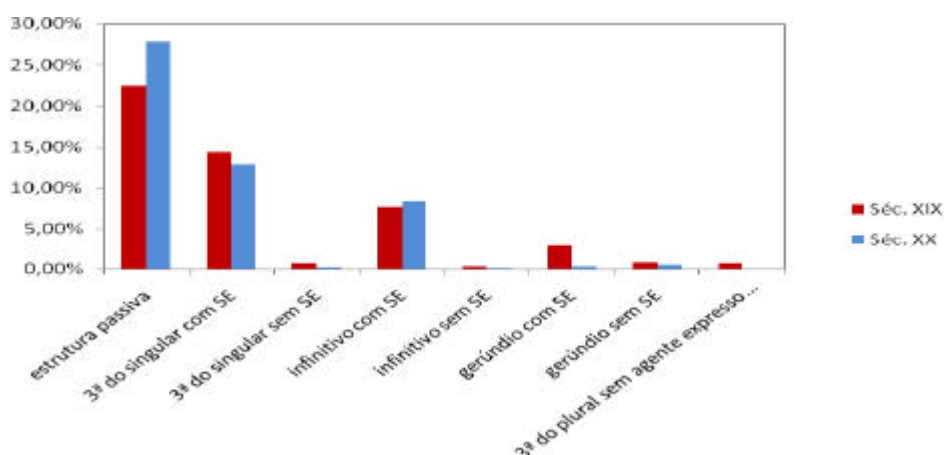
c) Embora a *forma 3ª do singular sem se* tenha decrescido no século XX, o que consideramos aqui é a sua ocorrência sem o *se* em ambos os séculos;

d) O *infinitivo com se* apresentou setenta e sete ocorrências no século XX, ou seja, 8,37%, portanto, significando um aumento no uso dessa forma do século XIX para o XX. Já o *infinitivo sem se* apresentou um decréscimo de um século para o outro;

e) As formas *gerúndio com se* e *sem se* tiveram um acentuado decréscimo no século XX, mas o importante aqui é a presença dessas formas verbais nos dois séculos;

f) A *forma verbal 3ª do plural sem agente expreso (sem se)* caracterizou-se como uma exceção, considerando que só ocorreu no século XIX. Esta foi a forma que teve menos freqüência nos dados. Quando empregada com o sentido generalizador, co-ocorre com a indeterminação, entretanto, por ser uma forma marcada, exclusiva da 3ª pessoa, não é tão abrangente como outras formas verbais e suscita dúvidas para a sua inclusão no rol das formas que co-ocorrem com a indeterminação.

O gráfico abaixo ratifica esses resultados.

Gráfico 2- Período de tempo

Esse fator permitiu verificar que essas formas verbais passaram do século XIX ao século XX, permanecendo com as mesmas características, ou seja, co-ocorrendo com a indeterminação do agente, confirmando a hipótese de continuidade e estabilidade sintática e semântica dessas construções, quando usadas com interpretação indeterminada.

3.2.2 Gênero de texto

A hipótese estabelecida para este fator é a de que dois tipos diferentes de gênero textual podem revelar características, tradições discursivas, de cada época, o que possibilita verificar o comportamento dessas formas verbais em cada gênero de texto:

Tabela 3-Gênero do texto

Tipo de forma verbal	ATA		CARTA	
	nº/T	freq.	nº/T	freq.
estrutura passiva sem agente expreso	396/920	43,04%	66/920	7,17%
forma verbal 3ª do singular com se	164/920	17,83%	86/920	9,35%
forma verbal 3ª do singular sem se	5/920	0,54%	3/920	0,33%
forma verbal infinitivo com se	109/920	11,85%	39/920	4,24%
forma verbal infinitivo sem se	1/920	0,10%	3/920	0,33%
forma verbal gerúndio com se	23/920	2,50%	7/920	0,76%
forma verbal gerúndio sem se	3/920	0,33%	9/920	0,98%
terceira do plural sem agente expreso sem se	0/920	0,00%	6/920	0,65%
TOTAL	701/920	76,19%	219/920	23,81%

A estrutura passiva e a forma verbal 3ª do singular com *se* são mais frequentes nas atas do que nas cartas, em função da estrutura narrativa daquelas e do uso do tempo verbal resultativo nesses textos, predominando mais o *fundo* que a *figura*, o que exige construções linguísticas mais complexas.

A intenção em não identificar o agente nesses textos, ou por desconhecimento de quem seja, acarretou o uso destas formas verbais, pelo caráter mais indeterminador que outras formas verbais com o mesmo fim: a 3ª do singular com *se* é considerada a forma “maximamente indeterminadora” (MOURA NEVES, 2000), por bloquear qualquer possibilidade de interpretação do agente. Entretanto, as demais formas verbais acompanhadas de *se* indeterminador também referem-se às três pessoas do discurso, e isso faz com que esses recursos sejam os únicos independentes do contexto para sua interpretação.

A estrutura passiva parece estar assimilando o sentido indeterminador do *se*, em decorrência do apagamento deste nessas formas verbais. Entretanto, essa estrutura não apresenta uma interpretação de referência abrangente, generalizada às três pessoas do discurso, por se referir apenas à 3ª pessoa, o que faz com que essa forma seja mais dependente do contexto do que as outras acompanhadas de *se* indeterminador. Assim, a indeterminação do agente com a estrutura passiva não apresenta o mesmo grau de indeterminação que as formas acompanhadas de *se* indeterminador.

Embora essa forma admita também o agente [-humano], os contextos aqui considerados são aqueles em que se pode prever um agente [+humano], por serem estes os que possibilitam uma interpretação de *agente* indeterminado, na concepção semântica de agente apresentada no capítulo 1 (controlador, deliberado, dotado de intenção etc.).

O uso da 3ª do plural sem agente expresso sem *se* teve um uso restrito a cartas, mantendo o sentido indeterminador. Não se trata aqui da omissão opcional de um pronome, mas de um uso intencional para indeterminar o agente, seja por desconhecimento de quem executa a ação seja para expressar um descomprometimento do emissor com o que é dito, o mesmo valendo para as formas 3ª do singular, infinitivo e gerúndio sem *se*

indeterminador. Essas formas são as mais dependentes do contexto para sua interpretação.

Alguns exemplos encontrados nos *corpora* ilustram essas afirmações, que são visualizadas também no gráfico 3 adiante:

(110) [...] e sobre o Artigo Trinta e seis que tam bem se *tratou* ficase para ser cartiado aos ditos Irmãos [...] (ASPD-XIX);

(111) *Persuadido*, de que VossaSenhoria terá já recebido o producto da subscrição, de que se dignou *encarregar se* a meo pedido, para *reimprimir se* a história de Padre Vieira[...] (CHIB XIX);

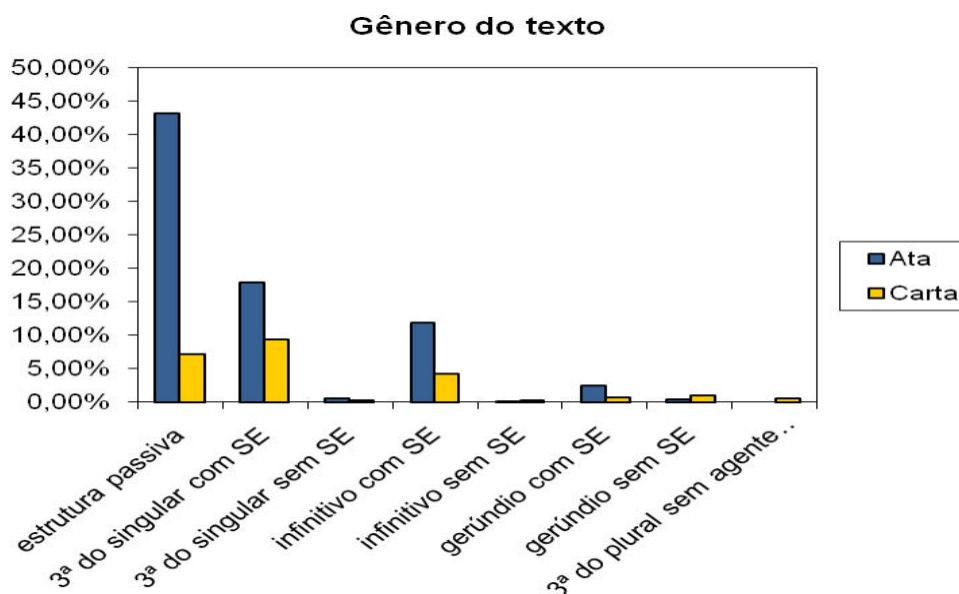
(112) Usaram da palavra sobre o assunto vários acadêmicos, *ficando resolvido se pedisse* esclarecimento sobre o fato [...] (AALB- XX);

(113) Acredito que possam eles servir para o trabalho de afixação dos retratos,[...].Até que *se possa reconstituir-se* o Álbum do Centenário. (CP- XX).

(114)[...] *hé de supor* que em virtude de ter sido forçado a viajar hoje até a capital do Estado[...] (CSAJ-XIX)

(115)[...] e *ficando a decidir* as mencionadas contas do exthezoureiro (ASPD-XIX).

Gráfico 3-Gênero do texto



3.2.3 Tipo de verbo

Moura Neves considera três classes semânticas de verbo: dinâmicos (atividade-ação), processo e não-dinâmicos (estado). Hélio Silva e Oliveira (2009), estudando a relação agentividade-indeterminação, verificaram que a indeterminação se dá mais com verbos de ação, na maioria das vezes. Assim, a hipótese para o fator tipo de verbo é a de que a realização da indeterminação do agente ocorre com verbos de ação, na sua maioria, e embora a indeterminação também se dê com verbos de estado (não-dinâmicos), estes verbos indeterminam o paciente e não o agente, mesmo quando ocorrem com o se indeterminador.

Retomamos aqui os exemplos já citados nesta Tese:

(116) Hoje *se está* alegre, amanhã *se está* triste,

(117) *É-se* feliz quando *se quer* ou

(118) Gumercindo *permaneceu* parado

(119) Não *existe* mais edifício Art Nouveau (MOURA NEVES, 2000, p.26)

As formas verbais exemplificadas a seguir co-ocorrem com a indeterminação do agente contendo verbos cuja classe semântica é denominada de verbos dinâmicos (atividade/ ação) e de processos:

(120) E para constar *se mandou lavrar* o presente termo (ASPD-XIX)

(121)[...] estando o vence Provedor e mais mezário *fece* o trabalho (ASPD-XIX)

(122)*Deliberou-se* ainda neste item por *verificar* a possibilidade[...] (ADCH III-XIX)

(123)*Posto* em votação o referido assunto foi por maioria aprovado (AIGHB-XIX)

(124) Não *se achou* os botões de camisa (CHIB-XIX)

(125) *Prenderão e botarão* no purão com os sentenciados o porteiro da câmara (CHIB-XIX)

(126)[...] *se assim for* da sua vontade, o que não é de *extranhar* (CFCD-XIX)

(127)[...] a mesma *realizar-se-á* no dia 2 do mês corrente (CSAJ-XX)

(128) Hoje, em dia, sabem todos, porque é coisa muito stabelicida, *dar-se* a um Procurador de cobranças cá por fóra vinte por cento (CFCD-XIX)

Assim, os verbos dos *corpora* deste estudo são verbos da classe dos verbos dinâmicos e de processo, que constituem as construções de FVCIA, nos dois gêneros.

3.2.4 Graus de indeterminação

A hipótese para esta variável é a de que as FVCIA apresentam uma gradação para mais determinação e menos determinação do agente, dependendo da especificação do agente, da dependência do contexto, da generalização.

A análise dessas FVCIA considerou, como visto no item 3.1.4, a matriz [agente + humano, ± especificação do agente, ± contexto, ± generalização, ± determinação] para construir os três graus de indeterminação do agente, estabelecidos:

Grau tipo A ? [agente+humano, – especificação do agente, +generalizante, -contexto, + indeterminação] (agente não-recuperável no contexto);

Grau tipo B ? [agente + humano, ± especificação do agente, generalização, ± contexto, ± determinação] (agente não-recuperável totalmente, mas o contexto pode possibilitar sua identificação);

Grau tipo C ? [agente + humano, + especificação do agente, ± generalização, + contexto, ± determinação] (sujeito mais facilmente recuperável e mais dependente do contexto).

Considerando uma amostra dos dados e a partir dos graus estabelecidos acima, as FVCIA são analisadas da seguinte maneira:

Grau tipo A (agente não recuperável no contexto)
[agente + humano, -contexto, - especificação do agente, + generalização,+ indeterminação]:

(129) É um lugar divino, onde só se *ouve* pássaro cantando (CP-XX)

(130) E para constar, *se mandou lavrar* a presente ata (AIGHB-XIX)

(131) *Leuce* o requerimento do Nosso Irmão[...] (ASPD-XIX)

(132) *Reuniu-se* a Academia de Letras da Bahia[...] (AALB-XX)

(133) [...]tendo de *se realizar* a posse dos novos Diretores[...] (CSAJ-XX)

- (134) [...]até se *verificar* todos os métodos do governo para todas as Províncias (AIGHB-XIX)
- (135) Convidamos para o baile a *realizar-se* no dia 21 do corrente (CSAJ-XX)
- (136) *Procedeu-se* uma votação (ADCH III-XX)
- (137)[...]travando-se renhida luta (CHIB -XIX)
- (138)[...]explicando-se ou abandonando-se na conta do dito sujeito (ASPD-XIX)

Grau tipo B (agente não recuperável totalmente, mas o contexto pode oferecer pistas para sua identificação ou inferência de quem seja o agente) [agente + humano, ± contexto, ± especificação do agente, ± generalização, ± determinação]:

- (139) *Foi lida e aprovada* a ata da sessão anterior (AIGHB-XIX)
- (140) [...]sendo *ouvida* com a mais profunda atenção e unanimemente considerada e aprovada (ASPD-XIX)
- (141) Hoje, 7 de março de 1990, faz 73 anos que *foi fundada* a Academia de Letras da Bahia (AALB-XX)
- (142) Às 20h *foi iniciada* a sessão (ACCJ-XX)
- (143) [...]a lavoura de que *vivo* não se *pode colher* repentinamente (CFCD-XIX)
- (144) [...]hé de *supor* que já deve estar de posse...(CFCD-XIX)
- (145)[...]mandando *lavr*ar a presente ata (AIGHB-XIX)

O exemplo (143) ilustra bem essa possibilidade de identificação do agente que se dissimula logo em seguida mediante o uso do *se* –“*não se pode colher repentinamente*”.

Grau tipo C (agente mais facilmente recuperável e mais dependente do contexto que as demais formas verbais anteriores) [agente + humano, + contexto, + especificação do agente, ± generalização, + determinação]:

- (146) *Disserão-me* hoje que se espalhava muito despropósito que eu

- tinha influência no Diário do Rio (CHIB -XIX)
- (147)[...]que ahí no Rio *dizião* já ter aparecido alguns casos (CHIB-XIX)
- (148) Se tal lhe *disserão* também é outra falsidade(CHIB -XIX)
- (149) Continuando, *diz que* tem-se que fazer uma caçada (ACCJ-XX)
- (150) Não cheguei a entrar na rua porque soube logo que o Dr. Gomes não estava e que *ignoravam* o destino (CHIB -XIX)
- (151) O Dr. Urpia *dizem* que regressará da Bahia no dia 20 para esta localidade (CHIB-XIX)

Essas análises dão a entender que as formas verbais acompanhadas do *se* indeterminador, infinitivo e gerúndio, e não apenas a 3ª do singular, seriam também formas “maximamente indeterminadoras”, já nos dados dos séculos XIX e XX, daí serem todas consideradas Grau tipo A.

As formas consideradas como Grau tipo B (estrutura passiva, infinitivo e gerúndio sem *se* indeterminador) favorecem inferir o agente, dependendo do contexto, como sugerem os exemplos apresentados para esse grupo.

Quanto à forma verbal 3ª do plural sem agente expresso sem *se*, é a forma mais dependente do contexto, possibilitando inferir ou até determinar o agente. Tudo depende do contexto onde esta forma se insere.

Portanto, as FVCIA estabelecem graus diferentes de indeterminação do agente com base em mais ou menos dependência do contexto, mais ou menos especificação do agente e mais ou menos generalização.

Quadro 5 - Graus de indeterminação

Graus de indeterminação	FVCIA		
	Com <i>se</i>	Sem <i>se</i>	Estrutura passiva
Grau tipo A	3ª do singular com <i>se</i> infinitivo com <i>se</i> gerúndio com <i>se</i>		
Grau tipo B	forma verbal sem <i>se</i> + forma verbal com <i>se</i>	infinitivo sem <i>se</i> gerúndio sem <i>se</i>	passiva de <i>ser</i> particípio
Grau tipo C		3ª do singular sem <i>se</i> 3ª do plural sem agente expresso sem <i>se</i>	

O Quadro 5 permite perceber que tanto as formas com *se* indeterminador quanto sem *se* e também a estrutura passiva co-ocorrem com a indeterminação do agente, em diferentes graus de indeterminação, dependendo do grau de dependência do contexto para sua interpretação, conforme os exemplos já citados anteriormente.

3.2.5 Princípios de gramaticalização

As FVCIA do tipo 3ª do singular, infinitivo e gerúndio sem *se* coexistem com as formas correlatas com *se*, mais antigas, na função de co-ocorrer com a indeterminação do agente, tanto nos séculos XIX quanto no XX, nos gêneros cartas e atas, como bem ilustram os exemplos apresentados nesta Tese. Esse fato remete ao princípio de gramaticalização estabelecido por Hopper (1991), denominado estratificação, como visto no item 3.1.5: formas novas coexistem com formas mais velhas para função similar:

(152) *Por cá tem aproveitado* muito o eucalipto feito chá (CHIB-XIX)

(153) *Fechar* neste semestre [...] ações para o próximo (ADCH III-XX)

(154) [...] *recuar* diante do erro é muito mais dignificante do que nele *permanecer* (CSAJ-XX)

(155) [...] *eu foi preciso fazer* outra *gastando* dobrado e *perdendo* tempo de *muer* (CFCD-XIX)

(156) *He* muito de *crer* que em sua auzencia, fosse Vossa Excelência que *deregisse* a sua casa (CHIB-XIX)

(157) *Voltar é ir* para onde *saiu* (CP-XX)

Portanto, FVCIA adquirem o traço indeterminador próprio de itens lexicais específicos, como os pronomes indefinidos e também pronomes pessoais, em consequência do apagamento do *se* indeterminador nessas construções, sem contudo essas formas mudarem de categoria.

O apagamento diminuiu a possibilidade de escolha de formas verbais com *se* e acarretou a ampliação de possibilidades de uso de formas verbais para a mesma finalidade sem o *se* indeterminador, tornando obrigatório esse uso co-ocorrendo com a indeterminação do agente. A esse processo, Hopper

(1991) denomina de especialização, ou seja, formas que se especializam em outras funções.

(158) *Foi feito* um trabalho enquanto se ia discutindo outro item da pauta (DCH III-XX)

(159) Para lá *ir* daqui faz-se 66 km de trem (CHIB-XIX)

(160) [...] e comentou que não dava para *idealizar* uma coordenação colegiada (ADCH III-XX)

(161) *Encerrada* a discussão, *foi aprovada* a ata. (AALB-XX)

(162) *Falam* em empréstimo hoje para *substituir* o termo doação (CSAJ-XX)

(163) E nada mais havendo a *tratar*[...] (ADCH III-XX)

Entretanto essas FVCIA não perdem ou neutralizam características, marcas específicas de categoria plena(verbo), para adquirirem marcas específicas de categorias secundárias(adjetivo, particípio etc.), denominadas de formas híbridas.

Um caso, porém, merece explicação. Trata-se da forma verbal do tipo particípio que, como já assinalado no item 2.3.2.1, que foi considerada nesta Tese também como uma estrutura passiva sem agente expesso. Como forma híbrida, o particípio, além de verbo pode ser adjetivo e advérbio, sinalizando indícios de decategorização.

Nesta Tese os dados de particípio foram considerados em contextos em que esta forma mantinha-se como verbo dinâmico(de ação ou ação- processo):

(164)*Constituída* a mesa propoz que a nova associação fosse considerada (AIGHB-XIX)

(165) *Franqueada* a palavra fez uso da mesma o sócio (ACCJ-XX)

(166) [...]depois de *lida* a ata e *achada* conforme, será *assinada*. (ACCJ-XX)

3.2.6 Análise de FVCIA

Indeterminando o agente, ou o tema, essas formas requerem um agente [+humano]. Possuem um caráter genérico, mais ou menos abrangente e são

formas que co-ocorrem com a indeterminação, conforme já explicitado no Capítulo 1. Não se declarando o agente, seja por desconhecimento de quem seja ou por não haver interesse na sua identificação, o agente é colocado em segundo plano, passando o foco para a ação do verbo da frase.

Nesta seção, essas formas serão analisadas separadamente em três grupos diferentes (formas verbais com *se*, formas verbais sem *se* e 3ª do plural, e estruturas passivas), conforme justificado no Capítulo 2.

Do ponto de vista morfológico essas formas são analisadas como ativas ou passivas; sintaticamente como tendo ou não sujeito e objeto, semanticamente podem ter agente ou paciente e do ponto de vista discursivo são analisadas como tendo referência indeterminada.

O que se observou nos dados é que o tipo de verbo que participa dessas construções que co-ocorrem com a indeterminação do agente pode ser tanto verbo de ação quanto de ação-processo.

A hipótese estabelecida para esse fator é a de que o apagamento do *se* indeterminador já no século XIX teria favorecido o uso de outras FVCIA, sem o acompanhamento do *se* indeterminador, inclusive da passiva sem agente expresso. As análises a seguir por tipo de forma verbal justificam melhor esta hipótese.

Resumimos no quadro abaixo os traços que são considerados em cada grupo de formas verbais:

Quadro 6-Traços característicos de FVCIA

FVCIA	morfológico	sintático	semântico	discursivo
Formas com <i>se</i>	[forma ativa]	[+sujeito] [+objeto]	[-agente] [+paciente]	referência indeterminada
Formas sem <i>se</i>	[forma ativa]	[-sujeito] [+objeto]	[-agente] [+paciente]	[referência indeterminada]
Estrutura passiva sem agente expresso	[forma passiva];	[+sujeito] [- objeto]	[-agente] [+paciente]	[referência indeterminada]

3.2.6.1 Formas verbais com *se*

As formas verbais do tipo 3ª do singular, infinitivo e gerúndio com *se* são analisadas como formas que apresentam os seguintes traços: morfológico

[forma ativa], sintáticos [+sujeito] [+objeto], semânticos [agente],[+paciente], discursivos [referência indeterminada]. Lembrando aqui que tanto as construções de formas verbais acompanhadas de *se*, passiva sintética para as GNs, como as construções de forma verbal acompanhadas de *se indeterminador*, estão sendo consideradas uma só, pelas razões já expostas no Capítulo 1.

A frequência da forma verbal do tipo 3ª do singular com *se* foi expressiva, acarretada pelo uso preferencial em atas, 27,17% e ocupou o segundo lugar de um total de 920 ocorrências, embora seja a que tem maior abrangência e generalização, por referir-se às três pessoas do discurso.

Esses resultados deixam perceber que esta forma era muito usada nos dois gêneros, mais em atas, provavelmente pela formalidade da linguagem desse gênero e de seu estilo formulaico, e de algumas cartas. Também se manteve nos dois séculos, com um pequeno decréscimo no século XX, porém ainda com uso expressivo em cartas.

Essa forma esteve presente em todos os textos dos dois séculos, como visto na tabela 2 e nos exemplos a seguir:

(167) *Levantou-se* a sessão às 2 horas da tarde (AIGHB- XIX)

(168) É um lugar divino onde só *se ouve* pássaro cantando. (CP-XX)

(169)[...] *deuse* Cumprimento o que ficou aguiado(ASPD-XIX)

(170)[...] de mais *Leu çe* o requerimento do nosso Irmão(ASPD-XIX)

Entretanto, tomamos mais em conta agora as atas da SPD, para exemplificar o apagamento do *se* indeterminador e a influência da oralidade na escrita nesses textos.

O caráter formulaico das atas e a influência lusitana no ensino da língua nos séculos XIX e XX, podem ter influenciado para o uso tão expressivo da forma verbal do tipo 3ª do singular com *se* indeterminador naqueles séculos.

Esse tipo de forma verbal também foi encontrado em variação com a correlata sem *se*, em contextos onde era de se esperar a presença do *se* indeterminador, num mesmo *corpus* como o das atas da SPD, configurando-se apagamento desse clítico, como nos exemplos:

(171) (...) e por estar com frome Mandou *fizez* esse termo (ASPD-século XIX) (ASPD-século XIX)

(172)[...]fece os trabalhos na forma da Lei (ASPD-XIX)

Ao contrário do que ocorre no português europeu, onde, segundo os estudos linguísticos, podem-se encontrar duas interpretações para esse fenômeno, *conserta* é diferente de *conserta-se*, sendo a primeira com referência determinada sem sujeito exposto (*você, a gente, ele*) e a segunda, como um caso de referência indeterminada (Milanez, 1982)-, no PB esta forma, esteja ou não acompanhada do *se* indeterminador, é possível co-ocorrer com a indeterminação do agente, dependendo, apenas, do contexto, quando pode ou não ter a sua referência determinada. A reanálise do *se* passivo em *se* indeterminador, em seu processo de gramaticalização, resultou no século XIX e XX em desdobramentos como apagamento do *se* junto às FVCIA, o que favoreceu o uso de outras formas verbais para o mesmo fim, inclusive sem a presença do *se*, como já exemplificado ao longo desta Tese.

Ainda sobre o *se* indeterminador, Naro (1976) diz que o *se* impessoal é uma inovação dos meados do século XVI, baseada na construção passiva clássica com *se* apassivador, quando recebeu um traço impessoal: [sujeito +humano]; [+ grupo].

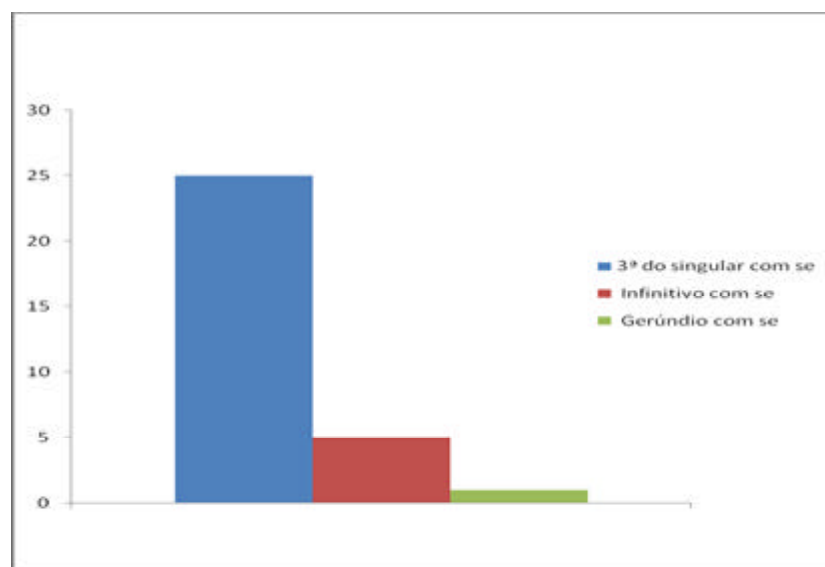
Foi possível observar nos dados que essa forma ocorreu com verbos no futuro e, além disso, as suas ocorrências se deram tanto em construções transitivas quanto intransitivas, com verbos dinâmicos (atividade/ação e ação-processo) :

(173)[...]cotas de Secorro que lhe for consedido *se irá tirando* gradualmente (ASPD-XIX)

Embora essa forma tenha ocorrido em todos os gêneros e séculos aqui considerados, tomamos como exemplo as atas da SPD, que registram expressivamente essa forma verbal com *se*, conforme se pode ver na tabela 4:

Tabela 4- Atas da SPD-formas verbais com se

FVCIA com se	Nº.	%
3ª do singular com se	25/920	2,71
Infinitivo com se	05/920	0,54
Gerúndio com se	01/920	0,10
Total	31/920	

Gráfico 4 – Atas da SPD-formas verbais com se

Os exemplos a seguir deixam perceber o uso expressivo da forma verbal com se indeterminador nas atas da SPD, conforme tabela e gráfico 4, resultado do contato com o português europeu no período colonial:

(174) Aos onze dias do mês de setembro (do anno) de mil e oitocentos e quarenta e dois [...] *deuse* cumprimento da Eleição o que foi deliberado pela meza de quatro de setembro [...]

(175) Aos sete dias do mês de Março de mil e oitocentos e quarenta e hu (...) estando o Irmão 1º Secretário fazendo Vezes de Provedor por Molestia do atual como mais Irmãos abaxo a Sinado não *sedeu* cumprimento.

(176) [...] e *mandose* que ficase corendo deste dia endiante [...]

(177) Aos tres dias do mes de Março de 1844[...] Estando presente o nosso Irmão visce Provedor emais mezarios em acto de Meza e reunião fez se o trabalhos da votação.

(178) Aos 4 dias do mês de Agosto de mil e oito, e quarenta e quatro, estando o veçe Provedor e mas mezarario *fes ce* o trha balho na ordem do Co tume.

(179) Aos tres dias do mes de Março de 1844 com paricer o Irmão Provedor e mas Meario *fes ce* o trabalho da devoção na forma de custume.

(180) [...] e fin do o thra ba lho *tra toçe*[...]

(181) Aos sete dias do anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus christo estando o Irmão Provedor e mais mezarios em acto de meza e reunião na forma de costume *fesse* os trabalhos na forma da Lei.

(182) Aos 12 dias domes de outubro(...)de 1845 estando o Irmão Provedor e mais Irmãos(...) *deu se* cumprimento a respeito da carta.

(183) Aos vinte e cincodo mes de Fevereiro(...)de mil e oitocentos equarenta e quatro[...]depois dos mais trabalhos da devoção *posse* em prática o termo de 4 de Abril de 1841.

(184) Aos 16 dias domes de agosto[...]de 1846 achando-se o Irmão Provedor emas Irmão em Meza extraordinaria *deuse* cumprimento o que ficou aguiado[...]

(185) Aos treze dias do mez de maio de hum mil e oito sentos e quarenta e sei[...] *eu ce* o requerimento do nosso Irmão Henriques Cardozo da Costa.

(186)[...]e sobe o Artigo Trinta e seis que tan bem *se tratou* ficase para ser cartiado aos ditos Irmãos para cumpri o dito Artigo.

(187) Aos cinco dias do mez de Julho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo Estando presente o nosso Irmão Provedor emais mezarios em acto de meza e reunião do costume *fez se* os trabalhos do extillo.

(188) *Leu çe* o requerimento do nosso Irmão Marcos Joze do Rozaario”

(189) [...] ou dispois que *se tivesse* acabado o trabalho”

Outros fatos podem ser observados nesses exemplos, além do uso frequente da forma verbal do tipo 3ª do singular com *se*. Provavelmente, pela condição de escolaridade desses redatores, como já assinado em 2.1.2.1, a forma de aquisição da língua pelos afrodescendentes pode ter contribuído para a variação e hesitação na maneira de grafar a forma verbal com *se* indeterminador, (*fez se, fes se, fesse, fes ce, leu çe, leuçe, leuce*) além da variação na posição do uso do clítico, ora enclítico ora proclítico (*deuse, sedeu*) como por exemplo em (174) e (175).

Também é possível perceber a influência da oralidade na escrita e o uso da linguagem não padrão nesses textos e marcas de aquisição de uma língua de “forma irregular” pelos afrodescendentes brasileiros: *prezente, corendo, endiante, a Sinado, meza, paricer, veçe, naçimento, dispois* etc. , o que pode merecer um estudo posterior.

A não concordância entre verbo e argumento interno no plural é outro fato encontrado nas atas dos afrodescendentes brasileiros, no século XIX:

(190) *Fese* os trabalhos na forma da Lei(ASPD-XIX)

(191) *Fez se* os trabalhos na forma do extilo(ASPD-XIX)

Segundo Naro(1976), desde meados do século XVI, já havia casos de não- concordância, entre verbo e argumento interno no plural, que chegaram ao século XIX, fato presente no português europeu dos séculos XV e XVI, conforme Martins(2003).

Esses fatos, no entanto, podem respaldar a hipótese de que foram os afrodescendentes que contribuíram para o apagamento do *se* indeterminador junto a essas formas verbais e para a difusão da não concordância entre verbo e argumento interno no plural, reforçando a reanálise do *se* passivo em indeterminador, inaugurando esse uso no PB popular escrito.

(b)A forma verbal do tipo infinitivo com *se* obteve 16,10% do total, com ênfase nas atas do século XX, ocupando o terceiro lugar em ocorrências nos dois gêneros e nos dois séculos, embora com percentuais menores, 4,24%, em cartas do século XX:

- , (192) [...]e nada mais havendo a *tratar-se*.[.](AIGHB-XIX)
 (193) [...]e logo sendo vistos os papeis e *se achar* tudo em
 forma.[.](AIGHB-XIX)

O uso do infinitivo com *se*, uma inovação do PB, ocorreu também de forma variável com a ausência do clítico:

- (194) [...] *hé de supor* que já deve estar a par[...](CHIB-XX)

Também este tipo de forma verbal não permite a recuperação de um referente no contexto, o que favorece a generalização, a indeterminação do agente.

- (195)[...] e nada mais havendo a *tratar-se*.[.](AIGHB- XIX);
 (196)[...]até *se verificar* todos os métodos de governo para todas as
 Províncias(AIGHB XIX).

c) A forma verbal do tipo gerúndio com *se*, com 3,26% de ocorrências, ao contrário do infinitivo com *se*, foi mais presente nas atas do século XIX, e diminuiu a sua presença nas cartas do século XX:

- (192) O senhor Presidente encerrou a sessão, *lavrando-se* a presente
 ata (ACCJ-XX);
 (193)[...]e *procedendo-se* à votação sahiram nomeados o Sr
 Deputado[...](AIGHB- XIX);
 (197) [...] *travando-se* logo uma lucta sanguinolenta(CHIB- XIX);
 (198) [...]foi feito um trabalho(...)enquanto *se ia discutindo* outro item da
 Pauta (ADCHIII XX).
 (199) Diante da resposta(...) o Coordenador encaminhou à Direção do
 Departamento para que *se discuta* a resposta na plenária[...] (ADCH III-
 XX)
 (200) [..] *salientando-se* entre outros o Sr José M.Lea(ACCJ-XX)

O gerúndio com *se* indeterminador, assim como o infinitivo, é considerado uma forma nominal do verbo, tendo em vista o seu caráter híbrido, ora verbo ora advérbio, dependendo do contexto.

Quanto à introdução do *se* indeterminador junto a essas formas, para Nunes(1990) a introdução do *se* em formas não-finitas não deve ter surgido antes do século XIX, o que indica que a presença do *se* junto a essas formas se deu a partir daquele século. Um fato importante percebido por Nunes é que isso ocorreu no momento em que o *se* indeterminador se tornou majoritário no PB, em decorrência da “discordância” nas construções com “*se* passivo”.

Segundo Wey (1969), tratando do desaparecimento dos tempos verbais latinos, a maioria dos tempos da conjugação verbal se conservou com idêntico emprego no português. Alguns, no entanto, tiveram novas funções. Essa mudança de categoria por que passou o gerúndio denota um processo de gramaticalização: verbo>advérbio(circunstancial). Neste estudo, porém, foram considerados apenas os casos em que o gerúndio apresenta o traço da categoria verbo, como exemplificado anteriormente.

O mesmo princípio de gramaticalização apontado para o infinitivo com *se* se aplica ao gerúndio com *se*, ou seja, o princípio da decategorização. Essas diferenças e o uso dessas formas verbais com *se* caracterizam as tradições discursivas desses textos, além do que revelam que o agente nesses contextos é menos importante do que o verbo.

Revelam também que as formas verbais com *se* indeterminador se mantiveram na escrita dos dois gêneros, cartas e atas, no século XX, provavelmente pela interferência do ensino escolar e do gênero do texto, já que a frequência maior de uso dessas formas foi em atas.

O grau de generalização e abrangência dessas formas com *se* pode ser considerado “maximamente indeterminador”, para repetir Moura Neves (2000), considerando que elas ocorrem em contextos onde não é possível identificar o agente e são as que não dependem do contexto para sua interpretação.

3.2.6.2 Formas verbais sem *se*

Esse grupo de formas verbais apresenta alguns traços diferentes das formas verbais do grupo com *se* indeterminador, que são os seguintes:

morfológico [forma ativa], sintáticos [-sujeito] [+objeto], semânticos [agente] [+paciente], discursivo [referência indeterminada].

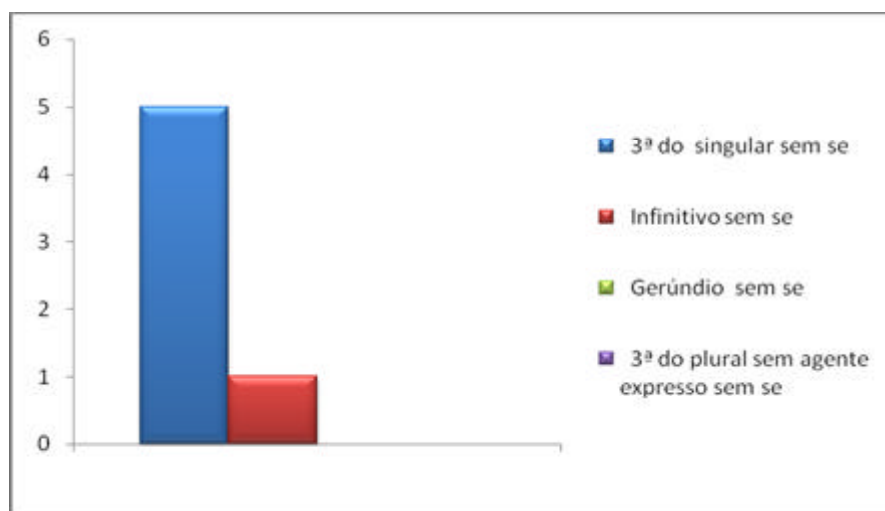
A hipótese para este fator é a de que o acesso à escolarização de afrodescendentes brasileiros, antes proibido no século XIX, e a aquisição do português de forma “irregular”, possibilitou o uso popular escrito, com a influência da oralidade na escrita, incluindo o apagamento do *se*.

Essas formas ocorreram no corpus da SPD, de acordo com a tabela e gráfico 5:

Tabela 5- Atas da SPD-formas verbais sem *se*

FVCIA sem <i>se</i>	Nº.	%
3ª do singular sem <i>se</i>	05/920	0,54
Infinitivo sem <i>se</i>	01/920	0,10
Gerúndio sem <i>se</i>	0/920	0,0
3ª do plural sem agente expresso sem <i>se</i>	0/920	0,0
Total	06	

Gráfico 5 – Atas da SPD – formas verbais sem *se*



(201)Aos vinte dias do mês de Setembro [...] de 1840 endia damissa solene da nosa Padroeira finda esta, *comesou* os trabalhos da nosa devoção em vertude do capitulo 4, artigo 19 donosso compromisio [...].

(202)[...]mandou o Provedor *Lavrasse* o termo.

- (203) Aos vinte dias da mes de Setembro [...] de 1840 endia damissa. solene da nosa Padroeira finda esta, *comesou* os trabalhos da nossa devoção em vertude do capitulo 4, Artigo 19 donosso compromisio [...].
- (204) (...) epor estar comfreme Mandou *fizezesse* termo.
- (205)[...] Também foi ordenado *trocasse* vinte e quatro muedas.

Os exemplos acima podem estar relacionados à “aquisição linguística irregular” do português europeu pelos afrodescendentes e a sua escolarização como descrito no item 2.1.2.1, fatos que podem ter contribuído para o uso de outras FVCIA, como o apagamento do *se* indeterminador nessas construções.

a) A forma verbal do tipo 3ª do singular sem *se*, assim como as demais, varia de acordo com o período e o gênero. Com 0,87% de ocorrências, teve no século XIX 0,65%, com maior frequência em atas, e uma queda acentuada no século XX. Esta forma, embora tenha se mantido em cartas no século XX também teve um decréscimo no seu uso nesse gênero.

O fato de essa forma verbal ocorrer também em textos escritos indica que ela não estaria mais restrita a textos orais, como indicam as pesquisas sobre esse fato, pelo menos nos textos dos séculos XIX e XX, configurando-se, portanto, uma influencia da oralidade na escrita, como já exemplificado anteriormente.

Nessas atas, das 08 ocorrências de forma verbal do tipo 3ª do singular sem *se* encontradas nos corpora, 05 estão nas atas da SPD, ou seja, com apagamento do *se* indeterminador nessas FVCIA, um dos fatos que distancia o PB do PE.

Com relação ao apagamento, Nunes(1990) diz que o apagamento do *se* indeterminador nessa forma verbal cresceu ao longo dos séculos XVII e XVIII, chegando a 50% no século XX.

Quanto às origens dessa forma no PB, Naro(1976) argumenta que essa forma surgiu quando a forma *homem* indicando indeterminação desapareceu. Ou seja, seria mais ou menos assim: *homem* sendo substituído por *se reflexivo*>*se passivo*>*se indeterminador*>terceira do singular sem *se*.

Um fato importante é que a forma verbal do tipo 3ª do singular sem *se*, que no dizer de Benveniste (1988) é um exemplo de não- pessoa, pode ter o

agente facilmente interpretado ou pode assinalar um agente indeterminado, dependendo, assim, do contexto.

(206) E nada mais havendo a tratar, *deu* por encerrada a sessão(ADCH III-XX)

(207) Voltar é ir para onde *saiu*(CP-XX)

Essas formas também ocorrem em construções transitivas e intransitivas, com verbos de ação e de ação-processo conforme se pôde ver nos exemplos apresentados nesse item.

Considerando as explicações históricas apresentadas no item 2.1.2.1 sobre a formação do português popular do Brasil, as condições de aquisição (irregular) do português pelos afrodescendentes e o apagamento do *se* indeterminador nessas formas verbais em atas da SPD, nos leva a crer que foi pelos textos dos afrodescendentes que essa forma foi introduzida na escrita, considerando que eles já apagavam o *se* nessas construções em suas atas.

(b)A forma verbal do tipo infinitivo sem *se* foi, como visto na tabela 1, a que apresentou o menor número de ocorrências nos *corpora*, 0,43%, e destes, 0,33% em cartas do século XIX.

Faggion(2008), por outro lado, em *corpora* constituídos de textos dos séculos XVI e do século XX, constatou o aumento significativo dessa forma verbal no século XX, o que faz crer que é uma forma que não faz parte da tradições discursivas de atas, por exemplo, em que obteve apenas 0,10% de ocorrências.

(208)[...]ficando deliberado *mandar imprimir* cartas que seriam distribuídas em firmas registradas(AACIAJ-XX)

(209) [...] e *ficando a decidir* as mencionadas contas do exthezoreiro (ASPD-XIX)

A diminuição de uso dessa forma verbal sem *se* de um século para outro parece ter sido condicionado pelo desuso no gênero carta, em que era mais empregada no século XIX. Entretanto, a sua permanência no século XX, com

o clítico indeterminador apagado, indica uma inovação no PB, que pode ter sido herdada do século XIX.

Considerando que a forma verbal infinitivo sem *se* predominou em atas do século XIX, buscamos verificar essa forma em atas da SPD, entretanto não houve ocorrências dessa forma nessas atas.

Portanto, essa forma também está empregada com sentido generalizante, indeterminador, sem referência a nenhum agente, não permitindo a recuperação de um referente no contexto, referindo-se a um ser genérico, como nos exemplos que seguem:

(210) a noite *pode comer* 2 ou 4 grãos conforme a idade misturados em um pouquinho de assucar para *chupar-* para *combater* a tosse hermes mineral e pastilhas de balsamo de Tolu.(CHIB-XIX);

(211)[...] não dava para *idealizar* uma coordenação colegiada (ADCHIII-XX).

A denominação de forma nominal do verbo para o infinitivo, compartilha uma relação verbo - nome:

(212) *Viver é lutar*

Essa característica relaciona-se a um processo de gramaticalização que bem pode ser traduzido em verbo>nome, embora esse processo não esteja concluído.

c)As formas de gerúndio sem *se*, 1,31%, tiveram mais ocorrências nas cartas do que o infinitivo sem *se*, embora também tenham apresentado um acentuado decréscimo de um século para outro. Entretanto aqui, as cartas conservaram mais esse uso no século XX, 0,98%, do que as atas.

(213) Pensando que tudo continuaria como deve ser, embora não *fazendo* com que se cumprisse (CHIB- XX);

(214) Leuça o requerimento do Nosso Irmão *vendo* o que nelle disse (ASPD-XIX).

Não ocorreram muitas formas do gerúndio sem *se* nas atas da SPD, fato que pode indicar que se tratava de uma forma popular, não aceita em textos formais, como ata, portanto uma forma mais marcada.

d) Em relação à forma verbal terceira do plural sem agente expresso como visto na tabela 2 e 3, ficou restrita ao gênero carta, no século XIX. Portanto, essas formas seriam mais marcadas, já naquele século.

A indeterminação marcada pela forma verbal do tipo 3ª do plural sem agente expresso (sem *se*) apresenta poucas ocorrências nos textos (0,65%), ficando restrita a cartas do século XIX. É possível que haja uma relação entre a restrição dessa forma a cartas do século XIX, em decorrência do aumento do uso da forma verbal do tipo infinitivo com *se*, no mesmo gênero, no século XX, como também em atas.

Segundo Ribeiro (1914[1884]), a estratégia 3ª do plural remonta ao latim e ao grego, e era utilizada para indicar a indeterminação do agente, substituindo, inclusive, a terceira pessoa do singular da voz passiva. Segundo Maurer Jr(1959) essa forma parece ter sua origem no latim vulgar.

Não é possível recuperar o agente com essa forma, uma vez que o conteúdo expresso pelo verbo conduz à generalização, dependendo, contudo, do contexto, o que a faz uma forma verbal menos generalizante do que as formas verbais com *se*, pelo menos no gênero carta onde essa forma predominou. Portanto, é a forma mais dependente do contexto para sua interpretação como FVCIA. Interessante é que essa forma verbal é a consagrada pelas GNs daqueles séculos como a que “indetermina o sujeito”.

Moura Neves (2000) destaca um tipo de referência genérica feita com esta forma verbal. A terceira do plural sem agente expresso (sem *se*) não inclui nem a primeira nem a segunda pessoa, o que a faz menos generalizante do que as formas verbais acompanhadas de *se* indeterminador.

Na opinião de Milanez (1982, p.69), não se trata de uma omissão opcional da forma lexical *eles*, que também pode funcionar como indeterminador (referindo-se a grupos sociais), o que não acontece com as formas verbais na terceira pessoa do singular, uma vez que essas formas ocorrem em contextos diferentes.

As características dessa forma diferem das demais do grupo sem *se* considerando as suas especificidades já anteriormente assinaladas.

Portanto, a análise dessa forma considera os seguintes traços: morfológico [forma ativa], sintáticos [-sujeito] [+objeto], semânticos[-agente],[+paciente], discursivos[referência indeterminada].

É possível perceber que o uso desta forma verbal nas cartas parece ocultar, propositadamente, o agente. Os exemplos abaixo encontrados nos *corpora* confirmam as análises dessa forma :

(215) Já deve estar a par dos planos immorais que de surpresa *tentarão* contra a Intendência de Vila Nova(CHIB-XIX);

(216) Não cheguei entrar dentro da rua, porque soube logo que o Dr Gomes não estava e que *ignoravam* o destino;

(217) *Multarão* tãobem em dois contos e tanto o nosso irmão Bellarmino Medeiros da Silva ;

(218) O Dr Urpia *dizem* que regressará a Bahia no dia 20 para esta localidade. ;

(219) *Falam* em empréstimo, atualmente, substituindo o termo doação(CSAJ-XX).

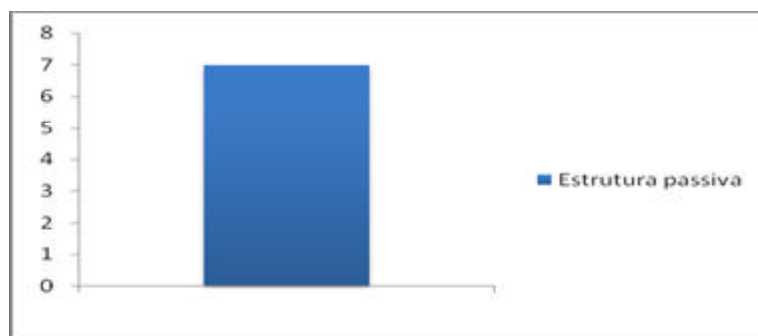
3.2.6.3 Estrutura passiva sem agente expresso

A forma verbal do tipo estrutura passiva sem agente expresso foi a mais frequente das formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação, com maior uso em atas de ambos os séculos. Essa forma adquiriu *status* de forma menos marcada e está presente tanto em atas quanto em cartas dos dois séculos, conforme as tabelas 2 e 3. Abaixo a tabela e gráfico 6 com os resultados dessas ocorrências de forma verbal nas atas da SPD.

Tabela 6 - Atas da SPD-estrutura passiva

FVCIA- estrutura passiva	Nº	%
Estrutura passiva	07/920	0,76
Total	07/920	

Gráfico 6 – Atas da SPD – estrutura passiva



(220) [...] o que *foi de cedida* (ASPD-XIX)

(221) *Foi ordenado* mas em Vertude daLei que os Irmãos que tiver discutindo outro qualquer irmão não lhe tomará a palavra sem que aquelle aCabe[...]

(222) [...] e *fica aguiado*

(223) [...] e também *fica aguiado*

(224) [...] Também *foi ordenado*(...)

(225) [...]cujos mezaríos que assim apraticaraõ *foraõ perduados* da Multa [...]

(226)[...]e *fica aguiado* para no Domingo 1º do mês de Setembro[...]

Os resultados de estudos linguísticos apontam que, desde o século XVI, a não realização do agente da passiva é um mecanismo frequente de indeterminação do agente, sendo que as verdadeiras passivas seriam passivas de ser, comuns na língua escrita formal.

Nos dados desta pesquisa foi possível confirmar isso, considerando que a estrutura passiva foi bastante empregada nos textos dos dois séculos.

A frequência dessa estrutura nos corpora (50,21%) ocupa o primeiro lugar nos resultados gerais, em relação aos 27,17% de formas verbais do tipo 3ª do singular com se indeterminador.

Nos dois períodos a estrutura passiva predominou, com 22,38% no século XIX e 27,83% no século XX, o que significa um crescimento no uso dessa forma, acarretado pelo gênero ata(43,04%).

Essa forma é analisada considerando os seguintes traços: traço morfológico [forma passiva]; traços sintáticos [+sujeito] [- objeto]; traços semânticos [- agente] [+ paciente]; traço discursivo [referência indeterminada]

São consideradas passivas as estruturas verbo ser mais particípio e particípio do verbo, como exemplificado em (227) e (228):

(227) (...) *foram retificadas* por haverem *sido escritas* de maneira incorreta.

(AACIAJ- XX);

(228) *Lida e aprovada* a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente (AIGHB- XIX).

A estrutura passiva sem agente expesso se constitui uma das formas mais presentes na função de indeterminação e a supressão do agente nessas construções revela que não importa a nomeação do agente, ou por desconhecimento de quem seja, por intenção, ou por não ser importante identificá-lo, uma vez que a ação é que é mais importante. É dessa forma que se constrói a indeterminação do agente com essas estruturas.

Essas construções ocorrem com verbos cujo tipo semântico pode ser de ação ou de ação-processo, transitivos diretos, como exemplificado abaixo:

(229) Depois de *lida* a ata da sessão *realizada* em[...] (AIGHB-XIX);

(230) *Abertos* os votos dos presentes e depois dos ausentes... (AALB-XX);

(231) agradecendo a confiança em mim *depositada* com a escolha do meu nome (CHIB - XIX);

(232) Convidamos para a solenidade de posse da nova Diretoria *realizada* em[...] (CSAJ- XX).

(233) *Foi-me* hontem *entregue* a sua prezada carta de 8 do andante, e sobremaneira sinto os incômodos com que luta (CFCD-XIX);

(234) e logo *sendo vistos* os papéis e se achar tudo em forma se lhe deu no mesmo Conselho o competente assento (AIGHB- XIX);

(235) Em seguida *foi lido* e *submetido* à discussão o orçamento (AIGHB-XIX);

(236) *foi escolhido* o acadêmico Heitor Fróis"s (AALB-XX);

(237) A forças leaes *foram* completamente *derrotadas* (CHIB - XIX);

(238) *Foi empossada* a seguinte Diretoria deste Clube:(CSAJ-XX).

Quanto à gramaticalização, o que se pôde perceber é que essas construções co-ocorrem com a indeterminação do agente e em contextos onde poderiam ser empregadas formas verbais com se indeterminador, principalmente a 3ª do singular com se, o que indica o uso de novas formas para velhos usos, inclusive para desfazer ambiguidade, caso fosse empregada a 3ª do singular com se, como em

(239) *Derrotaram-se* as forças leaes(CHIB-XIX).

Duas leituras podem ser feitas: as *forças leaes* derrotaram a si mesmas ou pessoas derrotaram as *forças leaes*.

Esse processo é designado por Hopper(1991) como estratificação (coexistência de formas novas e velhas para a mesma finalidade), entretanto consideramos que as FVCIA estariam mais relacionadas ao processo especialização (coexistência de uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas), com a diminuição de possibilidades de escolha, com o apagamento do *se* indeterminador, o que favoreceu o uso da estrutura passiva para a mesma finalidade, adquirindo o traço semântico indeterminador.

Contudo, não se trata de processos concluídos, mas apenas apontam indícios de gramaticalização.

Passemos agora às *Considerações Finais*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Introdução deste trabalho nos propusemos a identificar outras formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente, além das duas formas previstas nas GNs dos séculos XIX e XX, terceira do singular com *se* e terceira do plural sem agente expresso, com as hipóteses de que, efetivamente, outras formas teriam ocorrido nesse período, para a mesma finalidade, passando de um século para outro, caracterizando-se numa estabilidade e continuidade semântica e sintática desse fato linguístico. Tínhamos também como hipóteses que o apagamento do *se* junto a essas FVCIA teria sido uma contribuição dos afrodescendentes brasileiros e que o uso do infinitivo com *se* no século XIX poderiam ser uma contribuição desses afrodescendentes.

Verificando a relação com fatores linguísticos (tipo de verbo, características morfossintáticas, semânticas e discursivas, grau de indeterminação, gramaticalização) e não linguísticos (período de tempo, gênero de texto) em textos escritos dos séculos XIX e XX, na Bahia, alguns resultados podem ser apontados:

a) Outras formas verbais co-ocorrem com a indeterminação do agente (formas verbais com *se*, formas verbais sem *se*, estruturas passivas sem agente expresso), consideradas as duas previstas nas GNs dos séculos XIX e XX;

b) Os fatores período de tempo e gênero do texto foram significativos, no sentido de que revelaram as FVCIA em cartas e atas evidenciado as tradições discursivas desses gêneros em cada século- XIX XX, como o apagamento do *se* junto a essas formas e uso de outras formas verbais sem o *se* indeterminador no português brasileiro;

c) As FVCIA ocorrem com verbos de ação, na sua maioria, e de ação-processo, portanto com verbos do tipo dinâmicos, como se pôde perceber nos exemplos apresentados nesta Tese. Os verbos de estado, embora também co-ocorram com a indeterminação, indeterminam o paciente e não o agente, por isso não foram aqui considerados. Esses verbos, como constataram Hélio Silva & Oliveira (2009), indicam que é possível haver indeterminação do sujeito sem haver indeterminação do agente, como em *Hoje se está alegre*, *amanhã se está triste*;

d) Também essas formas verbais indicam uma gradação na indeterminação do agente, dependendo da necessidade ou não do contexto para sua interpretação, da especificação ou não do agente, da maior ou menor generalização o que pode resultar em mais ou menos determinação do agente. Os resultados encontrados são os de que as formas verbais acompanhadas do *se* indeterminador têm, de fato um sentido “maximamente indeterminador”, Grau tipo A, isto é, independem do contexto para sua interpretação. Mas não são as que mais ocorrem nos *corpora*, estando em segundo lugar em ocorrências nas cartas e atas.

As estruturas passivas, que apresentaram amplo uso nos textos são as que mais ocorrem nos *corpora*, condicionadas pelo gênero ata. Apesar disso, estas formas apresentam Grau tipo B de indeterminação do agente, ou seja, o agente pode ser identificado, dependendo do contexto.

As demais formas, infinitivo e gerúndio, quanto ao grau, com poucas ocorrências nos *corpora*, indicam um uso que co-existe com as formas com *se* ou sem o *se* indeterminador. Embora essas formas verbais sem *se* também co-ocorram com a indeterminação do agente, o grau de generalização e abrangência dessas formas é menor, apresentando não somente uma gradação entre si, mas também com relação às formas verbais com *se* indeterminador, apresentando um Grau tipo C. Assim, a 3ª do singular sem *se*, por exemplo, apresenta um grau menor de indeterminação que a sua correlata com *se* e do que a terceira do plural sem agente expresso sem *se*, com maior possibilidade de especificação do agente no contexto, sendo, portanto, essas formas mais dependentes do contexto para a sua interpretação como FVCIA, principalmente a terceira do plural sem agente expresso sem *se*.

e) Quanto à gramaticalização, no sentido prototípico (perda semântica, saída do léxico para a gramática, aquisição de novas propriedades sintáticas, uma forma livre passando a fixa, o uso de formas mais concretas para usos mais abstratos), concluímos que algumas dessas características ocorreram: a constatação da perda semântica no *se* passivo passando a indeterminador, a predominância no uso de formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação do agente, assimilação de propriedades semânticas pelas formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação, função antes exercida pelo *se* e por pronomes indefinidos.

O apagamento do *se* indeterminador, em consequência de suas perdas sintáticas e semânticas, possibilitou o uso de outras formas verbais sem *se*, para a mesma finalidade, como a estrutura passiva sem agente expresso, as formas verbais sem *se*, principalmente o uso do infinitivo sem *se* indicando o princípio da especialização de Hopper (1991), pelo fato de que a possibilidade de escolhas diminuiu, tornando o uso de FVCIA obrigatório.

A variação no uso do *se* junto às FVCIA, com o *se* ora presente ora apagado, levou essas formas a coexistirem com a mesma finalidade, apontando, também, indícios de gramaticalização, de acordo com outro princípio de Hopper(1991), a estratificação.

Não é possível afirmar que houve uma decategorização dessas formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação, uma vez que essas formas continuam exercendo a função de verbo nos contextos aqui considerados.

Entretanto, a perda semântica do participio, acumulando as funções de adjetivo, de advérbio e de verbo, co-ocorrendo com a indeterminação poderia ser indício de decategorização. Isso se verifica também com o infinitivo ora como nome sujeito, ora sem agente expresso co-ocorrendo com a indeterminação do agente, muitas vezes na mesma oração, fatos que podem indicar indícios de gramaticalização.

f) Outras características recém- observadas, nos séculos XIX e XX, além do apagamento do *se* indeterminador nos tipos de formas verbais que foram aqui analisadas, sem perda do sentido indeterminador, é o uso do infinitivo com *se*, inovação do PB, uma das contribuições dos afrodescendentes na formação do português popular brasileiro.

g) Os exemplos levantados nas atas da SPD escritas no século XIX, ilustram, de certa forma, a participação dos africanos e afro-descendentes na formação do português popular brasileiro, uma vez que as formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente empregadas nessas atas, embora, na sua maioria, estejam acompanhadas do *se* indeterminador, uso canônico da construção lusitana, apresentaram variação nessas construções: ora as FVCIA estão acompanhadas do *se* indeterminador, ora esse clítico aparece apagado junto a essas formas, em contextos de uso do *se* indeterminador.

Duas análises podem ser realizadas desses fatos: quanto à predominância das formas verbais com *se*, pudemos inferir que, sendo os afrodescendentes da SPD alfabetizados pelos seus “senhores”, conforme apresentado no item 2.1.2.1, aprenderam o português europeu, dando preferência às formas verbais finitas com *se*, ou *seja*, sem o apagamento desse clítico, fato que *se* manteria no PB no século XX.

Entretanto, esses afrodescendentes brasileiros inovaram com o apagamento do *se* indeterminador junto às formas verbais do tipo 3ª do singular, o que não era a preferência do português lusitano do século XIX, e continua não sendo no século XX, segundo as pesquisas linguísticas, e introduziram o *se* junto ao infinitivo. O apagamento do *se* junto à forma verbal 3ª do singular, principalmente, é possível que tenha sido introduzido na escrita pelos afrodescendentes, cujas atas apresentam, frequentemente influência da oralidade na escrita e marcas de linguagem, possivelmente não padrão.

O apagamento do *se* indeterminador junto a essas formas verbais e a permanência do sentido indeterminado indica que, mesmo sem a presença do *se* junto a essas formas, é possível uma interpretação indeterminada do agente, pela aquisição do traço semântico indeterminado pelas FVCIA para a mesma finalidade.

Por essas razões, entendemos que as formas verbais do tipo estrutura passiva sem agente expresso, 3ª do singular com *se*, 3ª do singular sem *se*, infinitivo com *se*, infinitivo sem *se*, gerúndio com *se*, gerúndio sem *se* e 3ª do plural sem agente expresso foram empregadas em cartas e atas dos séculos XIX, co-ocorrendo com a indeterminação fato que continuou no século XX, com a mesma finalidade, muitas vezes como forma de dissimulação do agente nos textos.

Assim, concluímos que as hipóteses desta pesquisa se confirmaram, ou seja, outras formas verbais co-ocorreram com a indeterminação do agente no século XIX e passaram ao século XX, configurando-se uma continuidade e estabilidade semântica e sintática desse fato linguístico, as FVCIA apresentaram indícios de gramaticalização, principalmente de acordo com o princípio *especialização* de Hopper(1991).

O apagamento do *se* junto a essas formas verbais e o uso do *se* com infinitivo admitimos como uma contribuição dos afrodescendentes na formação do português popular brasileiro.

Esperamos que os resultados aqui apresentados possam contribuir para uma reflexão a respeito do ensino da língua portuguesa atual no uso de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente, considerando que existem outras possibilidades de formas verbais, além da terceira do plural e das formas verbais acompanhadas do *se* indeterminador, no sentido de diminuir a distância entre o que se ensina e o que efetivamente se usa em termos de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do agente na escrita do PB atual, formas essas muitas vezes empregadas em textos escritos como forma de dissimulação do agente da ação verbal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ACERVO DE ATAS DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. Salvador.
- ACERVO DE ATAS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS/ UNEB/Campus III. Juazeiro - BA
- ACERVO DE ATAS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE JUAZEIRO - BA
- ACERVO DE ATAS DO CLUBE DOS CAÇADORES –Juazeiro - BA
- ACERVO DE ATAS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Salvador
- ACERVO DE CARTAS DA SOCIEDADE APOLO JUAZEIRENSE.Juazeiro - BA
- ACERVO DE CARTAS DAS FREIRAS DO CONVENTO DO DESTERRO.Salvador-Ba
- ACERVO DE CARTAS DE HOMENS ILUSTRES DA BAHIA.UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA.Feira de Santana-Ba
- ACERVO DE CARTAS PARTICULARES.Juazeiro - BA
- ACERVO DE CARTAS DO PROJETO MARIA FRANCA PIRES.DCH III/UNEB.Juazeiro - BA
- ALI, S. (2001[1971]) *Gramática Histórica da língua portuguesa*.São Paulo: Melhoramentos.
- BAGNO, M. (2000). *Dramática da língua portuguesa.Tradição Gramatical, mídia e exclusão*.São Paulo:Loyola
- BAGNO, M.(2007) *Nada na língua é por acaso.Por uma pedagogia da variação linguística*.São Paulo:Parábola.
- BAGNO, M.(2002)(org.)*Linguística da norma*.São Paulo;Loyola.
- BARBOSA, A.S. (2004)Reflexões e propostas para o ensino de língua portuguesa:as formas nominais do verbo.In:VIEIRA,S.R; BRANDÃO,S.F. *Morfossintaxe e ensino de Português: reflexões e propostas*.
- BARRETO, T de M. (1999) *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de Doutorado.Salvador: UFBA
- BECHARA, E. (1999)*Moderna Gramática portuguesa*.Rio de Janeiro: Lucerna.
- BECHARA, E. (1989)*Moderna Gramática portuguesa*.Rio de Janeiro:
- BEVENISTE,E.(1995) *Problemas de linguística geral I*. São Paulo, Campinas:Pontes

- BITTENCOURT, C. (org.) (2007) *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- BITTENCOURT, R.L.C.L. (2008). *No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora, indeterminadora*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA
- BONVINI, E. (2008). Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J.L.; PETTER, M. (orgs.) (2008) *África no Brasil. A formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto.
- BORBA, F. da S. (2005) *A subclassificação verbal revisitada*. Monterrey, México. (Comissão de pesquisa de gramática do português XIV Congresso da ALFAL).
- CAMACHO, R.G. (2006) A gradação tipológica de voz. In *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p.167-189.
- CAMACHO, R. G. (2003). Em defesa da categoria de voz média no português. In: *D.E.L.T.A.* São Paulo: EDUC, v. 19, n. 1, p. 91-122.
- CAMPOS, L. S. (2004) A gramaticalização do *não* como prefixo no português brasileiro contemporâneo. In S.B.COSTA; AV.L.M FILHO. (orgs.) *O português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA.
- CÂMARA JR., J.M. (1985). *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- CAMPEDELLI, S. Y. & SOUZA, J.B. (1999) *Gramática do texto. Texto da gramática*. São Paulo: Saraiva.
- CANÇADO, M. (2005) *Manual de semântica. Noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: UFMG
- CARNEIRO, Z. O. N (2006) *Cartas brasileiras. Um estudo lingüístico-filológico*. Tese de Doutorado. Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem .
- CASTILHO, A. T. de (2006). Proposta funcionalista de mudança linguística- os processos de lexicalização, semanticização, discursivização na constituição das línguas. In LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (orgs.) *Para a história do português brasileiro-novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA
- CASTILHO, A. T. de (2001) *Introdução à linguística cognitiva: relatório científico submetido à FAPESP. Processo 99/10399-9*. Digitado.
- CASTILHO, A .T. (1997) A gramaticalização. In *Cadernos de estudos linguísticos e literários*. Salvador. UFBA

- CAVALCANTE, S.R.O. (1999) *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras
- CAVALCANTE, S.R.O. (2002) Formas de indeterminação na imprensa carioca dos séculos XIX e XX. In ALKIMIM, T. (org) *Para a história do português brasileiro*. vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, p.197-219.
- CHOMSKY, N. (1975) *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Arménio Amado. Tradução de J.A. Meireles e Eduardo Raposo.
- CRISTIANO, M. E.; SILVA, C. R.; HORA, D. (orgs). (2007) *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Idéia.
- CYRINO, S.M.L. (2007) Construções com se e promoção de argumento no português brasileiro: uma investigação diacrônica. In *Revista da ABRALIN*, 2. v.6, 85-116.
- COSERIU, E. (1979). *Sincronia, diacronia e história*. O problema de mudança linguística. Rio de Janeiro: Presença.
- COSTA, S. B. (2003) *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. Salvador: UFBA/IEL. Tese de Doutorado.
- CUNHA, C. & CINTRA, L.F.L. (1985/1983) *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, C. de S. (1993) *Indeterminação pronominal do sujeito*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DIONÍSIO, A.; HOFFNAGEL, J. (2005) *Gêneros textuais: tipificação e interação*. Charles Bazerman. São Paulo: Cortez.
- DUARTE, M.E.L.; KATO, M.; BARBOSA, P. (2003) Sujeitos indeterminados em PE e PB. In: Congresso internacional da ABRALIN, 2. Fortaleza. *Boletim da ABRALIN*, Número especial. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, v.26, 405-409.
- DUARTE, M. E. L.; LOPES, C. dos S. (2002) Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX. In DUARTE, M.E.; CALLOU, D. (orgs.). *Para a história do português brasileiro - Notícias de corpora e outros estudos*. Vol.4. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ, p.155-162.

- DUARTE, M.E.L. (2002). Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In ALKIMIM, T. (org). *Para a história do português brasileiro*. Vol.III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas.
- DUARTE, M.E.L. (1995) *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Campinas, São Paulo: UNICAMP (Tese de Doutorado).
- DUARTE, M.E.L. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito do português do Brasil. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP. p.107-128.
- DUARTE, M.E.L. (2006) *Sujeitos referenciais e não referenciais: mudança e conservação na escrita padrão*. Relatório final ao CNPq.
- FAGGION, C. (2008) *A indeterminação em português: uma perspectiva diacrônica funcional*. Tese de Doutorado. Bento Gonçalves: UFRGS.
- FARACO, C.A. (2005). *A linguística histórica*. São Paulo: Parábola.
- FAUSTO, B. (1994) *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE
- FERREIRA, L.M.A. (2008) Estabilidade e continuidade semântica e sintática. In: CUNHA, M. A. F. ; OLIVEIRA, M. R. ; MARTELOTTA, M. E. (orgs.) *Linguística funcional. Teoria e prática*. (2008). Rio de Janeiro: DP&A
- FURLAN, O.A. (2006) *Latim para o português. Gramática, língua e literatura*. Florianópolis: UFSC
- GALVÃO, V.C.C. (2005) *O paradigma modal epistêmico e evidencial no Português do Brasil (PB) a partir da gramaticalização de achar e de diz que: regras de uso e aplicação ao ensino*. Monterrey, México.
- GALVES, C. (1987). O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (1996). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.
- GIVÓN, T. (1995) *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. v.1
- GIVÓN, T. (1990) *Syntaxe: a functional - typological introduction*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins. v.2.
- GIVÓN, T. (1979) *On understanding grammar*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins.
- GONÇALVES, S.; LIMA-HERNANDEZ, M.; CASSEB-GALVÃO, V. ; CARVALHO, C. (orgs.) (2007) *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola.

- HAWAD, H. F. (2004). A voz verbal e o fluxo informacional do texto. In: *D.E.L.T.A.*, n. 20, p.97-121.
- HÉLIO SILVA, M. C. (2004). *Gêneros textuais: dinamicidade, funcionalidade e multiplicidade*. Recife:UFPE Digitado.
- HÉLIO SILVA, M. da C.(2006) *O se passivo e o se indeterminador:um exercício para uma posterior análise semântica*. Salvador:UFBA Digitado.
- HÉLIO SILVA, M. C.; OLIVEIRA, M. F. (2009) *Agentividade e indeterminação em duas sincronias da língua portuguesa*.PROHPOR/UFBA.Digitado
- HEINE, B.; CLAUDI, U; HÜNNEMEYER, F. (1991).From Cognition to Grammar-Evidence from African Languages. IN: E.TRAUGOTT & B. HEINE (eds.). *Approaches to Grammaticalization*, v.1, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company.
- HEINE,B.(1991a,1991b) *Grammaticalization. A Conceptual Framework*. Chicago: University of Chicago Press.
- HOPPER, P. J. (1991) On Some Principles of Grammaticalization. In: E. TRAUOGOTT,E.; B. HEINE(eds.).*Approaches to Grammaticalization* , v. 1 Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company , pp. 17-35.
- HOPPER, P.; TRAUOGOTT, E.(1993).*Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ILARI, R. ; BASSO,R.(2006) *O português da gente. A língua que estudamos a língua que falamos*.São Paulo:Contexto.
- IKEDA,S. N. (1980). A função de SE. *Cadernos da PUC*,5,São Paulo. .
- KABATEK,J.(2006)Tradições discursivas e mudança linguística. In;LOBO,T. (org.)*Para a história do português brasileiro VI*,Salvador:EDUFBA,p.505-527.
- KATO, M. A.; ROBERTS, I. (1996) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*.Campinas, São Paulo:Editora da Unicamp.
- KATO, M. A.:(1998) *Formas de funcionalismo na sintaxe. D.E.L.T.A.*, v. 14, n. Especial.
- KATO, M. A.;TARALLO,F.(1986).Anything you can do in Brazilian Portuguese.In O.Jaegle and Silva-Corvalan(eds.)*Studies in Romance Linguistics*,Dordrecht: Foris.
- KOCH, I.(2004) *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes.
- LABOV,W. (1994).*Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell Publisher, v. 1.

LEHMANN, C. (1982) Grammaticalization and Related Changes in Contemporary German. In: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.). *Approaches to Grammaticalization*, v. 2, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, p. 493-535.

LICHTENBERG, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: E. TRAUGOTT; B. HEINE (1991) (eds.). *Approaches to Grammaticalization* v. 1. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, pp. 37-80.

LOBO, T. (2001) *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil*. Edição filológica e análise linguística de cartas de particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. 4v (Tese de Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP v II e III

LOPES, C. R. dos S. *A configuração da norma brasileira no século XIX: análise das cartas pessoais dos avós Ottoni*. In LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (2006) (orgs.) *Para a história do português brasileiro*. v. VI, Novos dados, novas análises. Tomo II. p. 781-815

LOPES, C. R. dos S.; MACHADO, A. C. M.; VIANNA, J. B. de S. (2003) *Análise de variedades do português: a introdução de novas formas pronominais na imprensa-séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: UFRJ.

LOPES, C. R. dos S. (1999) *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Letras Vernáculas.

LUCCHESI, D. (2001) *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola.

LYONS, J. (1979). *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Nacional/EDUSP

MACHADO FILHO, A. V. L. (2007). A questão da constituição histórica do português brasileiro: revendo razões. In: *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras

MARCUSCHI, L. A. (2000) *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Recife, UFPE Digitado.

MARTELOTTA, M. E. T. (1996). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ.

MARTELOTTA, M. E. T. et al (2008). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto.

- MARTINS, A. M.(2003) *Construções com se: mudança e variação no português europeu, razões e emoção*.Miscelânea de estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus.Lisboa:Imprensa Nacional-Casa da Moeda,v.2,163-178.
- MATTOS E SILVA, R. V.(2008)*Caminhos da linguística histórica*, São Paulo:Parábola.
- MATTOS E SILVA, R. V.(2004) *O português são dois...Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo:Parábola.
- MATTOS E SILVA,R.V.M(2006) *O português arcaico:fonologia, morfologia e sintaxe*.São Paulo:Contexto.
- MATTOS E SILVA,R.V.M(2004) *Ensaio para um sócio-história do português brasileiro*.São Paulo:Parábola.
- MATTOS E SILVA, R. V.(1999) Orientações atuais da Linguística Histórica Brasileira. *DELTA*, v.15. Número Especial. São Paulo. pp147-166. Disponível em:< <http://www.scielo.br>.> Acesso em: 24/09/2007.
- MATTOS E SILVA,R.V.M (1996)Variação, mudança e norma.In *Diversidade linguística e ensino*.Salvador:EDUFBA
- MATTOS E SILVA,R.V.M.(1995) A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões.*Boletim ABRALIN*,17:73-86.
- MATTOS E SILVA,R.V.M(1995)*Contradições do ensino do português*.São Paulo/Salvador:Contexto/EDUFBA.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1993).Entre teorias, métodos e dados:de como abordar a mudança no Tempo Real da Língua Portuguesa. *Anais do VII encontro nacional da ANPOLL*.v.2.pp870-75.
- MATTOS E SILVA,R.V.M.&LUCCHESI, D.(1993) O banco de dados do Programa para a História da Língua portuguesa-PRHOPOR *Comunicação apresentada no Seminário sobre a informação de acervos da língua portuguesa*. Campinas:UNICAMP.Digitado.
- MATTOS E SILVA,R.V.M (1991) *Linguística histórica: o estado da questão e reflexos sobre estudos históricos do português*. Salvador:UFBA Digitado
- MATTOS E SILVA,R.V.M(1989)*Estruturas trecentistas:elementos para uma gramática do português arcaico*.Lisboa:Imprensa NacionalCasa da Moeda
- MILANEZ, V.(1982) *Recursos de indeterminação do sujeito*. Dissertação de Mestrado Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

- MIRA MATEUS *et al*(2003).*Gramática da língua portuguesa*.Lisboa:Caminho.
- MONTEIRO, J. L.(2002)*Morfologia portuguesa*.Campinas:Pontes.
- MONTEIRO, J.L.(1994)*Pronomes pessoais:subsídios para uma gramática do português do Brasil*.Fortaleza:EUFC
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L.(orgs.).(2003) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo:Contexto.
- MONTEIRO, J. L.(1994).*Morfologia portuguesa*. Campinas:Pontes.
- MOTA, J.; ROLLEMBERG, V. (orgs.) (1994). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*. materiais para seu estudo. Salvador: EDUFBA
- MOURA NEVES, M. H. M (2001) *A Gramática Funcional*. São Paulo: . Martins Fontes
- MOURA NEVES,M.H. de.(2000) *Gramática de usos do português*.São Paulo:UNESP
- MOURA NEVES, M. H. M.(1994) *Uma visão geral da gramática funcional*. ALFA , V. 38 p. 109-127.
- MOURA NEVES, M. H. M.(2002)*A gramática:história, teoria e análise, ensino*.São Paulo:UNESP
- MOURA NEVES, M. H. (2004)*A vertente grega da gramática tradicional:uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*.São Paulo :UNESP
- MUSSALIN, F. BENTES, A. C. (orgs.)(2004) *Introdução à linguística. Fundamentos epistemológicos*. São Paulo:Cortez.v.3 p.219-250
- NARO, A.J.(1976) The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. In *Language*.
- NARO,A.J.(1997). Evidências históricas para uma análise da voz passiva. In *Anais do III Congresso Nacional de Estudos de Linguística e Literatura*. Rio de Janeiro:Três A; Suam, p. 119-127.
- NARO,A.J.;SCHERRE,M.(2007)*Origens do português brasileiro*.São Paulo:Parábola
- NASCIMENTO, M. do.(1990)Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua.*D.E.L.T.A.* ,v 6,n. 1, p. 83-98.
- NUNES, J.(1990) *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudo da Linguagem/ UNICAMP.

- NUNES, J. (1991) *Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n.20, p.33-58, jan./jun.
- NUNES, J. (1995) *Ainda o famigerado se. D.E.L.T.A.*, São Paulo. v.11, n.2. p.201-240.
- OLIVEIRA, K. (2005) *Negros e escrita no Brasil do século XIX. Sócio história. Textos escritos por africanos e afrodescendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?.* Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, Instituto de Letras. v. I e II
- OLIVEIRA, M. F. de (2004) *A voz passiva no período arcaico do português e inícios do moderno.* In S.B COSTA.; A.V.L. MACHADO FILHO (orgs). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: Edufba. p.163-174.
- OLIVEIRA, M. F. (2005) *A voz passiva portuguesa: um estudo diacrônico.* Dissertação de Mestrado. UFBA
- PAGOTTO, E. (1998) *Norma e condescendência: ciência e pureza.* Comunicação apresentada ao I Congresso da ABRALIN. UFBA, Salvador (digitado).
- PERINI, C. A. (1989) *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções.* São Paulo: Ática.
- PERINI, C. A. (1998) *Gramática descritiva do português.* São Paulo : Ática.
- PERINI, C. A. (2008) *Estudos de gramática descritiva.* São Paulo: Parábola.
- PESSOA, M. de B. (2003) *Formação de uma variedade Urbana e Semi-Oralidade.* Tese de Doutorado. Tubgen: Max Niemeyer..
- PEZATTI, E. G. (2003) *O funcionalismo em linguística.* In: MUSSALIN, F. BENTES, A. C. (orgs) *Introdução à linguística. Fundamentos epistemológicos.* São Paulo: Cortez. v.3 p.165-218.
- POGGIO, R. M. G. F. (2002) *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista.* Salvador: EDUFBA.
- PONTES, E. S. L. (1986). *Sujeito: da sintaxe ao discurso.* São Paulo: Ática; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória.
- PONTES, E. (1987). *O tópico no português do Brasil.* Campinas: Pontes.
- POSSENTI, S. (1997) *Porque (não) ensinar gramática na escola.* Campinas: Ática
- RESENDE, V. de M.; GOMES, M C. A.; LIMA, B. de A .F.; LADEIRA, J. D. (2000) *Voz passiva: uma proposta de análise semântica.* São Paulo: USP. (Digitado)

- RIBEIRO, I.(1999) A mudança sintática do português do Brasil é mudança em relação a que gramática? In CASTILHO,A.T.de.(org). *Para a história do português brasileiro*.São Paulo:USP.(Primeiras idéias1)
- RIBEIRO, J.(1914[1884]) *Grammática Portuguesa*. Belo Horizonte:Livraria Francisco Alves & C. pp.67;226-228;331-338.
- ROLLEMBERG, V. *et al* (1991) Os pronomes pessoais e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. In:*Estudos linguísticos e literários*.Salvador,UFBA,11:53-74.
- SANTANA, N.M.(2006) *A indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano*. Dissertação de Mestrado.Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras.
- SAID ALI, M.(2001[1971])*Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro:Melhoramentos
- SCHERRE, M.(2005) *Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola.
- SCHERRE, M.(1999) Preconceito linguístico: doa-se lindos filhotes de poodle. In HORA, D. da; CHRISTIANO, E. (orgs.) (1999) *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa:Idéia
- SAUSSURE, F.(1977) *Princípios de linguística geral*. São Paulo: Cultrix
- SOUZA, E.H.M. (2003) *A multifuncionalidade do ONDE na fala de Salvador*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras.
- TARALLO, F.(1996) Diagnosticando uma gramática brasileira: O português d'aquém e d'além- mar ao final do século XIX. In ROBERTS,I.;KATO, M.*Português brasileiro.Uma viagem diacrônica*. São Paulo: Editora da UNICAMP.
- TARALLO, F (1991) Reflexões sobre o conceito de mudança linguística. *Organon*. Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRS, 18,5, 11-22
- TARALLO, F.(1985) *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Princípios.
- TAYSSIER, P.(2007) *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes (Trad. Celso Cunha)
- TRAUGOTT, E. (1980). Meaning - change in the Development of Grammatical Markers. *Language Science* 2, p. 44-61.

- TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (1991) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam. Philadelphia: John Benjamin's. v.1 . /v.2
- TRAVAGLIA, L. C. (2002). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo:Cortez
- TUPINÁ, H. M.(1984) Abrangência pessoal dos processos de indeterminação do agente. *Alfa*, São Paulo, n.28, p.63-69.
- VIGOTSKY, L.S(1996b) *Pensamento e linguagem*. São Paulo:Martins Fontes
- VITRAL, L.(2006) A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In LOBO, T.; RIBEIRO, I. ; CARNEIRO, Z. ; ALMEIDA, N (orgs.) *Para a história do português brasileiro*. v. VI, Novos dados, novas análises.Tomo I,p.107-133.
- WEINREICH, U, LABOV, W. & HERZOG, M.(2006[1968]) *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola
- WEY, V. *Língua Portuguesa*. (1969) São Paulo: Brasil.v. 1

EXEMPLÁRIO ATAS- SÉCULO XIX

ATAS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

“Occupando de novo a cadeira presidencial, e nada mais *havendo a tratar-se*, o presidente marcou o dia 3 de Maio próximo para a sessão solene(...)”;

“(...)os quaes achando tudo conforme, (...)aprovado nas demais Villas coligadas que têm acclamado a Sua Alteza Real Regente Constitucional deste Reino do Brazil e seu Perpetuo Defensor e Protector, *se lhe deu* assento, e exercício das Funcções de Deputado á este Conselho Interino de Governo desta Província.”;

”E para constar *se mandou* lavrar o presente Termo assignado pelo Senhor Presidente e Membros, (...);

“(...) e logo *sendo vistos* os papéis (...) e *se achar* tudo em forma (...);

“(...) *se lhe deu* no mesmo Conselho o competente assento;(...)”;

“(...) e *apresentando* ao Sr Presidente copia da acta da eleição e procuração,

(...) e *colligindo se della haver sido nomeado* na forma proposta no projecto(...);

“(...) e de tudo por constar mandou o Senhor Presidente e mais Senhores Deputados que *se lavrasse* o presente termo em que todos se assignão(...)”;

“(...)e logo *se lhe deu* assento no Conselho Interino de Governo.”;

“ E para constar *se mandou lavrar* a presente Acta assignando nella o Senhor Presidente, commigo secretário, e mais Senhores Deputados .”;

”(...)ahi *se tomou* em consideração a necessidade de mandar uma Deputação ao Sereníssimo Príncipe Regente ,(...)”;

“(...) visto que presentemente *se acha* já um numero sufficiente(...);

”(...) para d'elle *se poder fazer* aquella nomeação,(...)”;

“Assim *se deliberou*, (...)”;

“(...) e *prodecendo-se* a votação sahiram nomeados(...)”;

“Aos cinco dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e vinte e dous, (...)e *colligindo se* d’ella que fora nomeado na forma do Projecto adoptado pelas Villas colligadas,(...)”;

“A sociedade unanimemente deliberou que se *agradecesse* a S. Ex. a sua offerta.”;

“Em seguida *passou-se a deliberar* sobre a apparição do *Periódico do Instituto*, notável necessidade d’essa sociedade.”;

“*Deu-se conta*(...)”;

“(...) de *se haver enviado* os respectivos officios aos sócios dessa mesma sociedade-(...)”;

“*Levantou-se* a sessão ás 2 horas da tarde.”;

“Em seguida *tratou-se* de diversas matérias importantes e em seguida do seu *Periódico* que devera sahir brevemente.”;

“Depois de *lida a acta* da sessão anterior,

(...)que *foi aprovada*,

(...)*leu-se* um officio da commissão que representou o Instituto no acto solemne de inauguração da estátua equestre do Sr D. Pedro I,(...)”;

“Proponho que se *reforme* o art. 1º dos estatutos(...)”;

“*Finda a sessão* declarou,
(...)que no domingo próximo *proceder-se-hia* á eleição dos novos funcionários”;

”O Sr M. Correia Garcia, pedindo a palavra, motivou um requerimento que apresentou, para que *fosse investigado* o subterrâneo

(...)que no pavimento da Cathedral se *encontrou* obobadado,(...)”;

”(...)nomeando-se uma commissão de archeologia para esse exame,(...)”;

“(...)officiando-se ao governo da provincia para dar o seu consentimento,(...)”;

“(...) obtendo-se igual faculdade do Exm. Prelado,(...)”;

“- que se assim não for necessária a faculdade do governo, *se officie*, então, ao mesmo,

“(...) em que *se solemnisasse* a memória, sempre chara e indelével, do Exm, e Reverb. Sr Márquez de Santa Cruz,(...)”;

“(...) mas este ponderou que para que esta biographia fosse completa, por isto mesmo que *se tinha de tratar* de um vulto tão eminente e grande, seria conveniente fossem della encarregados diversos oradores(...)”;

“Propoz o Sr Raposo d’Almeida *se marcasse* de uma maneira que não deixasse duvida no presente, como no futuro(...)”;

“(...) *sendo ouvida* com a mais profunda atenção e unanimemente considerada e aprovada, levantou-se a sessão ás 4 horas da tarde.”;

“Em seguida, o Dr Presidente declarou que o desejo dos signatários dos convites era installar o actual Instituto no dia 3 de maio, (...) só no dia de hoje *poude-se* levar a effeito a installação do Instituto(...)”;

“E nada mais *havendo a tratar*, o Dr Presidente declara levantada a sessão (...)”;

“(...) fez varias considerações sobre as causas que ocorreram para tão grandioso acontecimento e concluiu, pedindo que *se inserisse* na acta um voto de congratulações pelo mesmo a niversario(...)”;

“Às 12 horas no salão do Instituto e sob a presidência do Dr Tranquilino Torres e com a presença dos Srs conegos (...) *abriu-se* a sessão.”;

“*Lida e aprovada* a acta da sessão anterior, passou-se ao expediente que constou de numerosas communicações de sociedades estrangeiras congeneres,(...)”;

“(...) e *tendo-se* verificado pertencer a esse numero o Dr .Antonio Augusto Sacramento Blacke(...).”;

“(...) e nada mais havendo a *tratar-se*[...].”;

“Depois de *lida* a ata da sessão *realizada* em(...).”;

“Em seguida *foi lido* e submetido à discussão o orçamento” .;

“*Lida* ata da sessão anterior(...).”

“*Posto em votação o referido assunto(...).”;*

“*Constituída a mesa propoz que a nova associação fosse considerada.”;*

“*(...) e logo sendo vistos os papeis e se achar tudo em forma(...).”;*

“*(...) e procedendo-se à votação sahiram nomeados o Srs Deputados(...).”;*

“*Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente.”*

ATAS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS

“Aos oito dias do mês de Novembro de 1840(...)ficou asentado por maioria devotos a todos Irmãos para darem todos omezes ou como melhor lhe comvier, a quantia de quatro milreis(...)parasefazer o Foro emais preparatórios donosso San tuario(...).”;

“*(...) ficando adiado a sereceber o Cortado Ex Thezoureiro o Imão Francisco de Borgem Xavier.”;*

“Aos dezoito dias domes de outubro do anno de 1840(...) ficando adiado o se tomar aConta do thezoureiro(...).”;

(...) para seareceber aConta do Ex Thezoureiro emais papeis a Vulso”;

“Aos vinte dias da mes de Setembro (...) de 1840 endia damissa solene da nosa Padroeira finda esta, *comesou* os trabalhos da nossa devoção em vertude do capitulo 4, Artigo 19 donosso compromisso(...).”;

(...) e se prosedendo aeLeiçaõ Ssahiraõ Eleitos os Irmãos seguintes(...).”;

“Aos onze dias do mês de setembro (do anno) de mil e oitocentos e quarenta e dois(...)deuse cumprimento da Eleição o que foi deliberado pela meza de quatro de setembro(...).”;

“Aos sete dias do mês de Março de mil eoitocentos e quarenta e hu(...) estando o Irmão 1º Secretário fazendo Vezes de Provedor por Mulestia do atual comos mais Irmãos abaxo a Sinado não *sedeu* cumprimento ao que ficouadiado.”;

“Aos vinte e cinco dias do mes de Fevereiro(...)de mil e oitocentos e quarenta e quatro(...)depois dos mais trabalhos da devoção *posse* em prática o termo de 4 de Abril de 1841(...)”;

“(...) e *mandose* que *ficase* corendo deste dia endiante(...)

(...) para se *retirar* dos Mencaes(...)”;

“Aos tres dias do mes de Março de 1844(...)Estando presente o nosso Irmão visce Provedor emais mezarios em acto de Meza e reunião *fez* se o trabalhos da votação.”;

“Aos 4 dias do mês de Agosto de mil e oitocentos e quarenta e quatro, estando o veçe Provedor e mais mezarario *fes* ce o trha balho na ordem do Costume.”;

“Aos tres dias do mes de Março de 1844 com paricer o Irmão Provedor e mais Meario *fes* ce o trabalho da devoção na forma de costume(...)

(...) e fin do o thra ba lho *tra toçe*(...)

(...) de se *fazer* a comição.”;

“Aos sete dias do anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus christo estando o Irmão Provedor e mais mezarios en acto de meza e reuniaõ na forma de costume *fes*se os trabalhos na forma da Lei.”;

“Aos 12 dias do mes de outubro(...)de 1845 estando o Irmão Provedor e mais Irmãos(...) *deu* se cumprimento a respeito da carta(...)

(...) o que foi de cedida para se *mandar chamar* o dito Irmão Pedro Mártires.”;

“*Foi ordenado* mas em Vertude daLei que os Irmãos que tiver discutindo outro qualquer irmão não lhe tomará a palavra sem que aquelle aCabe(...)”;

“(...) o Irmão que pedi secoro a esta Devoção que estiver devendo ao Cofre multas e Mencaes se *irá tirando* gradualmente o que estiver devendo(...)”;

“(...) e fica aguiado a *tratase* sobre a Representação do Irmão Marcos Joze do Rozario(...).”

“(...) outro sim fica para se *entregar* o dinheiro(...)

(...) e também fica aguiado para *serever* contas(...)”;

“Aos 16 dias domes de agosto(...)de 1846 achando-se o Irmão Provedor em as Irmão em Meza extraordinaria *deuse* comprimento o que ficou aguiado(...)

(...) e por mahioria devotos *foi deliberado* para adita Comisaõ dá comprimento ao que está encaregada(...).”

(...)Também *foi ordenado*(...)

(...) *trocasse* Vinte e quatro mudas(...)

(...)cujos mezarios que assim apraticaraõ *foraõ perduados* da Multa(...).”;

“(...)tam bem *foi deliberado* por mahioria aexceçaõ de dois Irmãos (sobre) o Pinhor de Francisco Joze Pepino(...).”;

“Aos trinta dias domes de Agosto do anno de 1846 Estando o Irmão Provedor em as Mezarios em Meza extraordinaria *deuse* comprimento ao que ficou Aguiado(...).”;

“(...)e *fica aguiado* para no Domingo 1º do mês de Setembro(...)

(...) *setratar* naVenda dos Pinhores.”;

“Aos dois dias do mez de Novembro do naçimento de Nosso Senhor Jesuz Christo estando o Provedor e mais Mezários em acto de meza *fez se* o trabalho do costume (...).”;

“(...) e *ficando a decidir* As mencionadas contas do exthezoreiro(...).”;

“(...) e por estar conforme mando o irmão Provedor *fesse*(...)

(...)ou *passaçe* o termo em que todos assinamos.”;

“Aos treze dias do mez de maio de hum mil e oito sentos e quarenta e sei(...)/*eu ce* o requerimento do nosso Irmão Henriques Cardozo da Costa(...).”;

“(...)de mais taõ bem ficou adiado para primeira Reuniaõ *atratarçe* do Artigo 36 apedido do nosso Irmão segundo secretario Jovencio Rodrigues Pinheiro.”;

“(...)e sobe o Artigo Trinta e seis que tan bem *se tratou* ficase para ser cartiado aos ditos Irmãos para cumpri o dito Artigo.”;

(...)”Estando presente o nosso Irmão Provedor E mais Mezaros fez se os trabalhos de costume.”;

“Aos cinco dias do mez de Julho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo Estando presente o nosso Irmão Provedor e mais mezaros em acto de meza e reunião do costume fez se os trabalhos do extillo(...)

(...)Leu çe o requerimento do nosso Irmão Marcos Joze do Rozaario(...)

(...)vendo o que nelle disse o que ficou para se dar comprimento(...).”;

“(...) ou dispois que se tivesse acabado o trabalho(...).”;

“(...) para que já se havia acordado os Irmãos por hum extraordinário(...).”;

“(...) foi para se tratar em dois açuntos.(...).”;

(...) 2º tratose saber os Irmãos que tinha seus Pinhores antes do termo(...)

(...) em que se tratou para os Irmãos pagar a hum por sento.”;

“Aos dois dias do mez de Agosto de hum mil oito sentos e quarenta e seis(...) Leuçe o requerimento o do Irmão Serafim dos Anjos.”;

“Leuçe o requerimento do Irmão Pedro Martes pedindo ao provedor uma Licença sem tempo(...)

(...) o Deszejo do tal Irmão foi decidido pela Maioria para se dar cinco meze de Licença.”;

“Leu-se o requerimento do nosso Irmão vendo o que nele disse.;

“E para constar se mandou lavrar o presente termo.;

“(...) estando o vence Provedor e mais mezarío fece o trabalho.”;

“(...)explicando-se e abandonando-se na conta do dito sujeito.”;

“(...)deu-se Comprimento o que ficou aguiado.”;

“(...) demais Leu çe o requerimento no nosso Irmão.”;

(...) fez os trabalhos na forma da Lei.”;

“(…) *fece* os trabalhos na forma da Lei.”;

“(…) cotas de secorro que *lhe for consedido se irá tirando* gradualmente.”;

“Aos onze dias do mês de setembro (do anno) de mil e oitocentos e quarenta e dois (…) *deuse* cumprimento da Eleição o que foi deliberado pela meza de quatro de setembro (…).”;

“Aos sete dias do mês de Março de mil e oitocentos e quarenta e hu (…) estando o Irmão 1º Secretário fazendo *Veze* de Provedor por *Mulestia* do atual como mais Irmãos abaxo a *Sinado* não *sedeu* cumprimento.”;

“(…) e *mandose* que ficasse *corendo* deste dia *endiante* (…).”;

“Aos tres dias do mes de Março de 1844 (..)Estando presente o nosso Irmão visce Provedor emais *mezarios* em acto de Meza e reunião *fez se* o trabalhos da votação.”;

“Aos 4 dias do mês de Agosto de mil e oitocentos e quarenta e quatro, estando o *veçe* Provedor e *mas* *mezario* *fes ce* o *trha* *balho* na ordem do *Co tume*.”;

“Aos tres dias do mes de Março de 1844 com *paricer* o Irmão Provedor e *mas* *Meario* *fes ce* o trabalho da *devoção* na forma de *custume*.”;

“(…) e *fin do* o *thra* *ba lho* *tra toçe* (…).”;

“Aos sete dias do anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus christo estando o Irmão Provedor e mais *mezarios* em acto de meza e reunião na forma de *costume* *fesse* os trabalhos na forma da Lei.”;

“Aos 12 dias *domes* de outubro(…)de 1845 estando o Irmão Provedor e mais Irmãos(…) *deu se* cumprimento a respeito da carta.”;

“Aos vinte e cinco do mes de Fevereiro(...)de mil e oitocentos e quarenta e quatro (...) depois dos mais trabalhos da devoção *posse* em prática o termo de 4 de Abril de 1841.”;

“Aos 16 dias do mes de agosto[...]de 1846 achando-se o Irmão Provedor e mais Irmão em Meza extraordinaria *deuse* comprimento o que ficou aguiado (...).”;

“Aos treze dias do mez de maio de hum mil e oito sentos e quarenta e sei (...) *leu ce* o requerimento do nosso Irmão Henriques Cardozo da Costa.”;

“(...) e sobe o Artigo Trinta e seis que tan bem *se tratou* ficase para ser cartiado aos ditos Irmãos para cumpri o dito Artigo.”;

‘Aos cinco dias do mez de Julho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo Estando presente o nosso Irmão Provedor e mais mezarior em acto de meza e reunião do costume *fez se* os trabalhos do extillo.”;

“*Leu çe* o requerimento do nosso Irmão Marcos Joze do Rozaario.”;

“(...) ou dispois que *se tivesse* acabado o trabalho.”;

“(...) *Fese* os trabalhos na forma da Lei.”;

“*Fez se* os trabalhos na forma do extillo.”;

“Aos vinte dias do mês de Setembro (...) de 1840 endia damissa solene da nossa Padroeira finda esta, *comesou* os trabalhos da nossa devoção em vertude do capitulo 4, artigo 19 do nosso compromisso (...).”;

“(...) mandou o Provedor *Lavrasse* o termo.”;

“(...) *comesou* os trabalhos da nossa devoção.”;

“*Leu çe* o requerimento do nosso Irmão *vendo* o que nelle disse .”;

“(...) *fes* os trabalhos na forma da Lei.”;

“(...) o que *foi de cedida*;

“*Foi ordenado* mas em Vertude da Lei que os Irmãos que tiver discutindo outro qualquer irmão não lhe tomará a palavra sem que aquelle a Cabe (...).”;

“(...) e *fica aguiado*(...);

“(...) e também *fica aguiado* (...);

“(...) Também *foi ordenado*(...);

“(...)cujos mezaríos que assim apraticaraõ *foraõ perduados* da Multa (...).”;

“(...) *fica aguiado* para no Domingo 1^o do mês de Setembro(...).”;

“(...)Também foi ordenado *trocasse vinte e quatro muedas*.”;

(...) e por estar com frome Mandou *fizez* esse termo.

EXEMPLÁRIO ATAS - SÉCULO XX

ATAS DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

“Hoje, 7 de março de 1990, faz 73 anos que foi fundada a Academia de Letras da Bahia.”;

“Aos vinte e quatro dias do mês de Outubro do anno de mil novecentos e dezessete(...), *reuniu-se* sob a presidência do Sr Dr Gonçalo Muniz, a Academia de Letras da Bahia.;

“*Approvada a ata* da sessão anterior, é assignada, e *passa-se á ordem do dia.*”;

“Nada mais *havendo a tratar*, foi encerrada a sessão às 11 horas”;

“ Em seguida, *procedeu-se* a eleição para a vaga da cadeira nº 36 da Academia(...).;

“O Presidente academico Carlos Ribeiro indaga quantos votos são precisos para que haja eleição *tendo-se* apurado que a eleição no presente momento pode ser feita com dezessete votos.;

“(...) portanto, havendo numero mais do que sufficiente para *se proceder* a eleição”.;

“*Abertos os votos* dos ausentes e depois dos presentes *apurou-se* que o padre Manoel de Aquino Barbosa obteve dez votos dos acadêmicos ausentes e nove dos presentes”;

“ e não *havendo* nada mais a *tratar* o presidente acadêmico Carlos Ribeiro declarou encerrada a sessão.”;

“Aos seis dias do mês de dezembro de 1945, em sua sede provisória, à Biblioteca Pública, *reuniu-se* a diretoria da Acaddemia de Letras da Bahia, às 20 horas,(...)”(Dezembro);

“O Sr Presidente, *tratando-se* da homenagem que, no próximo dia 14 seria prestada ao Acad. João Fróes, deu conhecimento aos presentes dos termos da mensagem(...).;

“Depois de considerações sobre as prováveis rendas e despesas da Academia apresentou um projeto de orçamento da Academia para o ano de 1946, *notando-se* no mesmo um perfeito equilíbrio entre as receitas e as despesas.”;

“*Resolveu-se* também *ceder-se* ao nosso auxiliar Sr Joaquim Dias Ribeiro, para residência com sua família, (...)”;

“*Tratando-se* de assuntos relativos a nova sede o Acad. Heitor Fróes aproveitou o ensejo para oferecer a Academia a cópia da exposição de motivos (...)”;

“Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de 1946, em sua sede à Avenida- Sete-283 (...) *reuniu-se* a Academia de Letras da Bahia”;

“*Tratando-se* da comemoração do centenário de nascimento de Pacífico Pereira, disse o Acad. Pinto de Carvalho ter entrado em entendimento (...)”

“*Atendendo-se*, entretanto, às possibilidades financeiras da Academia, ficou assentado (...)”;

“O Acad. Presidente consultou à Academia sobre se *se podia dispor* dos 50 mil cruzeiros doados pelo Banco do Brasil, (...)”;

“Usaram da palavra sobre o assunto váaarios acadêmicos, ficando resolvido se *pedisse* esclarecimento sobre o fato (...)”;

“*Dada a palavra* ao Acad. Guilherme de Andrade para fazer o 4º de hora Literária, este citou fatos da vida dos poetas Filemon de Menezes, José Domingos e Leovigildo de Melo Leite, *reportando-se* à origem dos mesmos (...)”;

“Historiando a vida dos três, *demora-se* na de Filemon.”;

“Aos 12 dias do mês de setembro de 1946 (...) *reuniu-se* a Acad. de Letras da Bahia (...)”;

“O Acadêmico Manoel Barbosa propoz e foi aceito, *se telegrafasse* ao Acadêmico Luiz Viana Filho (...)”;

“Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 1947 (...) *reuniu-se* em sessão ordinária a Academia de Letras da Bahia.”;

“*Tratando-se* de escolha da comissão que deverá julgar os trabalhos apresentados no concurso de obras sobre Castro Alves (...)”;

“(...) o Senhor Presidente encerrou a sessão, *lavrando-se* a presente ata(...)”;

“Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1950(...) o presidente acadêmico Pinto de Carvalho declarou aberta a sessão para *ouvir-se* a conferência do Professor Claidomir Girão(...)”;

“*Dada* a palavra ao conferencista este leu substancioso trabalho(...)”;

“E por nada mais *haver a tratar deu* por terminados os trabalhos do dia, (...)”;

“(...) *mandando lavrar* a presente ata(...)”;

“Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de 1953(...) *Encerrou-se* a sessão com palavra de agradecimentos do Presidente(...)”;

“Aos 24 dias do mês de março de 1960(...) *constituída a mesa* (...)”;

“(...) e *iniciados os trabalhos*(...)”;

“Aos 12 dias do mês de novembro de 1964, às 21 horas, na sala Gremio Literário, (...) *realizou-se* a reunião da Academia de Letras da Bahia”;

“Nelson Oliveira dirigiu ao Governador do Maranhão, propondo a mudança do nome de Ponta da Boa Vista, onde se deu o naufrágio que resultou na morte de Gonçalves Dias, para “Ponta Gonçalves Dias, *erigindo-se* no local marco comemorativo.”;

“Aos 24 dias do mês de novembro de 1969(...)“*Constatado o número de votos, verificou-se* a escolha, unânime, do nome do Dr Jayme de Sá Menezes, (...)”;

“Com a presença dos academicos(...) *realizou-se* mais uma reunião da Academia de Letras da Bahia.

“Não havendo quorum, *não se realizou* a eleição.

“Aos sete(7) dias do mês de março de 1983, *reuniu-se* a Academia de Letras da Bahia(...)”;

“*Seguiu-se* o descerramento de uma placa alusiva à comemoração na sala do Museu da Academia (...)”;

“(...) em seguida, *procedeu-se* à inauguração do Auditório Magalhães Neto.(...)”;

“E nada mais *havendo a tratar foi encerrada* a sessão(...)”;

“Aos 18 de março de 1988(...)o Presidente abriu a primeira sessão ordinária(...) A Acadêmica Hildegardes Vianna (...) em Goiás, soube de uma iniciativa para *realizar-se* um encontro das mesmas Academias;(...)”;

“Se esta era a opinião de Sílvio Romero, *deve-se estranhar*, (...)”;

“ Precisamente com uma sessão em que *se processará* um revezamento é que estamos abrindo , neste ano, as nossas atividades.” (Março/1990);

“Nas vezes anteriores esta abertura costumava ser feita com uma sessão solene em que *se lançavam* prêmios literários,(...)”;

“(...) *se dava posse* a um novo confrade,(...)”;

(...) *se inaugurava* esta nova sede.”;

“(...)estamos reunidos na mais importante de nossas reuniões, as sessões em que *se escolhe* um sucessor para um confrade cujo amigável convívio acabamos de perder.”;

“*Procedeu-se* em seguida à votação, (...)”

“(...) com a previsão de 15 votos para *eleger-se* o sucessor do Acadêmico Altamirando Requião.”;

“Como de praxe *obedecceu-se* à ordem de assinaturas no livro de presença,(...)”;

“Às 17 horas e 32 m. *encerra-se* a votação.”;

“Enquanto *se aguarda* a presença do eleito na sessão(...)”;

“(...) *anunciavam-se* os seguintes convites:...”.

“*Constatado* o número de votos *verificou-se* a escolha unânime(...)”;

“(...)até se verificar todos os métodos de governo.”;

“Aos vinte e quatro dias do mês de março de 1960(...)constituída a mesa e *iniciados* os trabalhos(...)”;

“Agradecendo a confiança em mim *depositada*(...)”;

“(...) *foi escolhido* o acadêmico Heitor Fróis.”;

“Nada mais havendo, *foi dada* a palavra ao Acadêmico Cristiano Muller.”;

“Do que para constar *foi lavrada* presente ata.”;

“E por nada mais *haver a tratar* deu por terminados os trabalhos do dia.”;

“-se a Academia de Letras da Bahia.”;

“*Encerrada* a discussão, *foi aprovada* a ata.”;

ATAS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS –UNEB/III

“Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e noventa às dezessete horas *realizou-se* a reunião extraordinária do Departamento de Ciências e Letras FFCLJ(...).”;

“No sexto item da pauta *deliberou-se* por indicar a professora(...) para participar da Comissão(...).”;

“*Deiberou-se* ainda neste item por *verificar* a possibilidade(...).”;

“E nada mais havendo *a tratar* eu lavrei a presente Ata.”;

“Aos dezessete dias do mês de outubro de hum mil novecentos e noventa e um *realizou-se* a reunião extraordinária do Departamento (...)”;

“No primeiro item, *justificou-se* à plenária que a ata não seria lida, pois a mesma não estava pronta até o momento.”;

“Apesar de existirem experiências negativas na implantação de Colegiados em outras Universidades, *acredita-se* que esta prática não representa empecilho para que o mesmo seja aqui implantado,(...)”;

“(...) *garantindo-se*, portanto, uma gerência participativa para que assim o referido colegiado contemple aos anseios e interesses da maioria”;

“Na página 46, verso, linha dez, onde se lê Encontro preparativo, (...)”;

“(...) *leia-se*: Encontro preparatório.” ;

”Na mesma página, linha 28, onde se lê : leitura da apresentação e da justificativa, (...);

“(...)acrescente-se objetivos e disciplinas que compõem o Colegiado de Curso.”;

“Dada a palavra ao conferencista Paulo Ormino de Azevedo(...);

“E nada mais havendo a ser *tratado* foi encerrada a sessão.”(Setembro/1992);

“Aos quatro dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e noventa e dois, *realizou-se* a reunião ordinária do Departamento(...);

“(...) ficando a sugestão para os professores de *se fazer* um estudo dos possíveis professores para a formação de Bancas”;

“(...) a plenária deliberou por aguardar as informações(...)para posteriormente *se proceder* os encaminhamentos devidos.”;

“Deliberou-se ainda neste item, por verificar a possibilidade de um professor da região ministrar a disciplina,(...)”;

“(...)propõe-se que seja utilizado um outro instrumento de avaliação para os alunos faltosos,(...)”;

“(...)pois *entende-se* que os mesmos têm esse direito(...);

“Nada mais *havendo a tratar*, a reunião foi encerrada(...);

“Às vinte e uma horas *encerrou-se* a votação(...);

“(...) e *deu-se* início a apuração,(...)”;

“(...)obtendo-se o seguinte resultado : (...);

“Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, *realizou-se* na sala da Direção, a sétima reunião extraordinária do Conselho de Unidade,(...)”;

“Após a leitura, *observou-se* que no item’Atividades Desenvolvidas’ faltou a Participação no Seminário da UNEB.”;

“ No quinto item, a professora(...)apresentou a necessidade de *se realizar* um levantamento de dados sobre as representações da FFCLJ. E suas atuações junto aos órgãos ou setores da comunidade,(...)”;

“*Procedeu-se* uma votação, (...)”;

“(...)vencendo a proposta de *se manter* o texto original(...)”;

”*Deliberou-se* também que a Unidade deverá assumir o passe de locomoção dos funcionários(...)”;

“A proposta sugeria que *se trabalhasse* primeiro com os chefes dos setores administrativos e acadêmicos.”;

“No nono item o professor(...) informou que participou de reunião com os professores envolvidos (...) e que *discutiu-se* muito(...)”;

“Após apresentação do RE do NUEC, a plenária sugeriu que *se solicitasse* dos Coordenadores a apresentação de um relatório(...)”; (Março/1997);

“O professor(...)sugeriu que *se encaminhasse* um comunicado ao DCE,(...)”;

“(...) *deliberou-se* pela apresentação dos referidos relatórios no dia 17/03”;

“A profa(...)sugeriu(...)a retirada do segundo item da pauta por não ter apresentado o Relatório(...)devido à extensão das atividades acadêmicas até meados de janeiro/97, após o que *tornou-se* impossível fazê-lo,(...)”;

“A professora(...) fez observação de *se considerar* o Plano de Metas da FFCLJ(...)”;

“No quarto item a profa(...)explicou que a Direção tem percebido a necessidade de *se fazer* modificações no expediente acadêmico-administrativo(...)”

“Às quinze horas e trinta minutos do dia catorze de abril de hum mil novecentos e noventa e oito, *realizou-se*(.....)a terceira reunião administrativa(...)”;

“(...) a professora(...), membro da Comissão Eleitoral da eleição do Colegiado, sugeriu que fossem distribuídas as cédulas de votação enquanto ia *se discutindo* outro item da pauta(...)”;

“Após esclarecimentos, *deliberou-se* pela votação(...)”;

“Às quinze horas e cinquenta minutos do dia nove de julho de hum mil novecentos e noventa e oito *realizou-se* (...)a terceira reunião setorial(...)”;

“Solicitou atenção ao número mínimo de horas destinada a sala de aula, já que este é o momento de *planejar* o semestre,(...)”;

“(...)e também para *atender* a uma solicitação da PROGRAD,(...)”;

“(...)que se *pensasse* na participação de todos os Núcleos no Boletim(...)”;

“(...) e que se *pensasse* também numa forma para liberação dos professores(...)que não prejudicasse o Departamento.”;

“No terceiro item, a Presidente da sessão fez um rápido comentário sobre a importância de se *garantir* a docência em sala de aula, a carga horária mínima de 08 h/aula(...)”;

“(...)deliberou-se também por indicar o docente que deverá assumir a turma extra(...)”;

“(...)três propostas foram colocadas(...)que se *faça* um remanejamento entre os docentes(...)”;

“Resolvida a questão da disciplina(...)passou-se a discussão para a disciplina(...)”;

“(...)ficou como sugestões: 1) que se *sintetize* as formatações apresentadas nesta discussão (...)”;

“Às catorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de julho de hum mil novecentos e noventa e nove, *realizou-se* (...)a segunda reunião plenária ordinária(...)”;

“Para *resolver* tal situação(...)”;

“(...)sugeriu-se várias alternativas(...)”;

“*considerando-se* inclusive o afastamento requerido(...)”;

E nada mais *havendo a tratar foi encerrada* a sessão

“(...)encerrando a sua resposta com alguns questionamentos sobre os procedimentos de porque não se *negocia* com os professores(...)”;

“(...) antes de *tomar* as decisões(...)”;

“Diante da resposta(...) o Coordenador(...)encaminhou à Direção do Departamento para que se *discuta* na plenária(...)”;

“(...)foi sugerido pela a profa(...)que se *retorne* esta discussão numa outra reunião plenária(...);

“(...)concordou com as observações apresentadas pela professora(...)e comentou que não dava para *idealizar* uma coordenação colegiada (...)”.

“A professora não *foi indicada*, aguardando apenas que a professora *seja aprovada.*”;

“Solicitou atenção ao número mínimo de horas destinadas à sala de aula, já que este é o momento de se *planejar* o semestre(...).;

“Aberta a sessão(...).”;

“*Fechar* neste semestre(...)ações para o próximo.”;

“(...) e comentou que não dava para *idealizar* uma coordenação colegiada.”;

“E nada mais havendo a tratar(...).”;

“(...)foi feito um trabalho(...)enquanto se *ia discutindo* outro item da Pauta.”;

“Diante da resposta(...) o Coordenador encaminhou à Direção do Departamento para que se *discuta* a resposta na plenária(...).”

ATAS DA ASSOCIAÇÃO CLUBE DOS CAÇADORES DE JUAZEIRO

“Às 20 horas *foi iniciada* a sessão.”;

“(...)depois de *lida* a ata e *achada* conforme, será *assinada.*”;

“O senhor Presidente encerrou a sessão, *lavrando-se* a presente ata (...)salientando-se entre outros o Sr José M.Leal.”;

“O diretor externou seu pensamento no sentido de exortar os demais companheiros a apoiar as gestões que se *procedeu.*”;

“Resolveu-se então *proibir-se* o usufruto indiscriminado da Associação por terceiros.”;

“(...) a sessão da Assembléia geral que se *realizará* no dia 1º de janeiro para a posse dos novos membros que *será realizada* no salão nobre.”;

“(...) foi empossada a seguinte Diretoria deste clube.”;

“(...) para ser instalada no Salão Nobre.”;

“Tendo de se *realizar* a solenidade de posse dos novos Diretores.”;

“(...) para que *sejam remodelados*.”;

“Sr Secretário nos comunicais *ter sido eleita e empossada* a nova Diretoria.”;

“Tendo sido transferido para prestar serviços na cidade de Salvador.”;

“(...) daqui até julho *será feita* algumas alterações nos estatutos do Clube.”;

“(...) essa proposta ficou para quando se *fizesse* uma reforma nos referidos Estatutos.”;

“(...) José Francisco diz que *tem-se* que fazer uma caçada.”;

“(...) franquida a palavra, fez uso da mesma o presidente de assembleia.”;

“(...) associados deste tipo não se *pode ter* confiança, por isso *devem ser eliminados*.”

ATAS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE JUAZEIRO

“Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 11 horas.”;

“(...)ficando deliberado *mandar imprimir* cartas que *seriam distribuídas* em firmas registradas.”;

“Estando todos os presentes de acordo com a ideia, *deliberou-se* logo em dar a realização a esse desejo.”;

“(...) *foram retificadas* por haverem *sido escritas* de maneira incorreta.”;

“(...) *fazendo notar* que a Associação que ora *se funda*, tanto pode ter um caráter puramente administrativo como poderá ser um órgão que enfeixa ambos os poderes.”;

“Além deste subsídio, *aguarda-se* a chegada do Novo Estatuto.”;

“Aos dez dias do mez de dezembro de um mil novecentos e quarenta e seis, reuniram-se(...) a fim de *se proceder* a eleição dos novos dirigentes.”;

“*Submetida* a aprovação, *foi* unanimemente *aprovada*.”;

“Do expediente constou vários documentos os quais *foram lidos* para conhecimento de todos.”;

“(...) *ficando deliberado* que esta Associação extraísse cópias do referido ofício.”;

“(...) sugeriu ao plenário *fosse rejeitada* a ata que acabara de ser lida.”;

“Ainda por indicação do consórcio(...) para que *fosse criada* uma Escola pela Associação.”;

EXEMPLÁRIO CARTAS-SÉCULO XIX

CARTAS DE HOMENS ILUSTRES DA BAHIA

“Persuadido, de que VossaSenhoria terá já reecebido o producto da subscrição a, de que se dignou encarregar se á meo pedido, para *reimprimir* se a História da Vida do Padre Vieira,(...)”;

“Aqui estou a dias onde vim com vistas de acabar certas dissidências, que mau grado dos Caetitenses *si vão* aqui perpetuando,(...)”

“Nas próximas eleições que aqui francamente as pleiteia meo Pai contra o Dr Monteiro unicamente não *si pode*,(...)”;

“(...) e nem *si deve apelar* para o espírito político deste Município,(...)”;

“*Disserão* me hoje que se espalhava muito desproposito que eu tinha influencia no Diário do Rio,(...)”;

“O café que existe he porem sufficiente para elevar o cambio a 25 *attendendo*-se a que cada saca de café representa hoje 4 L. ;

“(...)Se, como espero, meo Compadre se compenetrar da justiça que assiste aó sempre honrado Senhor Sousa conto não só com sua benevolência favor delle como com a anulação do fatal aviso que manda tirar e *dão* aum pobre honrado velho para adicionar mais um óbolo á riqueza que outro possui”

“E o Senhor Conselheiro S. influirá tao bem sobre ooutro Juiz de Direito aquém tenho submetidos 2procéssos, como se *diz* que officisa com o Mendes, quem o sabe!”;

“Então servião sem duvida enciparaveis, esquecendo se elles eu somente são os que tem culpa moral do que se *praticar* (...);

“*He* muito *de crer* que em sua auzencia, fosse Vossa Excelência que deregisse sua casa,(...)”

“Tao bem o mesmo acontece a respeito do mel, que se *precisa saber* quanto temos(...)”;

“Desconfio que o Rocha(do jornal) guerreia com o Eusébio: é um aliado em quem não se *pode confiar*(...)”;

“(...)Depois do Lafayette fazer a nova Camara *falla-se* no Dantas ou no Tarcisio (

“Ou um liberal ou um adversário, ao menos *separar-se-há* o joio do trigo, e as causas retomarão o seu curso natural.”;

“Emprimeiro lugar hei de estimar que esta emcontre VossaSenhoria no disfrute da mais feliz eplena saúde que *se pode dezeijar*(...)”;

“Para lá *ir d’aqui*(...)”;

“(...)faz-se 66 kilometros de trem e o restante a cavallo ;

“*Está* agora por ordem do governo *fazendo se* um estudo de linha ferrea que vai ligar aqui Alagoinhas, à Purificação, Feira de Sant’Anna e Santo Amaro.”;

“Concorrendo tão bem para isso a falta de patriotismo, e a corrupção dos homens politicos do Brazil, dos quaes nada *se pode esperar* e só mais tarde, o que não chegará para nos vermos, podemos ter regeneração de costumes e progresso neste Paiz”;

“Sem a Constituinte e esta festa regularmente, nada *se deve esperar* ou acreditar.”;

“Se não tivermos 5 ou mais annos bons, não rehavemos o gado que *perdeo-se*”;

“Muito senti a retirada do Dr José Gonsalvez do governo, e ainda com bastante pezar, declaro que foi uma injustiça que *se lhe fez*(...)”;

“Ao chegar no quartel e ao saber do movimento que *si estava passando*, choquei-me(...)”;

“*Prenderão e deitarão* no purão com os sentenciados o porteiro da câmara(...)”;

“Já deve estar a par dos planos immorais que de surpresa *tentarão* contra a Intendência de Villa Nova.”

“*Multarão* tãobem em dois contos e tanto o nosso amigo Bellarmino Medeiros da Silva(...)”;

“*Prepara-se* ali um grande exercito de reserva, e quando chegar o desespero pela fome ficarão estas paragens aniquiladas.”;

“(...)disendo-me que consta estar o cólera em Minas(...)e que aí no Rio também *disião ter* aparecido alguns casos(...)”;

“Não cheguei entrar dentro da rua, por que sobe logo que o Dr Gomes não estava e que *ignoravam* o destino.”;

“(...)dentro de Monte Santo só tem 2 ou 3 pessoas do lugar, o mais e os Soldados que segundo *disseram*-me é de 80 a 100 praças(...)”;

“As cazas todas abertas e muitas dessas quebradas a coice d’arma e outra *tiraram* para lenha.”;

“Tenho lido o Republicano e vi a calúnia que *fizeram* com os srs Ignácio e João Dantas Coelho- miseraveis!”;

“O Dr Urpia *dizem* que regressará da Bahia no dia 20 para esta localidade.”;

“Como lhe disse sobre a eleição não *quizerão* chegar ao accordo de dar-nos o terço(...)”;

“O Povo do Conselheiro entusiasmado pela victoria, marcham com grande fúria *ignorando-se* o destino(...)”;

“(...)as nossas condições aqui são gravíssimas, não sabemos que destino *toma-se*.”;

“Tem chegado no Cumbe Monte Santo não *sabe-se* do resultado.”;

“Vossa Senhoria é justa e sabe apreciar as rasões que lhe acabo de expor não attribuindo a má vontade, nem humilha-la em pedir oque *se deve* ao seu Convento (...)”;

“*Tomou-se* 50 alqueires < a 1760-88\$000> de farinha, porque o dono não quis diminuir o preço.”;

“Diz Tomé que só tomou em Marapé 2 peças de petas [?] (como diz elle) eu não sei se é assim mesmo que *se escreve*(...)”

“(...)pois ignoro o que *se chama* assim”;

“Meu charo Pae pesso-vos de mandar procurar por ahi cenouras, sementes[...] d’essas que ahi há e que por raridade que *se possa encontrar* de tudo muito vos agradecerei.”;

“(...) não recebi também os ovos de anum(...) não se *achou* os botões de camisas.”;

“ Por cá tem aproveitado muito o eucalypto feito chá que durante o dia *toma-se* por colheres,- depois de frio e a noite quente”;

“No principio do sarampo *da-se* as poções diaphoreticãs, preparadas com sabugueiro, flores de visla”;

“ A noite *pode comer* 2 ou 4 grãos conforme a idade misturados em um pouquinho de assucar para *chupar-para combater* a tosse hermes mineral e pastilhas de balsamo de Tolu[?]”;

“Remetto-lhe essas formulas, para *si preparando* os remédios ahi; conforme a necessidade.”;

“*Matarão* a porrete o Joaquim Dionilho.”

“(...) que por uma lei especial(até hoje não executada) foi decretado que se lhe exigisse um monumento na praça pública(...)”;

“(...)volto ao assumpto, pedindo especial atenção de Vossa Excelência, pois trata-se de um amigo sincero e correligionário decidido.”;

“(...)pode ser elle um agente Fiscal de sua Confiança, que zelará perfeitamente os interesses do Estado, sem que passem-se os contrabandos, denunciados pelos nossos intrigantes adversários! “;

“O que tem havido demais interessante são as festas aos chilenos, (...), desde que se tractava de honrár os heróes de cem batalhas(...)” ;

“O Totonio que desceu no dia da chegada da grande esquadra, subiu jústamente no maior dia- quando se inaugurou a rua Chile.”;

“(...) e depois de meses appareço aqui o Diario da Bahia de 10 publicando uma Eleição que severificoçe ser a do João Ramos”;

“Temho mevisto a falta derecruço pois athe opoco que me sobra dos selos que vendo não me mandão pagar.”;

“Emfim do Severino não se espere nada(...)”;

“(...)he de supor que já deve estar de poçe esta ora cuja resposta hé de carta de 18 doproximopassado.”;

“Aqui me consta já *terem reformado* a eleição 4 vezes.”;

“(...) ahi se tomou em consideração a necessidade de *mandar*(...).”;

“*Falam* em empréstimo hoje para *substituir* o termo doação.”;

“As forças legais *foram* completamente *derrotadas*.”;

“Por cá *tem aproveitado* muito o eucalipto feito chá.”;

“Já deve estar a dos plano immorais que de surpresa *tentarão* contra a Intendência de Vila Nova.”;

“Não se *achou* os botões de camisa.”;

“*Prenderão e botarão* no purão com os sentenciados o porteiro da câmara.”;

“*Disserão-me* hoje que se espalhava muito despropósito que eu tinha influência no Diario do Rio.”;

“(...) que ahi no Rio *dizião* já ter aparecido alguns casos.”;

“Se tal lhe *disserão* também é outra falsidade.”;

“Não cheguei a entrar na rua porque soube logo que o Dr Gomes não estava e que *ignoravam* o destino. “;

“O Dr Urpia, *dizem* que regressará da Bahia no dia 20 para esta localidade.”;

“Dissolveo-se a Câmara e (...) tenho de ser por hai candidato à deputação(...).”;

“(...) travando-se logo renhida lucta(...).”

CARTAS DAS FREIRAS DO CONVENTO DO DESTERRO E DE SEUS RESPECTIVOS PROCURADORES

“Vossa Senhoria é justa e sabe apreciar as rasões que lhe acabo de expor não atribuindo a má vontade, nem humilha-la em pedir o que *se deve* ao seu convento(...).”;

“(...) não quer menos do 20\$000 réis por mes, sesouber fazer o que *[se]* *deseja* está bem, senão sober, vai despedido(...).” ;

“(...)vai o selo para la *selar*”;

“Minha amiga, vou rogar-lhe por tudo quanto é demais sagrado, que me mandar pagar esta tão pequena Divida(...) pois estou tão precisada para a Cabar a nossa Igreja, que amais de 15 annos que se *estar* consertando(...)

“(...)sem poder *seaCabar*”;

“Recebi a sua carta que trouxe o Senhor Joze, que quer ser escreturário deste Convento(...) se souber fazer o que se *dezeja* está bem(...)”;

“(...) que procure em mão de Vossa Senhoria uma conta de quanto se deve ella a este convento pois que tem que apresentar no inventario que nestes dias se *vai proceder* pelo juizo da cidade de Santo Amaro”;

“ Tendo de *fazer celebrar* na Igreja d’este Convento a festa da Santíssima Virgem Senhora da Purificação(...)

“(...) e *desejando* que a mesma festa tenha toda solenidade(...)”;

“(...) e *reconhecendo*(...)os sentimentos religiosos que ornão a pessoa de Vossa Excelência(...).”;

“(...) espero que Vossa Excelência mais uma vez dará direito a que se *continúe a reconhecer* em Vossa Excelência muita bondade e sincero espírito religioso.”;

“(...) obriga me acoidár em pagar o que me for possível(...) porque a Lavoura de que *vivo*, não se *pode colher* repentinamente(...).”;

“Aproveito esta mesma occasiam para felicitar a Vossa Senhoria pela bem merecida escolha que de si *fiseram* para o importante emprego(...).”;

“A carta que Vossa Senhoria me dirigio foi remetida ao Feitor do Engenho de B[?] para *mandar entregar* e *exigir* resposta(...).”;

“Logo que aqui cheguei, fis entrega das cartas que Vossa Excelência me encarregou(...) ea resposta que positivamente *mandarão* por portadores seus(...)”.

“(...) fiz depois vir o Escrivam, tomei o conhecimento ao collecter com minha firma, e *lavrou-se* a Escripura(...).”;

“(...) por quanto já a Escripura de hypotheca que se me *entregou* , nem uma garatia offerece, por não *ter sido registrada* n’esta comarca de Inhambupe(...)”;

“Agora porém me annuncia elle que se me *pretende* dar uma quantia(...)”;

“Esse moço genro do Senhor Fructuoso é um pateta que não sabe onde tem os narises(...) e esta é a razão por que se *tem levantado* tamanha celeuma(...)”;

“(...) se assim for de sua vontade o que não é de *estranhar* porque malcreados, como Você nunca querem meio termo(...)”;

“(...)finalmente, depois de 33 dias de penoso trabalho *concluiu-se* esse malfadado negocio(...)”;

“(...) e muito me admira Você dizer-me que não sabe por que eu me conspirei contra elle, e se tal lhe *disserão*, é outra falsidade(...)”;

“(...) a condição era somente *apresentar-se* quitação do Contrato dentro de um prazo(...)”;

“A compra *feita* a 4\$ reis, e(...)

(...) a 4\$ *foi cedida*(...)”;

“(...)Resolva, portanto, a vista do que *fica expellido*, o que devo, e posso fazer, e não precisava, para se *consertar* o que porventura estivesse desconcertado, que você se fizesse tam catonico(...). “;

“Os procuradores desta com quem o Justino está interessado, requererão, que a viúva não fizesse pagamento a algum credor(...) e não se *attendesse* primeiro aos credores da preferida(...)”;

“(...)por que nada absolutamente ali se *pode fazer* sem sacrificios maiores ou menores(...)”;

“(...) e duvido que por outra forma nada se arranje(...)”;

“(...) então com razão me accusarão de não ter empregado os meios, únicos, e necessários hoje em dia, para se *conseguir* a justiça(...)”;

“(...)assim que ficar melhor, lá vou para nos entender-mos, da maneira que se *hade endireitar* tal negócio.”;

“(...) e sobre o Pedroso nada mais se pode fazer por ter ele já *sido embolçado* do que aqui ganhou.”;

“Estou persuadido que, com as providencias que se *acabão de tomar*(...) (...) brevemente se *pagará* parte d’essa dívida(...).”;

“Depois de ter respondido à carta de Vossa Senhoria de 28 de Maio último, disendo-lhe, entre outras cousas, que não parecia conveniente *aceitar-se* a proposta que o Senhor Novaes Lins fisera á Reverendíssima Madre Abbadeça(...).”;

“E vendo eu então(...) que a divida he de hum conto e quinhentos mil reis de principal, sendo o mais que se *pede* resultado de juros(...).”;

“(...) que nas letras não se *estipularão*(...).”;

“N.B. Mandei tirar uma copia das letras, que inclusiva remetto, para Vossa Senhoria ver que n’ellas se *não estipulão* juros.”;

“Isto he o que supponho rasoavel(...) mas Vossa Excelência me dirá o que quer que se *faça*(...).”;

“Vossa Senhoria é justa, e sabe apreciar as rasões que lhe acabo de expor, não attribuindo á má vontade, nem humilhá-la em pedir o que se *deve* ao seu Convento.”;

“Creio que se *deva*, por equidade, attender a alguma pequena quantia dessa que diz ter despedido(...).”;

“Há todas as razões para se *suppor* que o Senhor Novaes Lins(...) fallará em nome do genro da devedora.”;

“A abbadeca do Desterro já escreveo a minha mãe em o mesmo sentido, e respondi, que por agora não era possível *pagar-se* o principal.”;

“(...) veio trazer difficultozos tropeços as tranzações já realizadas, e torna impossíveis as , que se *tivessem* de fazer de novo.”;

“Remeto-lhe pelo seo poprtador, uma canadá de azeite doce que regula as dez garrafas(...) em quanto o preço é a cinco mil e duzentoe reis(...) porquanto tem se *vendido*(...).”;

“Minha Prima hontem me disse que Vossa Excelência havia recebido uma carta em que se *disia*, que eu escrevera não sei a quem(...).”;

“Posso asseverar a Vossa Excelência que além da vez que se lhe falou(...)nunca mais tratei disso(...).”;

“(...) quanto antes me for possível heide indenizar(...) bem sabe Vossa Senhoria que muito custa ápagar por outrem(...).”;

“A cópia inclusa mostra quanto se deve ao Mosteiro(...).”;

“(...) mas quando se fará o pagamento, não sei(...).”;

“Persuadido para reimprimir-se a história da vida do Pe Vieira(...).”;

“(...) e respondi que agora não era possível pagar-se o principal.”;

“Foi-me hontem entregue a sua prezada carta(...).”

“(...)se assim for a sua vontade , o que não é de extranhar.”;

“Hoje, em dia,sabem todos, porque é coisa muito stabelelicida, dar-se a um Procurador de cobranças cá por fóra vinte por cento.”;

“He muito de crer que em sua auzencia, fosse Vossa Excelência que deregisse a sua casa.”

EXEMPLÁRIO CARTAS- SÉCULO XX

CARTAS DO ACERVO DA PROFA. MARIA FRANCA PIRES

“(...)Acredito que possam eles servir para o trabalho de afixação dos retratos, A necessidade de *estabelecer-se* algum critério de cessão.”;

“(...)Até que se *possa reconstituir-se* o ‘Album do Centenário.’”;

“Vai tudo explicado. A quem se *destina* etc.”;

“Por incrível que pareça, *constatou-se* calo nas cordas vocais.”;

“*Inicia-se* um novo período com uma novidade(...).”;

“É um lugar divino, onde só se *ouve* o pássaro cantando.”;

“(...) e (onde só se *ouve*) o Monge rezando.”

CARTAS DE PARTICULARES SEM AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAR REMETENTE NEM DESTINATÁRIO

“Pensando que tudo continuaria como deve ser, embora não *fazendo* com que se *cumprisse*.”;

“Portanto, acho que quando se *faz* algo para *reparar* o erro,(...).”;

“(...) *deve-se* primeiramente, modificar a si mesma.”;

“Amigo não se *compra*(...).”;

“(...)amigo se *faz*.”;

“*Voltar é ir* de onde *saiu*.”;

“*Ser jovem é* (...)”

“(...) *ser forte*.”;

“quando se *descobre* que é reconhecidamente frágil.”

CARTAS DA SOCIEDADE APOLO JUAZEIRENSE

“(...)as constantes irregularidades que *se verificou* no serviço de Luz(...).”;

“Convidamos para a solenidade de posse da nova Diretoria *realizada* em (...).”;

“(...)a mesma realizar-se-á no dia do mês corrente.”;

“(...) Quantas decisões já *foram tomadas* sobre a mesa em pauta.”;

“(...) sobre o destino deles sem que *fôssemos informados* do que *pretendiam* fazer com eles?”;

“(...) *Falam* em empréstimo atualmente substituindo o termo *doação*.”;

“(...) os ditos móveis *foram emprestados* e por quanto tempo.”;

“(...) é sabido que os ditos móveis foram emprestados e por quanto tempo.”;

“*Recuar* diante do erro, é muito mais insignificante do que nele *permanecer*, apenas para *se cumprir* uma palavra.”;

“(...) a Sociedade vem convidar para uma reunião a *realizar-se* hoje para assistirem a seção comemorativa que *se realizará* em sua sede social.”;

“(...) em sessão solene *realizada* no dia 2 do corrente.”;

“(...) *foi instalada* na Câmara Municipal para *assistir* a Sessão de posse da Diretoria deste Clube eleita.”;

“(...) a *realizar-se* no dia 21 do corrente.”;

“(...) solicito que sêja aumentada a minha gratificação.”;

“(...) as constantes irregularidades que se verificam no serviço de Luz.”;

“(...) para abrilhantarem a festa que se realizará no próximo dia 8.”;

(...) Ele me disse que os restos a pagar só com o Sr da Fazenda.

“Foi empossada a seguinte Diretoria deste Clube.”;

“(...) *he de supor* que em virtude de *ter sido forçado* a viajar hoje até a capital do Estado(...).”;

“(...) o nosso funcionário não *foi* condignamente *recebido* em seu clube.”;

“(...) preço a *reajustar-se* de conformidade com a legislação.”;

“Convidamos para o baile a *realizar-se* no dia 21 do corrente.”